

JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ SEGUNDO O ANTIGO TESTAMENTO: SEGUINDO OS PASSOS DOS REFORMADORES*

 Richard M. Davidson ^{1,**}

RESUMO

Este estudo examina a doutrina da justificação pela fé a partir das Escrituras do Antigo Testamento, demonstrando que seus fundamentos estão presentes nas narrativas e conceitos veterotestamentários, anteriores ao ensino paulino. A análise mostra que figuras como Adão e Abraão ilustram a realidade da justificação como uma declaração forense de Deus, baseada exclusivamente na justiça imputada do Messias, e apropriada pela fé. São consideradas as abordagens clássicas dos Reformadores, as formulações católicas no Concílio de Trento, a Nova Perspectiva sobre Paulo e contribuições adventistas recentes. À luz das evidências bíblicas, confirma-se que a justificação pela fé é uma doutrina enraizada nas Escrituras hebraicas e essencial à teologia bíblica.

Palavras-chave: Justificação. Fé. Antigo Testamento. Justiça imputada. Reforma. Teologia bíblica.

ABSTRACT

This study explores the doctrine of justification by faith through the lens of the Old Testament, demonstrating that its foundations are firmly embedded in pre-Pauline biblical theology. The analysis reveals that figures such as Adam and Abraham exemplify justification as a forensic declaration by God, grounded solely in the imputed righteousness of the Messiah and received through faith. The discussion engages the classical formulations of the Reformers, the Roman Catholic position as defined at Trent, the New Perspective on Paul, and recent Adventist interpretations. Based on the biblical evidence, justification by faith is affirmed as a doctrine rooted in the Hebrew Scriptures and central to biblical theology.

Keywords: Justification. Faith, Old Testament. Imputed righteousness. Reformation. Biblical theology.

¹ Mestre e Doutor pela Universidade Andrews. Bacharel pela Universidade Loma Linda. Professor Pesquisador Sênior de Interpretação do Antigo Testamento na Universidade Andrews.

* Texto original: Davidson, Richard M., "Justification by Faith According to the Old Testament: In the Footsteps of the Reformers" (2017). Faculty Publications. 885. Disponível em: <https://digitalcommons.andrews.edu/pubs/859/>. Tradução Jhiesley Silveira Machado, graduando em Teologia, no Seminário Adventista Latino Americano de Teologia - Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste, SALT/UNIAENE, Brasil.

Submissão: 02/2025

Aceite: 08/2025

****Autor correspondente:**

davidson@andrews.edu

Como citar

DAVIDSON, R. M. Justificação Pela Fé Segundo o Antigo Testamento: Seguindo os Passos dos Reformadores. *Práxis Teológica*, volume 21, número 1, e-2312, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25194/2317-0573.2025v21n1.e2312>.



INTRODUÇÃO

No que provavelmente é o livro mais antigo da Bíblia, o patriarca Jó fez a pergunta penetrante: "Como pode um homem ser justo diante de Deus?" (Jó 9:2 NVI). Ao longo dos séculos, essa questão da posição de alguém diante de Deus, de como alguém é justificado por Ele, tem sido vista como a questão mais crucial enfrentada pelos seres humanos, fundamental para todas as outras questões.

Martinho Lutero afirmou que "se perdermos a doutrina da justificação, perdemos simplesmente tudo".¹ Lutero acreditava que a justificação é "o artigo com o qual e pelo qual a igreja se mantém, sem o qual ela cai".² No prefácio de suas Quarenta e Cinco Teses, redigidas em 1537, Lutero faz este apelo apaixonado: "O artigo da justificação é o mestre e príncipe, o senhor, o governante e o juiz sobre todos os tipos de doutrinas; ele preserva e governa toda a doutrina da Igreja e eleva nossa consciência diante de Deus. Sem este artigo, o mundo é pura morte e escuridão."³

João Calvino considerava a doutrina da justificação como "o principal ponto de apoio da religião". Ele explicou ainda: "Pois, a menos que você entenda, antes de tudo, qual é a sua posição diante de Deus e qual é o julgamento que ele emite sobre você, você não tem fundamento sobre o qual sua salvação possa ser estabelecida, ou sobre o qual a piedade para com Deus possa ser edificada".⁴

Ellen White escreveu, após a sessão da Conferência Geral de 1888: "A luz que me foi dada por Deus coloca este importante assunto [justificação pela fé] acima de qualquer dúvida em minha mente".⁵ Ao mesmo tempo, ela alertou que este assunto é passível de confusão e é alvo do ataque de Satanás: "O perigo tem sido apresentado a mim repetidas vezes de entreter, como povo, falsas ideias de justificação pela fé. Durante anos, foi-me mostrado que Satanás operaria de maneira especial para confundir a mente neste ponto".⁶ Lutero já havia dado advertências semelhantes: "Todo aquele que se afasta da doutrina da justificação é ignorante de Deus e é um idólatra. [...] Pois, uma vez que esta doutrina é minada, nada mais resta senão puro erro, hipocrisia, maldade e idolatria, independentemente de quão grande seja a santidade que isso pareça exteriormente".⁷ "Nenhum erro é tão insignificante, tão desajeitado, tão desgastado que não seja supremamente agradável à razão humana e nos seduza, se não tivermos o conhecimento e a contemplação deste artigo [da

¹ LUTERO, M. Lectures on Galatians, 1535, Chapters 1-4. In: PELIKAN, Jaroslav (ed.). *Luther's Works*. v. 26. St. Louis: Concordia, 1963. p. 26.

² *Id.*, *What Luther Says: An Anthology*. Editado por Ewald M. Plass. 3 v. St. Louis: Concordia, 1959. v. 2, p. 704, n. 5. Embora essas palavras não tenham sido cunhadas pelo próprio Lutero, é amplamente reconhecido que elas representam bem o seu pensamento. Veja EDDY, Paul Rhodes; BEILBY, James K.; ENDERLEIN, Steven E. Justification in Historical Perspective. In: BEILBY, James K.; EDDY, Paul Rhodes (ed.). *Justification: Five Views*. Downers Grove: IVP Academic, 2011. p. 24.

³ *Ibid.*, op. cit., v. 2, p. 703. Veja também sua declaração nos *Artigos de Esmalcalda* de 1537: "Nada neste artigo pode ser cedido ou comprometido, mesmo que o céu e a terra e as coisas temporais sejam destruídos." WA 50, 199.

⁴ CALVINO, João. *Institutes of the Christian Religion*. (Ed. 1559). Tradução de Henry Beveridge. Grand Rapids: Eerdmans, 1966. III.xi.1.

⁵ WHITE, E. G. *Fé e Obras*. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2007. p. 20.

⁶ *Ibid.*, p. 18.

⁷ LUTERO, M. Lectures on Galatians, 1535, capítulos 1-4, p. 395-396.

justificação].”⁸ Devemos entender claramente a verdade sobre a justificação pela fé, tendo em vista sua importância central em nossas vidas e a obra especial de Satanás para minar e confundir as mentes sobre este ensino bíblico fundamental.

O DEBATE SOBRE A JUSTIFICAÇÃO: DIFERENTES PONTOS DE VISTA

Protestante Tradicional⁹

A Reforma Protestante ocorreu em grande parte como protesto contra a compreensão católica da justificação, que os teólogos protestantes consideravam uma distorção grosseira do ensino bíblico.

Com base nos escritos de Paulo, especialmente Romanos e Gálatas, e nas raízes do Antigo Testamento, Martinho Lutero apresentou a justiça justificadora como "a justiça alheia a Cristo".¹⁰ Isso se opunha à compreensão agostiniana, segundo a qual a justiça justificadora, embora completamente pela graça de Deus, era algo inerente ao ser humano que a recebia.

Lutero afirmou que o cristão justificado era *simul justus et peccator*. R. C. Sproul explica:

O famoso ditado de Lutero, "simul justus et peccator", vai ao cerne da questão da justificação forense. A expressão latina significa "ao mesmo tempo justo e pecador". Essa condição simultânea refere-se à situação em que o pecador é considerado justo forensemente em virtude da imputação de Cristo, enquanto permanece, em si mesmo, ainda pecador. Lutero não quis dizer que o pecador que continua pecador é uma pessoa imutável. O pecador que tem fé salvadora é uma pessoa regenerada. Ele é habitado pelo Espírito Santo. Mas ainda é injusto em si mesmo. Tampouco significa que o pecador não esteja em um processo real de santificação, pelo qual se

⁸ Id., *What Luther Says: An Anthology*. Ewald M. Plass (ed.). 3 v. St. Louis: Concordia, 1959. v. 2, p. 703.

⁹ Isso representa o entendimento dos reformadores magisteriais, especialmente Martinho Lutero, João Calvino e Filipe Melanchton, cujas visões sobre a justificação foram, em grande parte, seguidas por Armínio (Arminianismo) e John Wesley (Metodismo) e muitos outros teólogos e tradições protestantes. Para um tratamento recente da doutrina tradicional da Reforma, veja especialmente SCHREINER, Thomas. *Faith Alone: The Doctrine of Justification: What the Reformers Taught... and Why It Still Matters*. Grand Rapids: Zondervan, 2015. Para uma discussão (com bibliografia) da história de outras visões sobre a justificação, como a da Igreja Primitiva (por exemplo, Orígenes, Agostinho), da Idade Média Latina (por exemplo, Anselmo e Aquino), dos Anabatistas e da "Reforma Radical" (por exemplo, Menno Simons), do Protestantismo Liberal (por exemplo, Albrecht Ritschl), das Reinterpretações Existenciais (Paul Tillich e Rudolf Bultmann), de Karl Barth, da teologia da libertação e feminista (por exemplo, Elsa Tamez), das Teologias Pentecostais (Frank Macchia) e da teologia luterana finlandesa (Tuomo Mannermaa, Veli-Matti Kärkkäinen), veja, por exemplo, EDDY, Paul Rhodes; BEILBY, James K.; ENDERLEIN, Steven E. Justification in Historical Perspective. In: BEILBY, James K.; EDDY, Paul Rhodes (ed.). *Justification: Five Views*. Downers Grove: IVP Academic, 2011. p. 13-52.

¹⁰ A "escola finlandesa" de interpretação de Lutero, em diálogo com a teologia Ortodoxa Russa, afirma que a visão de Lutero estava mais próxima do entendimento ortodoxo da *theosis* ("deificação"), e que para Lutero a justiça justificadora não era apenas uma justiça alheia: "em linha com a teologia católica, a justificação significa tanto declarar justo quanto tornar justo." (KÄRKKÄINEN, Veli-Matti. Deification View. In: BEILBY, James K.; EDDY, Paul Rhodes (ed.). *Justification: Five Views*. op. cit., p. 222). Para uma crítica a essa visão, da perspectiva da interpretação tradicional de Lutero, veja a "Traditional Reformed Response" de Michael S. Horton ao capítulo de Kärkkäinen, nas p. 244-249.

torna justo. Aqueles que possuem fé salvadora necessária, inevitável e imediatamente começam a manifestar os frutos da fé, que são obras de obediência. No entanto, os fundamentos da justificação dessa pessoa permanecem única e exclusivamente a justiça imputada de Cristo. É por Sua justiça, e somente por Sua justiça, que o pecador é declarado justo.¹¹

Para Lutero, a justificação não era diante dos olhos dos homens, mas coram Deo, “diante da face de Deus”, ou como seu colega teólogo Philip Melancthon colocou, “diante do tribunal divino celestial”. A graça não era uma substância sagrada que descia de Deus e era inerente ao ser humano; era uma atitude de favor divino.

Melancthon aprofundou os conceitos de Lutero, utilizando uma linguagem de imputação mais precisa. A justificação era apresentada como o ato divino de declarar pecadores justos, com base na justiça extrínseca e imputada de Cristo. Isso contrastava com Agostinho, que via a justificação como a transformação divina dos pecadores em justos por meio da conversão de suas vontades.¹²

A doutrina da justificação de Calvino era profundamente endividada com os conceitos desenvolvidos por Lutero e Melancthon.¹³ Calvino enfatiza eloquentemente a natureza forense da justificação pela justiça imputada de Cristo ao resumir claramente a doutrina em suas *Institutas*:

Um homem será justificado pela fé quando, excluído da justiça das obras, pela fé se apropria da justiça de Cristo e, revestido dela, aparece aos olhos de Deus não como pecador, mas como justo. Assim, interpretamos a justificação simplesmente como a aceitação com que Deus nos recebe em Seu favor como se fôssemos justos. E dizemos que essa justificação consiste no perdão dos pecados e na imputação da justiça de Cristo.¹⁴ Justificar, portanto, nada mais é do que absolver da acusação de culpa, como se a inocência estivesse provada. Portanto, quando Deus nos justifica pela intercessão de Cristo, não nos absolve com base na prova da nossa própria inocência, mas por uma imputação de justiça, de modo que, embora não sejamos justos em nós mesmos, somos considerados justos em Cristo.¹⁵ [...] A justiça de Cristo... deve comparecer em juízo em nosso favor e servir de fiador em juízo. Recebida de Deus, essa justiça nos é trazida e imputada, como se fosse nossa.¹⁶

Para Calvino, a justificação não está separada da união com Cristo. De fato, “Calvino fala de uma união mística com Cristo operada pelo Espírito Santo, o Autor da fé, o Criador desta

¹¹ SPROUL, R. C. The Forensic Nature of Justification. In: KISTLER, John (org.). *Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls*. ed. rev. e atual. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 33-34.

¹² O Melancthon maduro também compreendeu o conceito do livre-arbítrio humano, no qual a salvação estava verdadeiramente disponível a todos os seres humanos, ao contrário de Calvino e Lutero, que se apegaram a uma doutrina da predestinação. Veja GRAYBILL, Gregory B. *Evangelical Free Will: Philip Melancthon's Journey on the Origins of Faith*. New York: Oxford University Press, 2010.

¹³ Para um resumo das visões de Calvino sobre a justificação e sua dívida para com Lutero e Melancthon, veja especialmente WÜBBENHORST, Karla. Calvin's Doctrine of Justification: Variations on a Lutheran Theme. In: MCCORMACK, Bruce L. (ed.). *Justification in Perspective: Historical Developments and Contemporary Challenges*. Grand Rapids: Baker, 2006. p. 99-118.

¹⁴ CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. (Ed. 1559). Tradução de Henry Beveridge. Grand Rapids: Eerdmans, 1966. III.xi.2

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ *Id.*, *As Institutas da Religião Cristã*. (Ed. 1536). I.32.

comunidade de justiça, e dessa união surge uma dupla graça: justificação e santificação. Elas são simultâneas e, embora possam ser distinguidas, não podem ser separadas”.¹⁷ Calvino escreve: “Reconheço que somos desprovidos deste dom incomparável [da justificação] até que Cristo se torne nosso. Portanto, a essa união da cabeça e dos membros, a residência de Cristo em nossos corações, em suma, a união mística, atribuímos a mais alta posição, Cristo quando ele se torna nosso, tornando-nos participantes com ele nos dons com os quais foi dotado”.¹⁸

Calvino entendeu que justificação e santificação ocorrem simultaneamente e são inseparáveis, mas devem ser distinguidas:

Assim como Cristo não pode ser dividido em partes, as duas coisas, justificação e santificação, que percebemos estar unidas nele, são inseparáveis. Portanto, Deus presenteia aqueles que recebe em seu favor com o Espírito de adoção, cuja ação os transforma de novo à sua imagem. Mas se o brilho do sol não pode ser separado de seu calor, devemos dizer que a terra é aquecida pela luz e iluminada pelo calor? Nada pode ser mais apropriado ao assunto em questão do que esta comparação. O sol, com seu calor, vivifica e fertiliza a terra; com seus raios, a ilumina e a ilumina. Aqui há uma conexão mútua e indivisa, e, no entanto, a própria razão nos proíbe de transferir as propriedades peculiares de uma para a outra.¹⁹

Embora os Reformadores Magisteriais (referimo-nos especialmente a Martinho Lutero, João Calvino e Filipe Melancthon) enfatizassem diferentes aspectos da doutrina e experimentassem seu próprio crescimento pessoal na compreensão de seu significado,²⁰ por volta de 1540 havia um consenso quanto aos seus contornos essenciais. Alister McGrath resume os principais pontos do consenso:

1. Justificação é a declaração forense de que o cristão é justo, e não o processo pelo qual ele ou ela se torna justo. Envolve uma mudança de status, e não de natureza.
2. Uma distinção deliberada e sistemática é feita entre justificação (o ato externo pelo qual Deus declara o crente justo) e santificação ou regeneração (o processo interno de renovação pelo Espírito Santo).
3. Justificando a justiça como a justiça alheia de Cristo, imputada ao crente e externa a ele, não uma justiça que é inerente a ele, localizada dentro dele ou de alguma forma pertencente a ele.
4. A justificação ocorre per fidei propter Christum [“pela fé por causa de Cristo”], com a fé sendo entendida como o meio de justificação dado por Deus e os méritos de Cristo como o fundamento dado por Deus para a justificação.²¹

Essa compreensão básica da justificação foi aceita por reformadores posteriores, como

¹⁷ WÜBBENHORST, Karla. Calvin's Doctrine of Justification. op. cit., p. 115.

¹⁸ CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. (Ed. 1559). op. cit., III.xi.10.

¹⁹ *Ibid.*, III.xi.6. O Calvino maduro quer enfatizar tanto este ponto que, em sua edição final de 1559 das *Institutas*, ele inverte a ordem de seu tratamento sobre justificação e santificação, colocando esta última em primeiro lugar.

²⁰ Para mais detalhes e fundamentação, veja, por exemplo, MCCORMACK, Bruce L. (ed.). *Justification in Perspective: Historical Developments and Contemporary Challenges*. Grand Rapids: Baker; Edinburgh: Rutherford House, 2006; e SCHREINER, Thomas. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. op. cit., p. 37-63.

²¹ MCGRATH, Alister. *Justification by Faith*. Grand Rapids: Zondervan, 1988. p. 61.

Arminio²² e John Wesley,²³ e foi incorporada aos principais credos protestantes em seu tratamento da justificação.²⁴

Visão protestante versus católica da justificação

Os reformadores magisteriais (incluindo Lutero, Calvino, Melancthon e, podemos acrescentar, Armínio e Wesley) rejeitaram a visão católica romana da justificação. R. C. Sproul resume as questões básicas em jogo na rejeição da doutrina católica referente à justificação pela Reforma:

Em termos simples, a questão se resume a isto: Somos justificados por um processo pelo qual nos tornamos realmente justos ou somos justificados por um ato declarativo pelo qual somos considerados justos por Deus? Somos declarados justos ou somos justificados na justificação?²⁵ O conflito sobre a justificação pela fé somente se resume a isto: O fundamento da nossa justificação é a justiça de Cristo imputada a nós [a visão da Reforma], ou a justiça de Cristo operando em nós [a visão católica]? Para os reformadores, a doutrina da justificação pela fé somente significava justificação por Cristo e Sua justiça somente.²⁶

Inseparavelmente ligado à doutrina da justificação forense está o conceito de imputação. A questão da Reforma centrou-se na distinção entre justiça infundida e justiça imputada. Para o Catolicismo Romano, a justificação ocorre por meio da infusão da graça de Cristo, que torna a justiça possível se o crente consentir e cooperar com essa graça.²⁷

Os reformadores não excluíram a infusão da graça. A graça é derramada na alma. A questão era o fundamento da nossa justificação. Para os reformadores, o único fundamento é a justiça imputada de Cristo, não a justiça inerente do crente ou a justiça infundida de Cristo. ... É a justiça inerente de Cristo, não a justiça inerente do

²² Veja a própria declaração de Armínio: “É uma justificação pela qual um homem, que é pecador, mas crente, sendo colocado diante do trono da graça que é erigido em Cristo Jesus, a Propiciação, é considerado e pronunciado por Deus, o Juiz justo e misericordioso, justo e digno da recompensa da justiça, não em si mesmo, mas em Cristo, pela graça, segundo o evangelho, para o louvor da justiça e da graça de Deus, e para a salvação da própria pessoa justificada.” (Rm 3:24-26; 3, 4, 5, 10, 11).” Cf. ARMÍNIO, Jacó. Disputation 19: On the Justification of Man Before God. In: The Works of James Arminius. v. 1. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/arminius/works1.v.xx.html>. Acesso em: 25 mai. 2025: “Não tenho consciência de ter ensinado ou abrigado quaisquer outros sentimentos sobre a justificação do homem diante de Deus, senão aqueles que são unanimemente sustentados pelas Igrejas Reformadas e Protestantes, e que estão em completa conformidade [...]”

²³ Para um resumo das visões de Jonathan Edwards e John Wesley sobre a justificação, ver, por exemplo: SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2015. p. 80-94.

²⁴ Veja, por exemplo, a Confissão de Fé de Westminster (1647), 11.1-2, convenientemente citada em: BEEKE, Joel. *Justification by Faith Alone (The Relation of Faith to Justification)*. In: KISTLER, John (ed.). *Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls*. Edição revisada e atualizada. Morgan, PA: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 85. Para este e outros credos protestantes importantes, ver: LEITH, John H. (ed.). *Creeds of the Churches: A Reader in Christian Doctrine from the Bible to the Present*. Garden City, NY: Doubleday, 1963.

²⁵ R. C. SPROUL, “The Forensic Nature of Justification,” p. 25.

²⁶ *Id.*, *Faith Alone: The Evangelical Doctrine of Justification*, Grand Rapids: Baker, 1995, p. 73 (material entre colchetes acrescentado).

²⁷ *Id.*, SPROUL, R. C. The Forensic Nature of Justification. In: KISTLER, John (ed.). *Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls*. Edição revisada e atualizada. Morgan, PA: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 34.

crente, que é o fundamento da nossa justificação.²⁸

No Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja Católica Romana, em seu Decreto sobre a Justificação (1547), não apenas rejeitou sistematicamente os princípios distintivos da justificação pela fé somente, como defendidos pelos reformadores, como também anatematizou qualquer pessoa que acreditasse ou ensinasse tais crenças.²⁹ Thomas Schreiner resume as principais conclusões sobre a justificação decididas em Trento:

Em Trento, a justificação é entendida como um processo e definida em termos de justiça inerente. A justificação somente pela fé é categoricamente rejeitada, e a justificação é baseada, em parte, em obras humanas. Consequentemente, a noção de que a justiça nos é imputada também é repudiada, juntamente com a noção de que se pode ter certeza da salvação final.³⁰

John Gerstner destaca a principal diferença entre o pensamento católico protestante a respeito da justificação, sob a perspectiva da relação entre fé e obras. Ele aponta como, para os protestantes, a justificação se dá somente pela fé, mas nunca sem obras. Como ele mesmo afirma: “‘A justificação se dá somente pela fé, mas NÃO por uma fé que seja única.’ A justificação se dá por uma fé OPERANTE.”³¹ “A justificação se dá, em última análise, pelas obras — as obras de Jesus Cristo! Elas são recebidas pelo pecador justificado como suas próprias obras. Cristo justificou Seu povo por Suas obras como obras deles; obras realizadas por eles em seu Substituto.”³² “A justificação

²⁸ *Ibid.*, p. 36-37.

²⁹ Apresentam-se a seguir algumas declarações do Decreto sobre a Justificação do Concílio de Trento (ver SCHROEDER, 1941). Sobre a justificação somente pela fé, o Cânon 9 da sexta sessão afirma: “Se alguém disser que o pecador é justificado somente pela fé, no sentido de que nenhuma outra coisa é necessária para cooperar a fim de obter a graça da justificação, e que não é de modo algum necessário que ele seja preparado e disposto pela ação de sua própria vontade, seja anátema” (Sessão VI, Cânon 9, conforme citado em SCHROEDER, 1941, p. 43). O Cânon 10, por sua vez, rejeita a natureza forense da justificação ao declarar: “Se alguém disser que os homens são justificados sem a justiça de Cristo, pela qual Ele mereceu por nós, ou que por essa justiça são formalmente justos, seja anátema” (SCHROEDER, 1941, p. 43). Adicionalmente, o Cânon 11 insiste na justiça infusa em vez da imputada, estabelecendo que “Se alguém disser que os homens são justificados ou pela imputação exclusiva da justiça de Cristo ou pela remissão exclusiva dos pecados, com exclusão da graça e do amor que é derramado em seus corações pelo Espírito Santo, e lhes é inerente; ou ainda que a graça pela qual somos justificados é apenas o favor de Deus, seja anátema” (tradução moderna citada por MACARTHUR, 2003, p. 12). A fusão entre justificação e santificação é detalhada no capítulo 7 da mesma sessão, que descreve a justificação como “[...] não apenas a remissão dos pecados, mas também a santificação e renovação do homem interior pela recepção voluntária da graça e dos dons, pelos quais o homem injusto se torna justo” (SCHROEDER, 1941, p. 33). No capítulo 3, a justificação é apresentada como um ato que efetivamente torna o homem justo, afirmando que os homens jamais seriam justificados “se não tivessem nascido de novo em Cristo... a graça pela qual se tornam justos” (SCHROEDER, 1941, p. 30-31). Por fim, o capítulo 9 do decreto nega a certeza da salvação ao afirmar que “ninguém pode saber com a certeza da fé, que não pode estar sujeita a erro, que obteve a graça de Deus” (citado em RUNIA, 1998, p. 215).

³⁰ THOMAS R. SCHREINER, *Faith Alone*, p. 66.

³¹ John H. GERSTNER, “The Nature of Justifying Faith,” *In. Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls*, edição revisada e atualizada, org. John KISTLER, Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003, p. 114.

³² *Ibid.*, p. 118.

vem pela fé, à qual são imediata e inseparavelmente adicionadas as obras.”³³

Gerstner usa três fórmulas para ilustrar as visões de (1) protestantes, (2) católicos e 3) a caricatura católica romana comum do protestantismo:³⁴

1. Visão da Reforma:

FÉ → JUSTIFICAÇÃO + OBRAS

2. Erro Católico Romano:

FÉ + OBRAS → JUSTIFICAÇÃO

3. Caricatura romana comum do protestantismo:

FÉ → JUSTIFICAÇÃO — OBRAS

Ele resume: “A justificação somente pela fé, mas não por uma fé que esteja sozinha, é o ensinamento da Reforma”.³⁵

Recente reaproximação protestante com os católicos

Nos últimos anos, tem havido uma tendência, pelo menos nos Estados Unidos, de vários evangélicos dialogarem com católicos romanos e, em uma reviravolta surpreendente, muitos evangélicos estão agora retornando a Roma, chegando a um consenso com estudiosos da Igreja Católica Romana e proclamando que a Reforma foi um mal-entendido que nunca deveria ter acontecido. Alguns estudiosos evangélicos realmente retornaram ao catolicismo romano.

Por exemplo, Scott Hahn é um ex-presbiteriano que se tornou católico. Ele conta sua jornada de retorno ao catolicismo em seu livro, "Roma, Doce Lar".³⁶ Atualmente, ele leciona no departamento de teologia da Universidade Franciscana em Steubenville, Ohio, e é um porta-voz articulado da visão católica sobre a justificação.

Outros que não abandonaram o protestantismo argumentam agora que o conceito de imputação da justiça de Cristo na justificação não é bíblico. Por exemplo, Robert Gundry, estudioso bíblico do Westmont College, escreve que "a doutrina de que a justiça de Cristo é imputada aos pecadores crentes precisa ser abandonada".³⁷

Em 1994, um grupo de evangélicos e católicos romanos, sob a liderança de Charles Colson e Richard John Neuhaus, elaborou um documento intitulado "Evangélicos e Católicos Juntos: A Missão Cristã no Terceiro Milênio".³⁸ O documento afirma que "somos justificados pela graça, por

³³ *Id.* Rome NOT Home. In: KISTLER, John (ed.). Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls. Edição revisada e atualizada. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 150.

³⁴ *Ibid.*, p. 150-151.

³⁵ *Ibid.*, p.151

³⁶ HAHN, Scott; HAHN, Kimberly. Rome Sweet Home: Our Journey to Catholicism. San Francisco: Ignatius Press, 1993.

³⁷ GUNDRY, Robert. Why I Didn't Endorse 'The Gospel of Jesus Christ: An Evangelical Celebration...' Even Though I Wasn't Asked to. Books and Culture, v. 7, n. 1, p. 6-9, jan./fev. 2001. p. 9.

³⁸ EVANGELICALS and Catholics Together: Christian Mission in the Third Millennium. First Things, n. 43, p. 15-22, maio 1994.

meio da fé, por causa de Cristo". Mas não diz nada sobre a justificação somente pela fé, nada sobre a justiça imputada de Cristo, nada sobre a justificação forense (apenas). Aqueles que defendem a visão tradicional da justificação estão convencidos de que este documento basicamente "banalizou a Reforma".³⁹

Em 1997, os signatários deste documento, após um ano de estudo, emitiram uma declaração esclarecedora intitulada "O Dom da Salvação".⁴⁰ Embora aleguem que "o que aqui afirmamos está de acordo com o que as tradições da Reforma entendiam por justificação somente pela fé (*sola fide*)", na verdade os contornos essenciais do ensinamento católico romano ainda são adotados.⁴¹

Em 31 de outubro de 1999 (data da publicação das 95 Teses por Martinho Lutero em 1517), em Augsburg, Alemanha (cidade que deu nome à primeira Confissão de Fé Luterana), autoridades da Federação Luterana Mundial e da Igreja Católica Romana emitiram uma "Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação",⁴² na qual se afirmava que as diferenças que ainda persistem entre luteranos e católicos não justificam mais qualquer divisão eclesiástica. A Declaração Conjunta afirma ter alcançado "um consenso sobre verdades básicas" e "uma compreensão compartilhada da justificação" (Par. 14), negando ter chegado a um acordo total sobre toda a doutrina. Muitas igrejas luteranas, tanto dentro quanto fora da federação, rejeitaram a declaração, e o presidente do Sínodo dos Luteranos do Missouri, A. L. Barry, denunciou o documento como "uma traição ao Evangelho

³⁹ SPROUL, R. C. The Forensic Nature of Justification. In: KISTLER, John (ed.). Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls. Edição revisada e atualizada. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 49.

⁴⁰ THE GIFT of Salvation. First Things, n. 79, p. 20-23, jan. 1998. Disponível em: <http://www.leaderu.com/ftissues/ft9801/articles/gift.html>. Acesso em: 25 maio 2025.

⁴¹ A seguir, os parágrafos relevantes do documento: A justificação é central para o relato bíblico da salvação, e seu significado tem sido muito debatido entre protestantes e católicos. Concordamos que a justificação não é conquistada por quaisquer boas obras ou méritos nossos; é inteiramente um dom de Deus, conferido através da pura graciosidade do Pai, pelo amor que Ele nos tem em seu Filho, que sofreu em nosso favor e ressuscitou dos mortos para a nossa justificação. Jesus foi "entregue à morte por nossos pecados e ressuscitado para a nossa justificação" (Romanos 4:25). Na justificação, Deus, com base unicamente na justiça de Cristo, nos declara não mais seus inimigos rebeldes, mas seus amigos perdoados, e em virtude de sua declaração assim o é. O Novo Testamento deixa claro que o dom da justificação é recebido através da fé. "Pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus" (Efésios 2:8). Pela fé, que também é dom de Deus, nos arrependemos de nossos pecados e aderimos livremente ao Evangelho, a boa nova da obra salvífica de Deus por nós em Cristo. Pela nossa resposta de fé a Cristo, entramos nas bênçãos prometidas pelo Evangelho. A fé não é mero assentimento intelectual, mas um ato de toda a pessoa, envolvendo a mente, a vontade e os afetos, resultando em uma vida transformada. Entendemos que o que aqui afirmamos está de acordo com o que as tradições da Reforma entenderam por justificação somente pela fé (*sola fide*). Na justificação recebemos o dom do Espírito Santo, por meio de quem o amor de Deus é derramado em nossos corações (Romanos 5:5). A graça de Cristo e o dom do Espírito recebido pela fé (Gálatas 3:14) são experimentados e expressos de diversas maneiras por diferentes cristãos e em diferentes tradições cristãs, mas o dom de Deus nunca depende de nossa experiência humana ou de nossas maneiras de expressar essa experiência.

⁴² IGREJA CATÓLICA; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. Joint Declaration on the Doctrine of Justification. Vaticano, 1999. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_31101999_cath-luth-joint-declaration_en.html. Acesso em: 25 maio 2025. Para uma discussão sobre esta Declaração Conjunta, ver, por exemplo, BLOCHER, Henri A. The Lutheran-Catholic Declaration on Justification. In: MCCORMACK, Bruce L. (ed.). Justification in Perspective: Historical Developments and Contemporary Challenges. Grand Rapids: Baker, 2006. p. 197-217.

de Jesus Cristo".⁴³ Mais de cento e cinquenta teólogos assinaram um protesto contra a declaração. Uma leitura atenta da declaração revela que as diferenças distintivas entre as posições protestante e católica não foram abandonadas.⁴⁴

A “nova perspectiva” sobre Paulo e a justificação

Liderada pelo triunvirato E. P. Sanders,⁴⁵ James Dunn⁴⁶ e N. T. Wright⁴⁷ no final da década de 1970 e início da década de 1980, e continuando até o presente, uma “Nova Perspectiva” sobre Paulo não pretende apresentar uma posição sobre justificação que seja fundamentalmente antitética às preocupações dos reformadores, mas sim oferecer perspectivas adicionais e corretivas à posição tradicional da Reforma.

Há pontos importantes em que a “Nova Perspectiva” dá suporte à visão protestante tradicional,⁴⁸ e outras ênfases fornecem um contexto mais amplo (mas ainda harmonioso) para a compreensão da justificação do que frequentemente considerado na visão tradicional.⁴⁹

Em algumas áreas cruciais, contudo, a “Nova Perspectiva” parece afastar-se da compreensão protestante tradicional da justificação e conceitos relacionados.⁵⁰ Primeiro, ela se baseia em uma nova

⁴³ COMUNICADO À IMPRENSA, 15 de outubro de 1999 *apud* DEDEREN, Raoul. The Joint Declaration on the Doctrine of Justification: One Year Later. Ministry, v. 72, n. 1, p. 13, 2000.

⁴⁴ Para uma demonstração de como os católicos não mudaram suas visões desde Trento, ver esp. SCHREINER, Thomas R. Faith Alone: The Doctrine of Justification. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 209-230; e RUNIA, Klaas. Justification and Roman Catholicism. In: CARSON, D. A. (ed.). Right with God: Justification in the Bible and the World. Grand Rapids: Baker, 1998. p. 197-215. A maioria das seções da Declaração separa as posições luterana e católica em seus respectivos pontos, embora haja uma tentativa de reconciliar essas diferenças. Assim, por exemplo, a Seção 4.2 é intitulada “A Justificação como Perdão dos Pecados e Tornar Justo”, sendo a primeira parte (“perdão dos pecados”) a visão luterana, e a segunda (“tornar justo”) a visão católica. Note novamente o que não é afirmado por ambos: a justificação somente pela fé, a justiça imputada de Cristo e a justificação (apenas) forense, e a certeza pessoal da salvação. Para uma coleção de todos os principais documentos na recente reaproximação protestante-católica sobre a doutrina da justificação, e uma avaliação simpática, ver, p. ex., LANE, Anthony N. S. Justification in Catholic-Protestant Dialogue: An Evangelical Assessment. London: T & T Clark, 2002.

⁴⁵ SANDERS, E. P. Paul and Palestinian Judaism: A Comparison of Patterns of Religion. Philadelphia: Fortress, 1977..

⁴⁶ DUNN, James D. G. The New Perspective on Paul. BJRL, v. 65, p. 95-122, 1983. Ver suas obras posteriores, esp. The New Perspective on Paul. Ed. rev. Grand Rapids: Eerdmans, 2008; e Idem. New Perspective View. In: BEILBY, James K.; EDDY, Paul Rhodes (ed.). Justification: Five Views. Downers Grove: IVP Academic, 2011. p. 176-201.

⁴⁷ WRIGHT, N. T. The Paul of History and the Apostle of Faith. TB, v. 29, p. 61-88, 1978. Para seu estudo mais abrangente, ver Idem. Justification: God’s Plan and Paul’s Vision. Downers Grove: IVP, 2009.

⁴⁸ Por exemplo: (1) a justificação é forense (uma declaração legal divina) e não transformadora (tornar alguém justo); (2) a obediência perfeita é necessária para estar justo com Deus; e (3) a ira de Deus é propiciada pela morte de Jesus.

⁴⁹ Estes incluem, especialmente: (1) o cenário do tribunal divino; (2) o panorama geral da aliança e do propósito de Deus para os descendentes de Abraão; e (3) a dimensão escatológica da justificação (o veredito final é anunciado antecipadamente). Schreiner fornece boas evidências para a conclusão de que essas “perspectivas mais amplas” da “Nova Perspectiva” se harmonizam e enriquecem a visão da Reforma. Ver SCHREINER, Thomas R. Faith Alone: The Doctrine of Justification. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 239-264.

⁵⁰ Para esta seção, sou grato não apenas aos escritos de Sanders, Dunn e Wright, mas também àqueles que forneceram críticas construtivas de suas visões. Ver, em particular: PIPER, John. The Future of Justification: A Response to N. T. Wright. Wheaton: Crossway, 2007; SEIFRID, Mark A. Christ, Our Righteousness: Paul’s Theology of Justification. New Testament Studies in Biblical Theology, 9. Downers Grove: InterVarsity, 2000; WATERS, Guy Prentiss. Justification and the New Perspectives on Paul. Phillipsburg: P & R, 2004; e WESTERHOLM, Stephen. Justification Reconsidered: Rethinking a Pauline Theme. Grand Rapids: Eerdmans, 2013.

compreensão do judaísmo do primeiro século, que rejeita a visão da Reforma de que o judaísmo era uma religião legalista na qual se obtinha a salvação pelas obras da lei. Em vez disso, como Sanders resume, a religião judaica é vista como uma religião de "nomismo pactual": "a salvação é pela graça...; as obras são a condição para permanecer 'em', mas não garantem a salvação".⁵¹ A objeção de Paulo não era a esse "nomismo pactual", mas à rejeição do judaísmo a Jesus Cristo como o único caminho para a salvação.

Em segundo lugar, de acordo com Dunn e Wright, a referência de Paulo às "obras da lei" não trata da tentativa por parte dos judeus de guardar a lei para serem salvos (como no entendimento tradicional da Reforma), mas sim se refere às leis específicas do judaísmo, como a circuncisão, a guarda do sábado e as leis alimentares, que funcionavam como "emblemas étnicos" do judaísmo, marcando a fronteira entre judeus e gentios.⁵²

Em terceiro lugar, a "justiça de Deus" é definida como Sua fidelidade às promessas da aliança feitas a Abraão, e não como virtude moral ou conformidade com uma norma que é Seu próprio caráter, como entendido pelos reformadores.⁵³

Em quarto lugar, em contraste com os reformadores que viam a justificação como soteriológica (como alguém está bem com Deus), para Wright a justificação é vista como primariamente eclesiológica. Wright escreveu: "Justificação não é como alguém se torna cristão. É a declaração de que se tornou cristão... O que Paulo quer dizer com justificação, neste contexto, deve, portanto, ficar claro. Não se trata de 'como você se torna cristão', mas sim de 'como você pode identificar quem é membro da família da aliança'".⁵⁴

Quinto, os proponentes da "Nova Perspectiva" afirmam que "o problema fundamental de Israel era sua falha em abençoar o mundo" (um problema instrumental), em contraste com a compreensão do Reformador sobre Paulo, que enfatiza "a pecaminosidade inerente de Israel" (um problema ontológico).⁵⁵

Em sexto lugar, os proponentes da "Nova Perspectiva" sobre Paulo negam que o conceito de imputação da Reforma seja bíblico. Wright afirma categoricamente: "Se Paulo usa a linguagem do tribunal, não faz sentido algum dizer que o juiz imputou, concede, legou, transmitiu ou de outra forma

⁵¹ SANDERS, E. P. *Paul and Palestinian Judaism: A Comparison of Patterns of Religion*. Philadelphia: Fortress, 1977. p. 543 (itálico no original).

⁵² Ver, p. ex., DUNN, James D. G. *New Perspective View*. In: BEILBY, James K.; EDDY, Paul Rhodes (ed.). *Justification: Five Views*. Downers Grove: IVP Academic, 2011. p. 189-195; WRIGHT, N. T. *Justification: God's Plan and Paul's Vision*. Downers Grove: IVP, 2009. p. 116-118. Cf. a crítica de SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 249-252.

⁵³ Ver DUNN, James D. G. *New Perspective View*. In: BEILBY, James K.; EDDY, Paul Rhodes (ed.). *Justification: Five Views*. Downers Grove: IVP Academic, 2011. p. 182-183; WRIGHT, N. T. *Justification: God's Plan and Paul's Vision*. Downers Grove: IVP, 2009. p. 64-71.

⁵⁴ WRIGHT, N. T. *What Saint Paul Really Said: Was Paul of Tarsus the Real Founder of Christianity?*. Grand Rapids: Eerdmans, 1997. p. 129, 125.

⁵⁵ Resumo por SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 244. Ver também WRIGHT, N. T. *Justification: God's Plan and Paul's Vision*. Downers Grove: IVP, 2009. p. 195.

transferiu sua justiça ao autor ou ao réu."⁵⁶ Nenhuma justiça é imputada por Deus ao crente.⁵⁷

Finalmente, os proponentes da “Nova perspectiva” entendem regularmente a frase *pistis Christou* não como se referindo à “fé em Cristo” do crente, como os reformadores a interpretaram, mas sim como uma referência à “fé ou fidelidade de Cristo”.⁵⁸

Até que ponto essas divergências da visão tradicional de vários aspectos da justificação são fiéis às Escrituras e até que ponto elas se desviam da marca da verdade bíblica?

Alternativas Adventista do Sétimo Dia à visão reformada tradicional⁵⁹

Nas últimas décadas, tem havido uma série de vozes adventistas que se opõem à visão da Reforma sobre a justificação forense, incluindo a imputação da justiça de Cristo. Eles veem todo o modelo legal de justificação como não bíblico ou como uma expressão culturalmente condicionada da expiação, que se referia à mentalidade primitiva nos tempos bíblicos, mas agora é transcendida por uma visão mais ampla da expiação que elimina essa imputação forense.

Há outros adventistas que aceitam a justificação forense em princípio, mas prosseguem afirmando que a justificação significa mais do que a imputação da justiça de Cristo, incluindo também o processo pelo qual Cristo realmente nos torna justos. De acordo com essa visão, a justificação visa principalmente "tornar justos", não apenas "declarar justos", ou então seria apenas uma ficção jurídica. Apesar dos protestos em contrário, os proponentes dessa visão parecem adotar os principais argumentos católicos contra os reformadores do século XVI. A justificação é tanto justiça imputada quanto transmitida, na visão desses intérpretes adventistas.

Alguns adventistas sustentam que a justificação significa apenas o perdão dos pecados passados quando alguém se achega a Cristo, mas, após a justificação inicial, a aceitação por Deus se baseia na justiça infundida por Cristo, que torna o indivíduo justo e, portanto, aceitável aos olhos de Deus. Ligado a essa posição está o entendimento de que há uma necessidade de pecado absoluto por parte do povo de Deus no fim dos tempos, o que, na prática, tornará a justificação objetiva desnecessária, pois o povo de Deus alcançou um estado de santificação em que a justificação objetiva (imputada) é totalmente substituída pela justiça concedida por Cristo.

Após esta breve análise das diferentes visões sobre a justificação, precisamos nos perguntar:

⁵⁶ WRIGHT, N. T. *What Saint Paul Really Said: Was Paul of Tarsus the Real Founder of Christianity?*. Grand Rapids: Eerdmans, 1997. p. 98. Para uma crítica, ver SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 253-261.

⁵⁷ Em vez de imputação, Wright defende o conceito de representação: o Messias “representa seu povo, agora apropriadamente substituindo-o, tomando sobre si a morte que eles mereciam, para que eles mesmos não a sofressem” (WRIGHT, N. T. *Justification: God’s Plan and Paul’s Vision*. Downers Grove: IVP, 2009. p. 105).

⁵⁸ Ver, p. ex., DUNN, James D. G. *New Perspective View*. In: BEILBY, James K.; EDDY, Paul Rhodes (ed.). *Justification: Five Views*. Downers Grove: IVP Academic, 2011. p. 196-198.

⁵⁹ Propositamente, não identifiquei pelo nome indivíduos ou grupos específicos nesta seção do artigo, pois espera-se que o foco recaia sobre as questões, e não sobre indivíduos ou “campos” dentro do Adventismo. Neste artigo, não abordamos a visão de alguns adventistas chamada de justificação “corporativa”, “objetiva” ou “universal”, que é vista como tendo ocorrido na Cruz. Esta posição exige um tratamento e uma avaliação extensivos e separados em outro lugar.

a visão da Reforma sobre a justificação é sólida ou deveríamos retornar a Roma ou seguir alguma outra direção, como sugerido por outras visões mencionadas acima? A única maneira de responder a essa pergunta é testar as diversas visões com a Palavra de Deus. Qual é o ensinamento bíblico sobre a justificação? Vamos às Escrituras!

O ENSINO BÍBLICO SOBRE JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ (FOCADO NAS PASSAGENS DO ANTIGO TESTAMENTO)

A maioria dos estudos bíblicos sobre justificação concentra-se quase inteiramente nos escritos paulinos, mas o próprio Paulo recorre ao Antigo Testamento para fundamentar sua doutrina da justificação! Paulo afirma explicitamente: "Mas agora se manifestou a justiça que vem de Deus, independente da lei, da qual testificam a Lei e os Profetas" (Rm 3:21). Neste estudo, seguindo a liderança de Paulo (que foi indiscutivelmente o maior "teólogo do Antigo Testamento!"), vamos diretamente ao Antigo Testamento, concentrando-nos especialmente nas passagens utilizadas por Paulo, e, no processo, veremos como Paulo e outros escritores do Novo Testamento desenvolvem seus ensinamentos sobre justificação com base no testemunho do Antigo Testamento.⁶⁰

Essa abordagem também segue os passos dos reformadores, que apontaram as fontes do Antigo Testamento para a teologia da justificação de Paulo. Por exemplo, os principais marcos na crescente compreensão de Lutero sobre a justificação pela fé centraram-se em passagens do Antigo Testamento. No outono de 1510, em conexão com sua visita a Roma, várias vezes ele ficou particularmente impressionado com as palavras de Habacuque 2:20, citadas em Romanos 1:17. "O justo viverá pela fé!" Em sua (*Turmerlebnis*), ou "Descoberta da Torre" (provavelmente em 1519), quando Lutero teve um grande avanço na compreensão do significado da "justiça de Deus", ele encontrou a chave durante suas palestras sobre os Salmos.⁶¹ No prefácio ao seu comentário sobre o livro de Romanos (publicado postumamente em 1552), Lutero destaca as várias passagens do Antigo Testamento sobre as quais Paulo construiu sua doutrina da justificação, além de afirmar, de forma geral, que Paulo prova seus pontos teológicos a partir das Escrituras do Antigo Testamento. Suas palestras sobre Gálatas (tanto as publicadas em 1519 quanto as de 1535) estão repletas de citações de passagens do Antigo Testamento, daquelas utilizadas por Paulo e muitas outras. Este estudo não tentará traçar as interpretações de várias passagens relevantes do Antigo Testamento pelos reformadores, mas abordará diretamente os textos do Antigo Testamento, especialmente os usados pelo apóstolo Paulo.

⁶⁰ Para um exemplo dos raros casos em que um estudo bíblico sobre a justificação dá ênfase considerável às raízes veterotestamentárias da doutrina paulina da justificação, ver CLOWNEY, Edmond P. *The Biblical Doctrine of Justification by Faith*. In: CARSON, D. A. (ed.). *Right with God: Justification in the Bible and the World*. Grand Rapids: Baker, 1998. p. 19-37.

⁶¹ Provavelmente enquanto estudava o Salmo 31 ou 71. O próprio testemunho posterior de Lutero parece implicar que isso ocorreu em 1519, durante sua segunda exposição dos Salmos. Ver GEORGE, Timothy. *Theology of the Reformers*. Nashville: Broadman, 1988. p. 62. Mas alguns estudiosos datam este evento de sua primeira exposição sobre os Salmos, no outono de 1514. Ver SCHWIEBERT, E. G. *Luther and His Times: The Reformation from a New Perspective*. St. Louis: Concordia, 1950. p. 286-289.

Primeiro examinamos o significado dos termos básicos do Antigo e do Novo Testamento para “justiça” e “justificar”.

Estudo de palavras

“Justiça”

Na Bíblia Hebraica, a ideia básica de *ts-d-q* e seus derivados (410x) é “conformidade com uma norma” (ver, por exemplo, Gn 38:26; Jó 9:15, 20).⁶² A raiz grega *dikaio-* e seus derivados na LXX e no NT (147x no NT) são amplamente determinados pelo conceito hebraico de *ts-d-q*. No caso de Deus, Sua “justiça” centra-se em Sua “fidelidade à aliança” (como enfatizado pela “Nova Perspectiva sobre Paulo”). Os termos bíblicos para “justiça” frequentemente denotam Seus atos poderosos no cumprimento das promessas e ameaças da aliança feita com Seu povo (por exemplo, Jz 5:10-11; 1Sm 12:7; Ne 9:8; Sl 98:9; Mq 6:5; Sf 3:5). Uma vez que a aliança consiste em bênçãos e maldições (Dt 27-28), segue-se que a justiça de Deus incluirá tanto a justiça punitiva (por exemplo, Sl 11:6; 129:4; 2 Cr 12:6; Is 28:17) quanto a salvação (por exemplo, Sl 112:6; 116:5; Pv 8:18; Is 45:23; 56:1), dependendo da resposta humana à aliança. O termo “justiça de Deus” também pode ser usado em um sentido ético mais amplo, denotando um atributo geral do caráter moral de Deus de fazer o que é certo, ou seja, fazer o que é consistente com (em conformidade com) Seu caráter de amor, que envolve tanto justiça quanto misericórdia (Êx 34:6-7; cf. Sl 31:1; 36:10; 40:10; 71:2; 88:11-12; 143:1; Is 45:8; 46:13; 51:4-8; Rm 3:5, 25-26). Esta “justiça de Deus” também pode denotar o próprio caráter moral justo de Deus, que é imputado aos crentes como um dom gratuito (Rm 1:17; 3:21-22; 10:3; Fp 3:9; cf. Rm 5:17; 1 Co 1:30; 2 Co 5:21; e Gn 15:6, conforme discutido abaixo).

Quando usados em conexão com a conduta de pessoas, os termos bíblicos para “justiça” denotam a conformidade com normas/exigências de um relacionamento específico. Justiça é a total conformidade de atitude e ação com a vontade de Deus dentro do relacionamento de aliança (p. ex., Sl 82:3; Is 51:7; Jr 22:3; Ez 18:5-9; Amós 5:24). Cristo, como plenamente Deus e plenamente humano, combinou tanto a “justiça de Deus” (poderosos atos salvadores e atos de julgamento sobre o pecado, consistentes com Seu caráter) quanto a justiça humana (perfeita obediência à lei de Deus), como ilustrado, p. ex., em Is 59:17-19 (cf. Is 53:11; Rm 5:18, 19; Fp 2:8; Hb 5:8). Cristo imputa essa justiça aos crentes (Rm 5:17; 2 Co 5:21).

“Justificar”

⁶² Desenvolvi e demonstrei o suporte bíblico para as conclusões desta seção em um artigo não publicado, “Righteousness—A Word Study”. Ver também: New International Dictionary of Old Testament Theology and Exegesis (NIDOTTE), s.v. “ts-d-q”, v. 3, p. 744-769; New International Dictionary of New Testament Theology and Exegesis (NIDNTTE), 2. ed. s.v. “dikaiosynē”, v. 1, p. 723-741; Theological Dictionary of the New Testament (TDNT), s.v. “dik-”, v. 2, p. 178-225; JACOB, Edmond. Theology of the Old Testament. New York: Harper & Row, 1958. p. 94-102; e SCHREINER, Thomas R. Faith Alone: The Doctrine of Justification. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 144-152, 158-178.

A palavra hebraica para “justificar”, *tsadaq* no radical Hifil (*hitsdiq*), significa consistentemente “declarar justo” e não “tornar justo” (ver Êx 23:7; Dt 25:1; Jó 27:5; Pv 17:15; Is 5:23).⁶³ A palavra da LXX que traduz este termo é *dikaioō*, e esta também é a palavra do NT para “justificar”. Seu significado primário é “declarar com retidão”; não significa “tornar justo”.⁶⁴ É um termo jurídico usado em tribunais para descrever o pronunciamento do juiz de que o indivíduo sob julgamento é absolvido, declarado com retidão.

Parte da confusão sobre o significado deste verbo para “justificar” na história da igreja cristã surgiu porque na Vulgata Latina, que se tornou a tradução dominante no cristianismo ocidental, os verbos gregos e hebraicos para “justificar” são traduzidos pelo termo latino *iustificare*, que em sua etimologia, extraída da cultura romana, significava “tornar justo”, e que Agostinho interpretou como “tornar justo”.⁶⁵ Ao contrário da tradução latina na Vulgata, conforme articulada por Agostinho, as palavras originais hebraicas e gregas para “justificar” (tanto no AT quanto no NT) não significam “tornar justo”, mas “declarar justo”; elas não falam sobre a condição moral da pessoa em questão, mas falam sobre a declaração do juiz de que o réu foi absolvido (declarado em direito). Lutero chegou a essa conclusão por volta do ano de 1518.⁶⁶

Qual é a base sobre a qual o juiz pode declarar o réu absolvido? Para a resposta bíblica, vamos primeiro ao material do Antigo Testamento, aos capítulos iniciais de Gênesis, às narrativas abraâmicas (especialmente Gênesis 15:6 em seu contexto mais amplo) e a outras passagens do Antigo Testamento sobre as quais o apóstolo Paulo construiu sua doutrina da justificação.

Passagens do Antigo Testamento sobre a Justificação (especialmente aquelas citadas por Paulo)

Gênesis 1-3:

Tipologia Adão-Cristo. No tratamento contínuo de Paulo à tipologia Adão-Cristo referente à justificação em Romanos 5:12-21, ele, em última análise, remete ao relato de Gênesis sobre a criação e a Queda (Gn 1-3). A seguir, vamos diretamente aos capítulos iniciais das Escrituras, vemos como Moisés introduz os conceitos que compõem a mensagem da justificação pela fé⁶⁷ e, em seguida,

⁶³ The Hebrew and Aramaic Lexicon of the Old Testament (HALOT), s.v. “*tsadaq*”; JOHNSON, B. Verbete “*tsadaq*”. In: Theological Dictionary of the Old Testament (TDOT), v. 12, p. 250.

⁶⁴ New International Dictionary of New Testament Theology and Exegesis (NIDNTTE). 2. ed. s.v. “*dikaioō*”, v. 1, p. 725, 735.

⁶⁵ SPROUL, R. C. “O significado forense da justificação”, p. 28–29; e MCGRATH, Alister E. *Iustitia Dei*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v. 1, p. 30–31.

⁶⁶ GEORGE, Timothy. *Theology of the Reformers*. Nashville: Broadman, 1988. p. 69-70..

⁶⁷ Os tratamentos sobre a justificação pela fé geralmente não dão atenção aos capítulos iniciais de Gênesis como já fornecendo os contornos essenciais da mensagem da justificação pela fé (embora sem a terminologia técnica). Uma exceção, ainda que seus comentários se limitem a um breve parágrafo, é: MACARTHUR, John M. Long before Luther (Jesus and the Doctrine of Justification). In: KISTLER, John (ed.). *Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine*

examinamos as verdades que Paulo extrai desses capítulos.

Lendo Gênesis 1-3 em hebraico, ficamos impressionados com o jogo de palavras constante envolvendo a palavra 'adam (ou com o artigo ha'adam). Em Gênesis 1:26-27, a palavra (uma vez com o artigo e outra sem) significa "humanidade". Em Gênesis 2:18-23, ha'adam (com o artigo) indica uma pessoa individual, "o homem". Nos versículos seguintes de Gênesis 2 e nos versículos iniciais de Gênesis 3, não fica claro se o termo (com o artigo) deve ser traduzido como "o homem" ou pelo nome "Adão" (veja as diferentes práticas de várias versões modernas), mas em Gênesis 3:17 (sem o artigo) ele constitui claramente o nome próprio, "Adão". Em Gênesis 5:1-2, que recapitula a criação humana no início da segunda seção principal do livro, o mesmo termo "adam" (sem o artigo) denota tanto o nome "Adão" (vs. 1a) quanto o nome da raça humana, incluindo homens e mulheres, "Humanidade" (vs. 1b, 2). Significativamente, em todo o restante das Escrituras, ninguém mais é chamado de "Adão".

Pelo uso do termo 'adam' nos capítulos iniciais de Gênesis, parece evidente que Adão é apresentado como a cabeça representativa em solidariedade com toda a raça humana.⁶⁸ Adão carrega o nome que também é o nome da Humanidade. Somente Adão, na história da salvação do Antigo Testamento, recebe esse nome. Adão, como pessoa, está em solidariedade corporativa com o "Adão", que é a humanidade como um todo. Este conceito da solidariedade de Adão com a raça humana é desenvolvido por Paulo em Romanos 5 e 1 Coríntios 15.⁶⁹ Quando Adão pecou, toda a raça humana ("os muitos") foi "constituída pecadora" (Romanos 5:19).⁷⁰ Adão e toda a humanidade subsequente receberam uma natureza pecaminosa e se tornaram legalmente culpados diante de Deus.⁷¹

Se Gênesis 1-3, em geral, apresenta Adão como o homem representativo em solidariedade corporativa com a raça humana, o Protoevangelho ("Primeira Promessa do Evangelho") de Gênesis 3:15, em particular, apresenta Aquele que há de vir como a "Semente" representativa da mulher, que está em solidariedade corporativa com a "semente" corporativa da mulher. Gênesis 3:15 aparece em

by Which the Church and the Individual Stands or Falls. Edição revisada e atualizada. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 20-21.

⁶⁸ Esta solidariedade, indicada pela fluidez singular-coletiva do termo '*adam*', também parece ser ressaltada por sua ligação etimológica explícita com a "terra". Em Gênesis 2:5, 7, o termo [*ha*]'*adam* (uma vez com e outra sem o artigo) denota o ser humano que a princípio não está presente para cultivar e, em seguida, é formado da "terra" (*ha'adamah*). A ligação entre "humano" ([*ha*]'*adam*) e "terra" ([*ha*]'*adamah*) destaca a solidariedade corporativa porque em Gênesis 2:6-7 "terra" também se refere tanto ao "pó da terra" localizado do qual Adão foi feito (v. 7), quanto a toda a "face da terra" universalizada (v. 6; cf. Gênesis 7:23). Ellen White corrobora essa interpretação da posição de Adão em relação à humanidade. Ela escreve: "Sob Deus, Adão deveria estar à testa da família humana..." (WHITE, Ellen G. *Counsels to Parents, Teachers, and Students*. Mountain View: Pacific Press, 1913. p. 33). "O sábado foi confiado a Adão, o pai e representante de toda a família humana." (WHITE, Ellen G. *Patriarchs and Prophets*. Washington: Review and Herald, 1890. p. 48).

⁶⁹ Para um resumo sucinto e perspicaz do uso que Paulo faz do conceito de solidariedade corporativa, ver, p. ex., DODD, C. H. *The Epistle of Paul to the Romans*. London: Hodder and Stoughton, 1954. p. 78-83; e RIDDERBOS, Herman. *Paul: An Outline of His Theology*. Grand Rapids: Eerdmans, 1975. p. 57-64.

⁷⁰ Muitas versões modernas traduzem esta frase como "feitos pecadores", mas o verbo grego aqui é *kathistēmi* (aor. pass. 3pl), que neste contexto significa "ser constituído" (ver MURRAY, John. *The Epistle to the Romans*. Grand Rapids: Eerdmans, 1963. (The New International Commentary on the New Testament). p. 204-206). Adão e toda a humanidade subsequente recebem uma natureza pecaminosa e são legalmente considerados culpados diante de Deus.

⁷¹ Veja WHITE, Ellen G. *Patriarchs and Prophets*. Washington: Review and Herald, 1890. p. 61: "a natureza deles [de Adão e Eva] se havia depravado pelo pecado"; e NICHOL, Francis D. (ed.). *The Seventh-day Adventist Bible Commentary*. Washington: Review and Herald, 1957. v. 6, p. 1074: "No que se refere ao primeiro Adão, os homens nada recebem dele, senão a culpa e a sentença de morte."

um cenário de julgamento, no qual Deus vem para um “processo legal”, um “julgamento”, um “processo judicial”.⁷² Gênesis 3:15 forma o centro quiástico de Gênesis 3 e introduz a primeira promessa do Evangelho em meio ao julgamento. As cláusulas finais do versículo vão ao cerne dessa promessa e mostram que ela está centrada em uma Pessoa. Deus diz à serpente: “Ele” — a Semente masculina representativa (individual) máxima da mulher e de seus descendentes, que mais tarde seria revelado como o Messias — “te ferirá a cabeça [Satanás], e tu [Satanás] lhe ferirás o calcanhar [do Messias]”.⁷³

A Semente Messiânica tirará a sandália, por assim dizer, descalçará o calcanhar e pisará voluntariamente na víbora venenosa. Os cristãos têm corretamente visto isso como uma imagem da Semente entregando voluntariamente a Sua vida para matar a serpente, que Apocalipse 12:9 identifica como Satanás. O Messias se voluntariaria para pisar conscientemente na cabeça da víbora mais mortal do universo, a própria serpente Satanás, sabendo muito bem que isso Lhe custaria a vida. Este é um retrato poderoso do sacrifício substitutivo de Cristo em favor da humanidade pecadora. A implicação é que a culpa de Adão e Eva e sua semente (descendentes) será imputada à sua Semente Representativa, o Messias, e Ele suportará a penalidade em seu lugar.⁷⁴

A predição em Gênesis 3:15 é esclarecida e ampliada alguns versículos depois. Em Gênesis 3:21, o registro afirma que Deus vestiu Adão e Eva com peles — implicando o sacrifício de animais. No contexto deste capítulo, a “nudez” de Adão e Eva não era apenas uma exposição física. Adão e Eva tentaram cobrir sua nudez com as obras de suas mãos, vestindo vestes de folhas de figueira que haviam feito (v. 7). Mas, de acordo com o v. 10, quando Deus veio ao Jardim, Adão ainda se considerava “nu”, mesmo estando vestido com as vestes de folhas de figueira. A nudez envolvia uma sensação de “estar desmascarado”,⁷⁵ uma consciência de culpa e vergonha, uma “nudez da alma”.⁷⁶

⁷² WESTERMANN, Claus. Creation. Tradução de John J. Scullion. London: SPCK, 1974. p. 96.

⁷³ Em uma perspicaz tese de doutorado, Afolarin Ojewole mostra como neste versículo central do capítulo o conflito se afunila de muitos descendentes (uma “semente” coletiva, Heb. *zera* ‘) na primeira parte do versículo para um pronome masculino singular na última parte do versículo — “Ele” — lutando contra a serpente. Em outras partes da Escritura, sempre que o termo “semente” tem um referente pronominal singular, é uma única “semente” (isto é, um único indivíduo) que está em vista. OJEWOLE, Afolarin. The Seed in Genesis 3:15: An Exegetical and Theological Study. 2002. Tese (Doutorado) – Andrews University, Berrien Springs, 2002. p. 190-207.

⁷⁴ Para suporte a estas conclusões, ver OJEWOLE, Afolarin. The Seed in Genesis 3:15: An Exegetical and Theological Study. 2002. Tese (Doutorado) – Andrews University, Berrien Springs, 2002. p. 207-213.

⁷⁵ WESTERMANN, Claus. Creation. Tradução de John J. Scullion. London: SPCK, 1974. p. 95.

⁷⁶ WHITE, Ellen G. Patriarchs and Prophets. Washington: Review and Herald, 1890. p. 57. Não se reconhece com frequência que Gênesis 2 e 3 utilizam duas palavras hebraicas diferentes para “nu”.⁴ Em Gênesis 2:25, a palavra para “nu” é *‘arom*, que em outras partes da Escritura frequentemente se refere a alguém não totalmente vestido ou não vestido da maneira normal. Em 1 Samuel 19:24, por exemplo, o termo é “usado para aquele que, tendo tirado seu manto, anda vestido apenas com sua túnica” (GESENIUS, Wilhelm. Gesenius’ Hebrew and Chaldee Lexicon to the Old Testament Scriptures. Tradução de Samuel P. Tregelles. Grand Rapids: Eerdmans, 1949. p. 653). Novamente, em Isaías 20:2, a referência é a alguém “vestido apenas com *śaq*” (KOEHLER, Ludwig; BAUMGARTNER, Walter. Lexicon in Veteris Testamenti Libros (KBL). Leiden: Brill, 1958. p. 735; cf. João 21:7). Outras passagens empregam o termo no sentido de “esfarrapado, malvestido” (Jó 22:6; 24:7, 10; Isaías 58:7; GESENIUS, Wilhelm. Gesenius’ Hebrew and Chaldee Lexicon to the Old Testament Scriptures. Tradução de Samuel P. Tregelles. Grand Rapids: Eerdmans, 1949. p. 653). Gênesis 2:25 não indica explicitamente de que maneira Adão e Eva estavam sem roupas no sentido normal (“normal” da perspectiva pós-Queda), mas a passagem paralela da criação no Salmo 104 dá uma pista. O Salmo 104 segue exatamente a mesma ordem do relato da criação em Gênesis, e a análise dos paralelos ponto a ponto entre as duas passagens. No Salmo 104, junto com a descrição poética da obra criadora de Deus, parece haver pelo menos uma indicação de Sua aparência, ou melhor, Sua “vestimenta” (vv. 1-2): “Estás vestido de honra e de glória, Tu que te cobres de luz como de um manto.” Se

Portanto, a “vestimenta” de Deus para Adão e Eva não era apenas uma cobertura de sua nudez física, mas uma cobertura de sua culpa e vergonha. O sangue de uma vítima inocente foi derramado em vez do deles.⁷⁷ Aqui se insinua o sacrifício substitutivo do Messias em favor da humanidade culpada, que merecia a pena de morte (Gn 2:17). “No instante em que o homem aceitou a tentação de Satanás e fez exatamente o que Deus havia dito que ele não deveria fazer, Cristo, o Filho de Deus, colocou-se entre os vivos e os mortos, dizendo: ‘Que o castigo caia sobre mim. Eu ficarei no lugar do homem.’”⁷⁸

Em vez das folhas de figueira de suas próprias obras, com as quais tentaram sem sucesso cobrir sua nudez (Gn 3:7-10), Deus os cobriu com peles de animais, simbolizando o “manto de justiça” do Messias (Is 61:10), justiça que Ele imputa aos pecadores arrependidos que creem nele.⁷⁹

Em Romanos 5:12-21, o reconhecimento de Paulo de Jesus Cristo como o novo Cabeça representativo da semente da mulher, o antitípico Adão, está, em última análise, enraizado em Gênesis 1-3, especialmente 3:15, 21 (e também ecoa Isaías 53, que examinaremos a seguir). Por meio de quatro comparações/contrastes tipológicos, Paulo traça com precisão as implicações para a justificação pela fé: (1) assim como “muitos” morreram pelo pecado de um só homem, assim “muitos” têm a graça disponível a eles por meio do Único homem, Jesus Cristo (v. 15); (2) assim como o julgamento/condenação veio por meio daquele que pecou, o “dom gratuito” da absolvição/justificação está disponível a todos por meio do ato justo do Único Homem (vv. 16, 18); (3) assim como o pecado/morte reinou pela ofensa do homem, assim aqueles que recebem o dom da justiça por meio de Um, Jesus Cristo, reinarão para a vida eterna (vv. 17, 21); e (4) assim como “muitos” foram “constituídos” pecadores pela desobediência de um homem, assim “muitos” (que receberão, v. 17b) serão “constituídos” justos (isto é, justificados) pela obediência de Um Homem imputada a eles (v. 19).⁸⁰

Deus é retratado como vestido com “vestes” de luz e glória, não é desarrazoado deduzir que o homem, criado à imagem e semelhança de Deus tanto em aparência externa quanto em caráter (como implicado pelos dois termos “imagem” *tselem* e “semelhança” *demut* em Gênesis 1:26), é similarmente vestido, a saber, que Adão e Eva foram originalmente “vestidos” com “vestes” de luz e glória.⁶ Se este é o caso em Gênesis 2:25, então o contraste com Gênesis 3 se torna claro. Em Gênesis 3:7, 10, 11, a palavra hebraica para “nu” é *’erom*, que em outras partes da Escritura sempre aparece em um contexto de exposição total (e geralmente vergonhosa), descrevendo alguém “completamente nu” ou “despido” (cf. Ezequiel 16:7, 22, 39; 18:7, 16; 23:29; Deuteronômio 28:48. GESENIUS, Wilhelm. *Gesenius’ Hebrew and Chaldee Lexicon to the Old Testament Scriptures*. Tradução de Samuel P. Tregelles. Grand Rapids: Eerdmans, 1949. p. 625; BROWN, Francis; DRIVER, S. R.; BRIGGS, Charles A. *A Hebrew and English Lexicon of the Old Testament* (BDB). Oxford: Clarendon Press, 1907. p. 735-736; KOEHLER, Ludwig; BAUMGARTNER, Walter. *Lexicon in Veteris Testamenti Libros* (KBL). Leiden: Brill, 1958. p. 702). Como resultado do pecado, o par humano se encontra “completamente nu”, despojado das vestes de luz e glória, e busca se vestir com folhas de figueira.

⁷⁷ Em paralelo com o holocausto de Levítico 1:5, 11 e a oferta pelo pecado de Levítico 4:29, os pecadores humanos provavelmente abatiam eles mesmos o animal sacrificial.

⁷⁸ WHITE, Ellen G. In: NICHOL, Francis D. (ed.). *The Seventh-day Adventist Bible Commentary*. Washington: Review and Herald, Carta 22, 13 fev. 1953. v. 1, p. 1085.

⁷⁹ Veja por exmplo, SCHAEFFER, Francis A. *Genesis in Space and Time*. Downers Grove: InterVarsity, 1975. p. 105-106.

⁸⁰ Para uma discussão mais aprofundada destes pontos, veja DAVIDSON, Richard M. *Typology in Scripture: A Study of Hermeneutical Typos Structures*. Berrien Springs: Andrews University Press, 1981. (Andrews University Seminary Doctoral Dissertation Series, 2). p. 299-304; SEIFRID, Mark A. *Christ, Our Righteousness: Paul’s Theology of Justification*. New Testament Studies in Biblical Theology, 9. Downers Grove: InterVarsity, 2000. p. 70-74; e MURRAY, John. *The Epistle to the Romans*. Grand Rapids: Eerdmans, 1963. (The New International Commentary on the New Testament). p. 178-210. Alguns (como Wright na “Nova Perspectiva”) veriam nesta passagem paulina (e em seus paralelos, como 2 Coríntios 5:12-21) apenas representação e solidariedade humana, e não imputação. Mas Murray

Os capítulos iniciais de Gênesis e a exposição paulina dessas passagens afirmam verdades cruciais sobre a natureza da justificação:

- A justificação é uma declaração judicial de absolvição, o oposto da condenação (Gn 3:15; Rm 5:16), e não uma condição ética.
- A justificação se baseia na justiça externa de Cristo, não na justiça inerente do indivíduo (Gn 3:21; Rm 5:17, 18).
- O único fundamento da justificação é a morte substitutiva de Cristo e os méritos imputados de Sua justiça, não a justiça transmitida por Cristo (isto é, a santificação) (Gn 3:15, 21; Rm 5:15, 17, 18, 19).
- A justificação é um dom gratuito, não uma questão de obras humanas (Gn 3:15, 21; Rm 5:16, 17).

Gn 15:6 (e seus contextos antecedentes).

Provavelmente não há declaração bíblica mais contundente sobre a justificação pela fé do que a encontrada em Gn 15:6: “E ele [Abraão] creu no Senhor, e Ele [o Senhor] lhe imputou [imputou, hebr. *khashab*⁸¹] isso como justiça.”⁸² No NT, Paulo cita este versículo como um dos principais fundamentos bíblicos de sua doutrina da justificação pela fé (Rm 4:3, 9, 22).

Abraão é aceito/considerado por Javé como justo por crer no Senhor. Neste versículo, temos uma declaração clara das características básicas da doutrina bíblica da justificação pela fé. Primeiro, Abraão não foi tornado justo, mas sim considerado justo; a justiça lhe foi imputada, não concedida. Abraão não foi considerado justo por causa de uma justiça inerente: nos capítulos que seguem Gênesis 15, fica claro que Abraão não é um modelo de justiça (veja seu pecado ao tomar Agar como esposa e enganar Abimeleque, dizendo que Sara era sua irmã; Gênesis 16, 20, 21). Imediatamente após citar Gênesis 15:6, Paulo ousadamente afirma que Deus “justifica o ímpio” quando “a sua fé lhe é imputada como justiça” (Romanos 4:5). Fleming Rutledge captou a natureza radical desse “acerto de contas” divino:

Abraão, longe de ser um modelo de retidão, é antes de tudo o pecador justificado original, a pessoa “ímpia” original que é remodelada por Deus em piedade, não por causa de suas próprias ações, mas por causa do Deus que faz

(*Ibidem*, p. 205-206) aponta corretamente como representação/solidariedade e imputação caminham juntas em Romanos 5:19: “Nosso envolvimento não pode ser o de uma transgressão pessoal e voluntária de nossa parte. Só pode ser o da imputação, que, por razão da unidade representativa, o pecado de Adão é lançado em nossa conta e, portanto, considerado como nosso. . . . O mesmo princípio de solidariedade que aparece em nossa relação com Adão, e em razão do qual estamos envolvidos em seu pecado, se aplica em nossa relação com Cristo. E assim como a relação com Adão significa a imputação de sua desobediência a nós, a relação com Cristo significa a imputação de sua obediência a nós.”

⁸¹ The Hebrew and Aramaic Lexicon of the Old Testament (HALOT), s.v. “khashab”.

⁸² Alguns estudiosos sugeriram que Abraão é o sujeito ao longo de todo este versículo; isto é, “Abraão creu no Senhor e [Abraão] considerou isso (ou seja, o que o Senhor havia prometido) para ele (uma manifestação de sua) justiça”. Mas, como apontado por B. Johnson (JOHNSON, B. Verbete “tsadaq”. In: Theological Dictionary of the Old Testament (TDOT), v. 12, p. 254), “Elementos que militam contra essa visão incluem especialmente a forma verbal consecutiva e o nome divino imediatamente antes do verbo ‘e ele considerou’, onde ‘ele’ pode mais naturalmente se referir a Deus.”

o inimaginável — o Deus que justifica, retifica, redime e refaz a pessoa menos aceitável e mais ímpia.⁸³

Em segundo lugar, Abraão foi considerado justo não por causa de suas obras. Após citar Gênesis 15:6, Paulo acertadamente aponta que “ora, ao que trabalha, o salário não é considerado como favor, mas como dívida” (Romanos 4:4). Paulo também observa a cronologia do fluxo narrativo, de que Abraão foi considerado justo (justificado) em Gênesis 15, antes de realizar a obra da circuncisão descrita em Gênesis 17 (Romanos 4:9-12). Abraão foi justificado antes de trabalhar!

Terceiro, Abraão apropriou-se da justiça somente pela fé. A construção hebraica em Gênesis 15:6, a’aman no Hifil mais a preposição *be*, indica que Abraão não apenas deu consentimento intelectual a Yahweh e Suas promessas, mas que ele relacionalmente “colocou sua confiança” no Senhor.⁸⁴ Ele entrou em um relacionamento pessoal e íntimo de confiança com Deus. A confiança de Abrão em Yahweh não era meritória. Observe a fragilidade da fé de Abrão. Imediatamente após a elevada declaração de fé de Abrão na promessa de Deus de que ele herdaria a terra (Gênesis 15:6), Abrão pergunta a Deus: “Como saberei que a herdarei?” (v. 8). Neste capítulo, Ele ainda é Abrão, não Abraão. Sua mudança de nome, significando seu desenvolvimento de caráter, ainda não ocorreu; ele ainda tem várias experiências marcantes pela frente que revelam sua falta de fé madura. Mas Deus o aceita onde ele está. Sua fé, por mais fraca que fosse, foi o instrumento, as “mãos vazias” que agarraram as promessas que Javé havia feito sobre sua futura semente.

Com precisão gramatical, os escritores do NT confirmam mais tarde, na discussão desta e de passagens relacionadas do AT, que a fé é apenas o meio ou instrumento, não a base ou agente, da justificação.⁸⁵

Alguns proponentes da "Nova Perspectiva sobre Paulo" argumentam que a expressão paulina

⁸³ RUTLEDGE, Fleming. Not Ashamed of the Gospel: Sermons from Paul's Letter to the Romans. Grand Rapids: Eerdmans, 2007.¹ p. 115.

⁸⁴ Na Bíblia Hebraica (BH), a expressão *'aman* (Hifil) mais a preposição *le*, “crer [em]”, frequentemente implica apenas dar assentimento intelectual a algo/alguém, “considerar algo [ou alguém] como confiável” (ver The Hebrew and Aramaic Lexicon of the Old Testament (HALOT), s.v. “’aman”; cf. Êxodo 4:8-9; 1 Reis 10:7; Isaías 53:1; Salmos 106:24; Provérbios 14:15; 2 Crônicas 9:6), enquanto o mesmo verbo com a preposição *be*, como temos em Gênesis 15:6, geralmente expressa a ideia relacional adicional de “ter confiança em” (*Ibidem*; cf. Êxodo 14:31; Números 14:11; 20:12; Deuteronômio 1:32; 2 Reis 17:14; Jonas 3:5; Salmos 78:22; 2 Crônicas 20:20).

⁸⁵ Veja esp. a discussão de BEEKE, Joel. Justification by Faith Alone (The Relation of Faith to Justification). In: KISTLER, John (ed.). Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls. Edição revisada e atualizada. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 53-105. Com relação a Gênesis 15:6, Paulo (Romanos 4 e Gálatas 3:6-14) deixa claro que este versículo não apoia a noção de que Deus atribui justiça a Abraão por causa de algum tipo de mérito de criatura em sua fé (como encontramos alegado na teologia católica), mas como um dom gratuito de Deus. Quando Paulo afirma que Deus considerou sua fé “para [*Gk. eis*] justiça” (Romanos 4:5, 9, 22), a preposição *eis* não denota “em lugar de” (implicando que é o fundamento da justiça), mas “com vistas a” ou “em direção a” (implicando que foi a ocasião e o meio de receber o dom gratuito da justiça de Deus) (*Ibidem*, p. 55-56). As três diferentes expressões gregas nos escritos de Paulo sobre a justificação traduzidas como “pela fé” também nunca implicam que a fé seja o fundamento para receber a justiça. Romanos 3:28 usa *pistei* (*pistos* no dativo), que fala da “necessidade e importância da fé”. Romanos 5:1 tem *ek* [“de, a partir de, por”] *pisteos*, que “descreve a fé como a ocasião da justificação”, mas não sua causa última. Efésios 2:8 usa *dia* [no dativo, “através de, por meio de”] *pisteos*, que “descreve a fé como o instrumento da justificação”. Os escritores da Bíblia nunca usam *dia* com o acusativo (*dia ten pistin*) para descrever a fé, o que significaria “com base em” ou “por causa de” e implicaria que a fé era o fundamento da justiça (*Ibidem*, p. 58-60). Beeke conclui: “No entanto, tal é a precisão da supervisão do Espírito Santo sobre as Escrituras do Novo Testamento que em nenhum lugar algum escritor comete o deslize de usar esta frase preposicional” (*Ibidem*, p. 60).

pistis Christou (lit. "a fé em Cristo") não deve ser tomada como um genitivo objetivo (a "fé em Cristo" do crente) com relação à justificação, como os reformadores a tomaram, mas sim como um genitivo subjetivo (uma referência à "fé ou fidelidade de Cristo"). Embora esta seja uma tradução possível em algumas passagens (por exemplo, Romanos 3:22; Gálatas 2:16; cf. a NET), fica claro, a partir desses mesmos versículos, que a própria "fé em Cristo" do crente é o instrumento da justificação.⁸⁶ Gênesis 15:6 não deixa dúvidas de que é o próprio Abrão quem crê em Deus, e que sua fé é considerada justiça; e o comentário de Paulo sobre esta passagem em Romanos 4:4 é inequívoco: "Mas àquele que crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça" (ESV).

Em quarto lugar, o que foi imputado a Abrão como justiça está focado no objeto da fé de Abrão: a promessa de Yahweh da vinda da Semente Messiânica que morreria uma morte substitutiva pelos pecados do mundo e imputaria Sua justiça aos pecadores arrependidos que receberam o dom pela fé.⁸⁷ Na gramática de Gênesis 15:6, não há substantivo antecedente para o pronome "it" na cláusula "Ele imputou/imputou isso como justiça". O "it" abrange o objeto da fé de Abraão: a promessa da semente (heb. zera') mencionada no versículo anterior (Gênesis 15:5), que, de acordo com capítulos anteriores de Gênesis, como vimos acima, inclui a morte substitutiva da Semente Messiânica Prometida em favor da raça pecadora e a imputação de Sua justiça aos pecadores arrependidos. Com base no Protoevangelho de Gênesis 3:15, 21, a promessa da Semente vindoura se estende por todas as narrativas de Gênesis que tratam da vida de Abraão, revelando a base sobre a qual Deus pode considerar a fé de Abraão como justiça. Ela já é insinuada em Gênesis 12:3 ("em ti serão benditas todas as famílias da terra"), mas tornada mais explícita em Gênesis 15.

Depois que Abrão creu no Senhor e em Suas promessas (Gn 15:6), mas depois vacilou em Sua fé (v. 8), Yahweh graciosamente condescendeu em firmar uma aliança com Abrão do tipo que era entendido nos dias de Abraão, para que ele pudesse compreender a mensagem do evangelho da justificação na imagem sacrificial.⁸⁸ Imagine uma cena um tanto repulsiva para nós, de mentes modernas, mas ainda assim carregada de profundo significado. Uma novilha de três anos, uma cabra de três anos e um carneiro de três anos, uma rola e um pombinho — todos no auge da saúde, abatidos a golpes de faca de abate. Os animais maiores são cortados ao meio, e cada metade é colocada ao lado da outra, e as aves, deixadas inteiras, são colocadas uma de frente para a outra, com espaço para alguém passar pela fileira de carcaças emparelhadas.

Os abutres descem para comer os pedaços, mas Abrão os afugenta. O sol se põe. Um sono

⁸⁶ Estes versículos não apenas usam a frase *pistis Christou*, mas também falam claramente da fé de uma pessoa em Cristo como o instrumento da justificação: "cremos em [*pisteuō + eis*] Cristo Jesus, para que fôssemos justificados" (Gálatas 2:16); "a todos os que creem" (Romanos 3:22). Para uma discussão sobre se se deve traduzir *pistis Iēsou Christou* ("fé de Jesus Cristo") como um genitivo objetivo "fé em Jesus Cristo" ou como um genitivo subjetivo "fidelidade de Jesus Cristo", com os principais argumentos de cada lado, ver, p. ex., SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 124-132, que favorece a leitura tradicional de "fé em Jesus Cristo". Ambas as leituras são gramaticalmente possíveis, e Paulo pode querer dizer uma em um contexto e a outra em um contexto diferente, ou até mesmo ambas podem estar implícitas em alguns casos. Não precisa ser um ou outro; tanto a fidelidade de Cristo quanto a fé do crente estão envolvidas na justificação. Mas a mensagem paulina geral é inequívoca de que o Evangelho clama pela fé por parte do crente em Jesus Cristo para a justificação (p. ex., Gálatas 2:16).

⁸⁷ Veja também como para Paulo (p. ex., Romanos 4:17) "O que torna a fé salvífica é o objeto da fé" (SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 122), focando especificamente nas promessas de salvação de Deus no Messias, a fé em Jesus Cristo (*Ibidem*, p. 124-132).

⁸⁸ Veja WHITE, Ellen G. *Patriarchs and Prophets*. Washington: Review and Herald, 1890. p. 137.

profundo se abate sobre o homem que matou os animais e separou suas partes. O sono é seguido por um terror e uma grande escuridão. Tudo é silêncio e escuridão. De repente, da escuridão, surge um braseiro fumegante e uma tocha flamejante. O braseiro e a tocha passam lentamente entre os pedaços dos animais mortos. A cerimônia está completa. (Ver Gn 15:9-18.)

O que tudo isso significa? Moisés declara explicitamente em Gênesis 15:18 que neste dia "O Senhor fez [hebraico *karat*] uma aliança com Abrão". Em toda a Bíblia, quando se afirma (em português) que Deus "fez" uma aliança, a palavra hebraica para "feito" é geralmente *karat*, literalmente, "cortar". Essa expressão de "cortar" uma aliança refere-se à prática comum nos tempos do antigo Oriente Próximo de fazer uma aliança cortando um sacrifício e caminhando entre as partes. Em Jr 34:18-19, encontramos uma referência a essa prática ainda em uso nos dias de Jeremias. Deus diz àqueles em Judá que quebraram a aliança que fizeram com o Senhor: "E entregarei os homens que transgrediram a minha aliança, que não cumpriram as palavras da aliança que fizeram [*karat*] diante de mim, quando cortaram [*karat*] o bezerro em dois e passaram entre as suas partes — os príncipes de Judá, os príncipes de Jerusalém, os eunucos, os sacerdotes e todo o povo da terra que passou entre as partes do bezerro..."

Nos antigos tratados do Oriente Próximo, quando um suserano (suserano) firmava um tratado/aliança com um vassalo (estado servo), ele regularmente o fazia cortar um sacrifício e passar os pedaços. O que é importante notarmos aqui é o que o vassalo estava, na prática, reconhecendo ao passar os pedaços: "Que me seja feito o que foi feito a este animal, se eu for infiel à aliança."

Temos inúmeras ilustrações dessa prática no antigo Oriente Próximo, com o rei dizendo, na prática, ao vassalo: "Se você não permanecer fiel à aliança, acontecerá com você como a este animal".⁸⁹ Aquele que passava pelos pedaços, ao fazer isso, indica que sofrerá um desmembramento semelhante se for infiel à aliança.

Esperava-se que o vassalo passasse pelos pedaços e, na prática, fizesse esse tipo de juramento de desmembramento. Observe que em Jeremias 34 era o povo que passava pelos pedaços.⁹⁰ Mas na

⁸⁹ Note, por exemplo, a aliança feita pelo rei assírio Assur-nerari V com o vassalo Mati'-ilu. Depois que Mati'-ilu divide um cordeiro, Assur-nerari V diz: "Esta cabeça não é a cabeça de um cordeiro, é a cabeça de Mati'-ilu, é a cabeça de seus filhos, seus nobres (e) o povo da terra. Se Mati'-ilu pecar contra este tratado, assim como a cabeça deste carneiro é cortada, . . . que assim seja cortada a cabeça de Mati'-ilu." KITCHEN, Kenneth A.; LAWRENCE, Paul J. N. *Treaty, Law and Covenant in the Ancient Near East, Part I: The Texts*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2012. p. 940-941; cf. PRITCHARD, James (ed.). *Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament*. 3. ed. Princeton: Princeton University Press, 1969. p. 532-534. Para discussão e mais exemplos, veja HAMILTON, Victor P. *The Book of Genesis: Chapters 1-17*. Grand Rapids: Eerdmans, 1990. (New International Commentary on the Old Testament). p. 430-434.

⁹⁰ Embora isso não seja explicitamente mencionado, a possibilidade de Abrão passar por entre as partes não é totalmente eliminada pelo texto. O voto de obediência do vassalo era esperado no padrão de aliança do Antigo Oriente Próximo, e a ação de Abrão também seria paralela ao voto de obediência de Israel na celebração da aliança mosaica (Êxodo 19:5-8; 24:6, 7). Se Abrão passou por entre as partes, isso não negaria o argumento de Paulo (Gálatas 3:15-18) de que a aliança da promessa dada a Abraão (que era na verdade o conteúdo de Gênesis 12, vindo antes de Gênesis 15, e era totalmente promissória!) precedeu a aliança de obrigação dada a Israel por meio de Moisés cerca de 430 anos depois. A intenção original de Deus era simplesmente dar dez promessas (de aliança) a Abraão (oito são encontradas em Gênesis 12:1-3, e mais duas em Gênesis 17:6-7), com base na aliança eterna entre o Pai e o Filho na eternidade (cf. Gênesis 3:15; Isaías 42:6; Zacarias 6:13; Apocalipse 13:8), mas por causa da falta de fé de Abrão (veja Gênesis 15:8), "O Senhor condescendeu em fazer uma aliança com Seu servo, empregando as formas que eram costumeiras entre os homens para a ratificação de um compromisso solene. Por ordem divina, Abraão sacrificou uma novilha, uma cabra e um carneiro, cada um com três anos de idade, dividindo os corpos e colocando as partes a uma pequena distância umas das outras. A estes acrescentou uma rola e um pombinho, os quais, no entanto, não foram divididos. Feito isso, ele reverentemente passou por entre as

cerimônia descrita em Gênesis 15, não há menção de que Abrão tenha passado pelos pedaços. O ponto enfatizado é que, radicalmente contrário à prática do antigo Oriente Próximo, em que apenas o vassalo e não o suserano se movia pelos pedaços, o próprio Deus, o Divino Suserano ou Soberano, passava pelos pedaços! A referência ao forno fumegante e à tocha acesa são símbolos da presença divina, reminiscências do fogo fumegante no Monte Sinai. As mesmas duas palavras hebraicas que conotam a presença divina ligam esses dois eventos: "fumaça" 'ashan (Gênesis 15:17; Êxodo 19:18; 20:18) e "lâmpada" lapid (Gênesis 15:17; Êxodo 20:18).

Por que dois símbolos da presença divina em Gênesis 15? Acredito ser significativo que tanto um forno fumegante quanto a tocha acesa tenham passado por eles — duas fontes de luz divina, simbolizando o Pai e o Filho. Repetidamente, nas narrativas registradas em Gênesis e Êxodo, encontramos o Anjo do Senhor, que é enviado por Javé e, ainda assim, diz de Si mesmo: "Eu sou Javé".⁹¹ Há a implicação de dois seres divinos na Divindade envolvida nessas narrativas. Da mesma forma, tanto o Pai quanto o Filho apareceram no Monte Sinai,⁹² e podemos concluir que tanto o Pai quanto o Filho estavam envolvidos na cerimônia de aliança com Abraão. A verdade pungente de Gênesis 15 é que, à medida que o Pai e o Filho passam pelos pedaços dos sacrifícios, a Divindade está dizendo, na prática: "Se quebrarmos nossa promessa da aliança, então que a Divindade seja desmembrada, que a Divindade seja arrancada da divindade, como esses pedaços". Na prática, o Pai e o Filho estavam colocando sua própria existência e unidade em jogo neste juramento de lealdade à aliança! Tão certa é a promessa evangélica da aliança!

O que é ainda mais surpreendente é que Abrão e seus descendentes quebraram a aliança e, em vez de serem desmembrados, a Divindade assumiu o lugar deles e recebeu as maldições da aliança em seu lugar (Gl 3:10-13). A escolha dos animais que Abrão deveria sacrificar é instrutiva, visto que esses são os mesmos animais que estavam no cerne do sistema sacrificial em Levítico. Eles apontam para o sacrifício substitutivo do Messias tomando o lugar de nós, pecadores. A ligação de Gênesis 15 com o Cântico do Servo de Isaías 53 é revelada de forma impressionante. A palavra hebraica para os "[cortados ou separados] pedaços [de um animal abatido]" pelos quais a Presença divina passou em Gênesis 15:17, vem da raiz *gZR*, e essa raiz aparece novamente na Bíblia Hebraica em um contexto sacrificial apenas em Isaías 53:8: "Ele foi cortado [*gZR*] da terra dos viventes; pelas transgressões do meu povo ele foi ferido." Ao usar esta rara palavra para o ser sacrificialmente "cortado [fora]", Isaías liga a passagem divina pelos pedaços em Gênesis 15 com a morte do Messias. Assim se revela a expiação substitutiva e a imputação da culpa do mundo ao Servo Sofredor.

Daniel 9:26-27 vincula ainda mais a morte do Messias com o rompimento da aliança retratado em Gênesis 15. De acordo com a profecia, no meio da semana, o Ungido (Messias) seria "cortado". O verbo hebraico *karat* (na voz passiva *nifal*) "ser cortado" é o termo técnico no Pentateuco

partes do sacrifício, fazendo um voto solene a Deus de obediência perpétua." (WHITE, Ellen G. *Patriarchs and Prophets*. Washington: Review and Herald, 1890. p. 137). Ao focar apenas no clímax misterioso da celebração da aliança, com a passagem de Yahweh por entre as partes, o texto enfatiza a ação de Yahweh como Soberano, que era absolutamente única entre as alianças do Antigo Oriente Próximo.

⁹¹ Cf. Gênesis 16:7-11 com o v. 13; 18:1 com os vv. 2, 33, e com 19:1; 31:11 com o v. 13; 32:24, 30 com Oseias 12:3-6; Gênesis 48:15 com o v. 16; Êxodo 3:2 com os vv. 4, 6 e 7; e 13:21 com 14:19.

⁹² WHITE, Ellen G. *Evangelism*. Washington: Review and Herald, 1946. p. 616.

para a pena de morte e, mais ainda, implica uma pena de morte sem perspectiva de vida futura,⁹³ ou seja, o equivalente à "segunda morte". O mesmo verbo hebraico *karat* também é o termo técnico nas Escrituras para a realização (literalmente "cortar") de uma aliança. A palavra hebraica aqui significa "cortar" na (segunda) morte e implica a realização ("cortar") de uma aliança. O Messias foi "cortado" (morreu, o equivalente à segunda morte, visto que não podia ver através dos portais do túmulo) para ratificar a nova/eterna aliança com o Seu sangue (Mt 26:28; Hb 13:20). Esta é a mesma palavra encontrada em Gênesis 15:18 para a realização (literalmente "cortar") da aliança por Deus.

Para o cumprimento final deste serviço de aliança em Gênesis 15, também mencionado em Isaías 53 e Daniel 9 — para ver a profundidade máxima do evangelho — precisamos ir ao Calvário. Na cruz, ouvimos as palavras angustiadas de Jesus, enquanto Ele toma sobre Si as maldições da aliança que merecíamos: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?" (Mt 27:46). À luz do juramento implícito de Deus de Auto desmembramento em Gênesis 15, isso assume um significado incrível. Ellen White ressalta que, na cruz, quando Jesus se tornou o Portador do Pecado, a unidade do Pai e do Filho foi rompida e Jesus sentiu a angústia da separação eterna de Seu Pai.⁹⁴

Em termos de Gênesis 15, por assim dizer, Deus foi arrancado de Deus! A divindade foi arrancada da divindade! O desmembramento divino ocorreu para que pudéssemos viver! Cristo tomou sobre si as nossas maldições (Gl 3:13) como nosso Representante, Substituto e Fiador, sofrendo a agonia da separação eterna entre Deus e o homem que merecíamos, para que pudéssemos ter as bênçãos da aliança da vida eterna que Ele merecia. Esse é o cerne da justificação pela fé: a culpa imputada do mundo colocada sobre Cristo, e o dom imputado da justiça oferecido a todos os pecadores arrependidos que o estenderem e o receberem com a mão da fé.

Assim, em Gênesis 15, quando Javé promete multiplicar a semente de Abrão como as estrelas dos céus, e ilustra isso fazendo uma aliança com Abrão, implícita nessa promessa e aliança estava a predição da Semente Messiânica de Gênesis 3:15, 21. Quando Abrão "creu em Javé" e isso lhe foi imputado como justiça, a fé de Abrão agarrou-se à promessa da vinda do Messias para levar os pecados da humanidade por substituição penal, e imputar ao crente Sua justiça.

Isso fica ainda mais explícito em Gênesis 22, uma passagem à qual Paulo também se refere.

Gênesis 22

A narrativa de Gênesis 22, que descreve o teste divino de Abraão ao pedir-lhe que oferecesse Isaque no Monte Moriá, pode ser o ápice das prefigurações do evangelho do Antigo Testamento, revelando antecipadamente como tanto o Pai quanto o Filho estariam envolvidos na angústia do sacrifício expiatório. Jesus observou que "Abraão se alegrou por ver o meu dia, e viu-o e alegrou-se" (João 8:56). Quando Abraão viu o dia de Jesus? Paulo registra que "a Escritura... pregou o Evangelho a Abraão" (Gálatas 3:8), e o texto citado pelo apóstolo para comprovar esse ponto é de Gênesis 22:18: "Na tua descendência serão benditas todas as nações da terra".

⁹³ Veja WOLD, Donald J. *The Meaning of the Biblical Penalty kareth*. University of California, Berkeley, 1978.

⁹⁴ Veja esp. WHITE, Ellen G. *The Desire of Ages*. Mountain View: Pacific Press, 1898. p. 686, 753-754; Idem. *The Faith I Live By*. Washington: Review and Herald, 1958. p. 101; Idem. *God's Amazing Grace*. Washington: Review and Herald, 1973. p. 170-171.

Em Gênesis 22:16-18, encontramos o mesmo movimento de Gênesis 3:15, estreitando-se da "semente" coletiva dos muitos descendentes de Abraão (v. 17a) para a Semente singular, o Messias vindouro, que "possuirá a porta dos Seus inimigos" e "todas as nações da terra serão abençoadas" (vv. 17b-18; o pronome que modifica "semente" aqui é singular "Seu", embora algumas versões tenham traduzido incorretamente para o plural "deles"). Por meio desse paralelo de Isaque com o Messias (vv. 16, 18), o narrador Moisés deixa claro que Isaque é uma prefiguração de Cristo. Assim, todo o incidente neste capítulo é uma representação antecipada da oferta, pelo Pai, de Seu "único" Filho, Seu filho amado (v. 2), Jesus, para morrer pelo mundo.⁹⁵ Bruce Waltke resume algumas das correspondências tipológicas:

Dentro do cânon das Escrituras, a história da disposição de Abraão em sacrificar obedientemente seu filho da promessa tipifica o sacrifício de Cristo. A decisão de Abraão de que "o próprio Deus proverá o Cordeiro" (22:8) ressoa com a oferta divina do Cordeiro para salvar o mundo (Marcos 10:45; João 1:29, 36; 2 Coríntios 5:17-21; 1 Pedro 1:18-19). A provisão divina do carneiro no Monte Moriá tipifica o sacrifício de Jesus Cristo. Em última análise, Deus provê o verdadeiro Cordeiro sem mácula que ocupa o lugar da humanidade. [...] Como Isaque, Cristo é um Cordeiro levado ao matadouro, mas não abre a boca. Assim como Isaque carrega sua própria lenha para o altar montanha acima, Cristo carrega sua própria cruz de madeira em direção ao Gólgota (ver João 19:17). [...] A devoção de Abraão ("Não me negaste o teu filho, o teu único filho") é paralela ao amor de Deus por nós em Cristo, conforme refletido em João 3:16 e Romanos 8:32, que podem aludir a este versículo. Simbolicamente, Abraão recebe Isaque de volta da morte, o que tipifica a ressurreição de Cristo da morte na cruz (Hb 11:19).⁹⁶

Abraão estava disposto a sacrificar seu filho, e seu filho Isaque estava disposto a morrer. A angústia retratada nesta cena deu àqueles nos tempos do Antigo Testamento "com olhos para ver" um vislumbre da angústia a ser experimentada pelo Pai ao não poupar Seu Filho, e do Filho ao morrer a morte que nós merecíamos. Mas nesta passagem, a voz do Anjo poupa Abraão de realmente realizar este sacrifício, e Abraão viu "um carneiro preso pelos chifres num mato" (v. 13a). Este versículo contém a primeira menção explícita nas Escrituras do sacrifício substitutivo de uma vida por outra: "Então Abraão foi, tomou o carneiro e o ofereceu em holocausto em lugar de [hebr. takhat] seu filho" (v. 13b).

O apóstolo Paulo parece ter se demorado bastante em Gênesis 22 quando escreve: "Que diremos, pois, diante destas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós? Aquele que nem mesmo a seu próprio Filho poupou, antes o entregou por todos nós, como nos não dará também com ele todas as coisas?" (Rm 8:31, 32, grifo nosso). A palavra grega para "poupou" (pheidomai) aqui em Rm 8 é a mesma usada na LXX de Gn 22:12: "Agora sei que temes a Deus, visto que não me negaste teu filho, teu único filho."⁹⁷

⁹⁵ Veja DAVIDSON, Richard M. *New Testament Use of the Old Testament*. Journal of the Adventist Theological Society (JATS), Berrien Springs, v. 5, n. 1, p. 30-31, 1994.

⁹⁶ WALTKE, Bruce K. *Genesis: A Commentary*. Grand Rapids: Zondervan, 2001. p. 310-311.

⁹⁷ Para uma análise mais detalhada desta potente narrativa, veja DAVIDSON, Jo Ann. *Eschatology and Genesis 22*. Journal of the Adventist Theological Society (JATS), Berrien Springs, v. 11, n. 1-2, p. 232-247, 2000; e DOUKHAN,

Aqui está a base para a nossa justificação. Aqui está uma imagem tipológica do pecador Isaque, representando todos nós, merecendo morrer, mas o Cordeiro/Carneiro sacrificial é oferecido em Seu lugar. Isaque é figurativamente ressuscitado dos mortos (Hb 11:19), em virtude da inocência do Sacrifício que morreu em seu lugar. De fato, no Monte Moriá, Abrão viu o Evangelho da Justificação pela fé!

Todo esse material fundamental dos primeiros capítulos de Gênesis fundamenta a doutrina de Paulo sobre a justificação pela fé. Baseado nesses capítulos e em materiais posteriores do Antigo Testamento, Paulo argumenta sistematicamente a favor da morte substitutiva e penal de Cristo pelos pecados do mundo (p. ex., Rm 3:21-26; 4:24-25 [ecoando Is 53:6, 11-12]; 5:8-10; 8:1-3; Gl 3:10-13)⁹⁸ e da imputação de Sua justiça àqueles que creem (p. ex., Rm 4 [especialmente v. 3]; 5:12-21 [especialmente v. 19]; e 2Co 5:12-21 [especialmente v. 21]).⁹⁹ Retornaremos a essas passagens paulinas mais adiante.

A tipologia do santuário

Os recintos, mobiliário e serviços do santuário, conforme descritos no Pentateuco, ensinam as verdades da justificação pela fé de inúmeras maneiras.¹⁰⁰ Podemos apenas dar alguns exemplos representativos. De acordo com Lv 4,¹⁰¹ o pecador arrependido vem com sua oferta pelo pecado, impõe/apoia as mãos sobre a cabeça do animal inocente e confessa seu pecado. Simbolicamente, seu pecado é transferido para o sacrifício. Então, o pecador mata o animal com suas próprias mãos. O sangue é levado pelo sacerdote ao Lugar Santo e aspergido diante do véu (ou uma parte do sacrifício é comida pelo sacerdote e o sangue aspergido sobre as pontas do altar do holocausto). O sacrifício é

Jacques. The Center of the 'Aqedah: A Study of the Literary Structure of Genesis 22:1-19. Andrews University Seminary Studies (AUSS), Berrien Springs, v. 31, n. 1, p. 17-28, 1993.

⁹⁸ Para a exegese das principais passagens bíblicas que apoiam a substituição penal, veja esp. JEFFERY, Steve; OVEY, Michael; SACH, Andrew. *Pierced for Our Transgressions: Rediscovering the Glory of Penal Substitution*. Wheaton: Crossway, 2007; GULLEY, Norman R. *Christ Our Substitute*. Washington: Review and Herald, 1982; e RODRIGUEZ, Angel. *Substitution in the Hebrew Cultus*. Berrien Springs: Andrews University Press, 1982. Para um tratamento particular das passagens paulinas, veja GATHERCOLE, Simon. *Defending Substitution: An Essay on Atonement in Paul*. Grand Rapids: Baker, 2015.

⁹⁹ Para a exegese destas passagens paulinas que apoiam a imputação, veja esp. VICKERS, Brian. *Jesus' Blood and Righteousness: Paul's Theology of Imputation*. Wheaton: Crossway, 2006; PIPER, John. *Counted Righteous in Christ: Should We Abandon the Imputation of Christ's Righteousness?*. Wheaton: Crossway, 2002; SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 182-189; e CARSON, D. A. *The Vindication of Imputation: On Fields of Discourse and, of Course, Semantic Fields*. In: HUSBANDS, Mark; TREIER, Daniel J. (ed.). *Justification: What's at Stake in the Current Debate?*. Downers Grove: InterVarsity, 2004. p. 46-78.

¹⁰⁰ Note o comentário perspicaz de Clowney (CLOWNEY, Edmond P. *The Biblical Doctrine of Justification by Faith*. In: CARSON, D. A. (ed.). *Right with God: Justification in the Bible and the World*. Grand Rapids: Baker, 1998. p. 28-29): "Não há duas maneiras alternativas de ser aceito por Deus, mas há duas figuras pelas quais a aceitação é expressa: o veredito de Deus e a bênção do sacerdote. Ambas são encontradas no Novo Testamento. Em Romanos, a linguagem do tribunal é usada para descrever nossa justificação; em Hebreus, a linguagem do santuário inclui a mesma verdade." Neste artigo, focamos na imagem do tribunal (especialmente em nosso tratamento do material do NT), mas nesta seção focamos em exemplos de tipologia de santuário que ensinam as mesmas verdades.

¹⁰¹ Para uma discussão mais aprofundada de Levítico 4, veja, p. ex., DAVIDSON, Richard M. *Song for the Sanctuary*. Berrien Springs: Andrews University Press, no prelo. cap. 12; e GANE, Roy E. *Cult and Character: Purification Offerings, Day of Atonement, and Theodicy*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2005. p. 45-213.

queimado sobre o altar do holocausto. Depois que o sacerdote fizer expiação por ele em relação ao seu pecado, "ser-lhe-á perdoado" (Lv 4:31). Assim, o sangue do substituto fez expiação (Lv 17:11). O pecador é perdoado, perdoado, declarado justo por Deus em virtude do substituto que lhe foi oferecido e em harmonia com seu sincero arrependimento e confissão de pecado.¹⁰² Aqui se ensina, em forma de figura, a gloriosa verdade da justificação pela fé — a aceitação divina do pecador arrependido como se ele não tivesse pecado em virtude do Substituto.

Novamente, o altar do holocausto¹⁰³ revela verdades centrais da justificação pela fé. Neste altar, o Substituto em tipo é queimado como um aroma suave a Deus — Cristo é tipificado como aquele que satisfaz a justiça divina ao pagar a penalidade pelo pecado, suportando o fogo da ira de Deus em lugar do pecador. Deus pode, portanto, ser justo e o Justificador do pecador crente e arrependido (Rm 3:25-26). As cinzas significam um fim último, a aceitação da oferta.¹⁰⁴

O sacrifício fundamental do sistema levítico era o holocausto¹⁰⁵ "contínuo" (ou "regular", hebr. *tamid*), a oferta que deu nome ao altar no pátio do santuário (Êx 31:9; Lv 4:30; etc.). Um cordeiro macho de um ano era oferecido todas as manhãs e todas as noites (Nm 28:3-8), e essa oferta diária de dois cordeiros não só deveria ser feita regularmente (Nm 38:3), mas também a oferta deveria ser mantida queimando continuamente noite e dia sobre o altar (Lv 6:9-13).¹⁰⁶ O holocausto regular/contínuo é um retrato vívido da "dependência constante de Israel do sangue expiatório de Cristo".¹⁰⁷ Não importava quão avançada fosse a santificação do adorador, ele/ela nunca estava além da necessidade do sangue expiatório de Cristo para cobrir sua pecaminosidade. Assim se ensina a verdade da Reforma de simul justus et peccator — ao mesmo tempo justificado e pecador.

A justificação não é meramente algo a ser experimentado no início da vida cristã, mas é constantemente retida pelos cristãos como a base de sua salvação. "Cristo, como sumo sacerdote dentro do véu, imortalizou o Calvário de tal forma que, embora viva para Deus, morre continuamente para o pecado. Cristo Jesus é representado como estando continuamente em pé diante do altar, oferecendo momentaneamente o sacrifício pelos pecados do mundo. Todo incenso dos tabernáculos terrestres deve ser umedecido com as gotas purificadoras do sangue de Cristo."¹⁰⁸ Jamais poderemos, deste lado da eternidade, superar a necessidade da expiação justificadora contínua provida pelo sangue de Jesus.

¹⁰² Para uma discussão da justiça atribuída e declarada, aqui envolvida, consulte LARONDELLE, Hans. *Perfection and Perfectionism*. Berrien Springs: Andrews University Press, 1971. p. 127-128. Veja também VON RAD, Gerhard. *Old Testament Theology*. Tradução de D. M. G. Stalker. New York: Harper & Row, 1962. v. 1, p. 247-248, 261-262. No entanto, em vez de estas "fórmulas declaratórias" serem recitadas pelo sacerdote, como sugerem LaRondelle e von Rad, o verbo no Niphal (passivo) sugere que estas eram "passivas divinas" declaradas pelo próprio Yahweh.

¹⁰³ Para detalhes da construção, veja Êxodo 27:1-7; 38:1-7.

¹⁰⁴ Veja Salmos 73:17 — o salmista vê o "fim" dos ímpios, nas cinzas; Salmos 20:3 tem a oferta "aceita", literalmente "reduzida a cinzas".

¹⁰⁵ WHITE, Ellen G. *Selected Messages*. Washington: Review and Herald, 1958. v. 1, p. 343-344.

¹⁰⁶ A palavra *tamid* pode significar "regular" ou "contínuo", dependendo do contexto. Em Números 28:3, parece enfatizar a regularidade do holocausto, sendo assim traduzida na versão NKJV como "holocausto regular [*tamid*]". Em Levítico 6:13, o termo parece implicar a queima contínua do sacrifício no fogo, sendo assim traduzido pela versão NKJV como "fogo perpétuo [*tamid*]".

¹⁰⁷ WHITE, Ellen G. *Patriarchs and Prophets*. Washington: Review and Herald, 1890. p. 352.

¹⁰⁸ WHITE, Ellen G. *Selected Messages*. Washington: Review and Herald, 1958. v. 1, p. 343-344.

No Lugar Santo, o altar de incenso¹⁰⁹ ocupava a posição mais próxima do Lugar Santíssimo, diretamente diante do véu. O próprio incenso aponta inequivocamente para os "méritos e a intercessão de Cristo, Sua perfeita justiça, que pela fé é imputada ao Seu povo, e que, por si só, pode tornar aceitável a Deus a adoração de seres pecaminosos".¹¹⁰

Se considerarmos o pátio do santuário como tendo as dimensões de dois quadrados, cada quadrado contém um altar: o quadrado oriental tem o altar do holocausto e o quadrado ocidental, o altar do incenso. Dois altares, um de "intercessão perpétua" e o outro de "expição contínua".¹¹¹ Sangue e incenso — um apresenta a eficácia da morte de Cristo como Substituto do homem, o outro apresenta a eficácia dos méritos (ou justiça) de Cristo imputados ao pecador crente. Ambos estão interligados. Os chifres do altar do incenso são manchados com o sangue da oferta pelo pecado. O altar do incenso exala sua fragrância que impregna a fumaça do altar de bronze e perfuma o acampamento por quilômetros ao redor.¹¹² Somente em virtude da morte substitutiva de Cristo Ele pode ser qualificado para aplicar Seus méritos em nosso favor. E, ao mesmo tempo, somente em virtude de Sua vida de justiça imaculada e repleta de incenso, Ele foi qualificado para morrer em nosso lugar.

Como último exemplo da tipologia do santuário, referimo-nos à arca coberta pelo propiciatório no Lugar Santíssimo. A arca, o "objeto mais sagrado" do santuário,¹¹³ continha o Decálogo, a base da aliança entre Deus e o homem. A lei era a expressão do caráter de Deus; era o amor codificado. Mas pronunciava a morte sobre o transgressor. A consequência do pecado é a separação de Deus, a inexistência, a morte. Acima da arca estava a glória da Shekinah, a manifestação visível da presença de Deus.¹¹⁴ Os humanos, como transgressores da lei de Deus, jamais poderiam permanecer na presença de Deus. A justiça de Deus ao lidar com o pecado só poderia ser satisfeita pela morte do pecador. Mas a arca revela a maneira pela qual Deus, em Sua infinita sabedoria e amor, poderia ser tanto "justo quanto justificador" dos pecadores arrependidos (Rm 3:26). O propiciatório (kapporet) interpunha-se entre a Lei e a Presença de Deus. Cristo, em virtude da expiação, pode conceder perdão ao pecador arrependido e ainda ser justo.¹¹⁵ Aqui, no propiciatório, em símbolo, "a misericórdia e a verdade se encontraram; a justiça e a paz se beijaram" (Sl 85:10). Paulo compreendeu

¹⁰⁹ Para detalhes da construção, veja Êxodo 30:1-10; 37:25-28.

¹¹⁰ WHITE, Ellen G. *Patriarchs and Prophets*. Washington: Review and Herald, 1890. p. 353. Apocalipse 5:8; 8:3 e Salmos 141:2 revelam a mistura deste incenso com as orações dos santos. Números 16:47 acrescenta a percepção de que o incenso provia expiação pelo povo.

¹¹¹ Ibid.

¹¹² Ibid., p. 348.

¹¹³ WHITE, Ellen G. *The Law and the Covenants*. The Signs of the Times, Oakland, 4 mar. 1903. A arca foi o primeiro artigo de mobília mencionado nas instruções de Deus a Moisés sobre o santuário: Êxodo 25:10-22.

¹¹⁴ A palavra "Shekinah" é um termo rabínico não usado na Escritura, embora frequentemente empregado por Ellen White (WHITE, Ellen G. *Patriarchs and Prophets*. Washington: Review and Herald, 1890. p. 349; Idem. *Prophets and Kings*. Mountain View: Pacific Press, 1917. p. 18, etc.). É a "glória do Senhor" que estava entronizada acima do propiciatório, entre os querubins (Salmos 80:1). Ela encheu o santuário depois que foi concluído e erigido por Moisés (Êxodo 40:34, 35), assim como mais tarde encheu o Templo de Salomão (2 Crônicas 5:13, 14). Mas a glória partiu durante a apostasia do reinado de Zedequias (Ezequiel 11:22-23) e nunca retornou como uma presença visível até Cristo, a verdadeira Shekinah (WHITE, Ellen G. *Prophets and Kings*. Mountain View: Pacific Press, 1917. p. 18; Idem. *Christ's Object Lessons*. Washington: Review and Herald, 1900. p. 288), que, ao entrar no segundo templo cinco séculos depois, trouxe maior glória do que ao templo salomônico (Ageu 2:9).

¹¹⁵ Note que o sangue do bode do Senhor, que no Dia da Expição era aspergido sobre o propiciatório (Levítico 16:15).

o profundo significado dessa tipologia e proclamou Cristo como nosso “propiciatório” — nosso hilastêrion (tradução grega de kapporet) — apresentado por Deus para revelar Sua justiça ao lidar com o pecado e para tornar possível que Ele seja tanto “justo quanto justificador daquele que tem fé em Jesus” (Rm 3:25-26).¹¹⁶

Salmo 32:1–2 e passagens relacionadas

Outra passagem importante do Antigo Testamento usada por Paulo para ensinar a justificação pela fé encontra-se no Salmo 32:1-2: “Bem-aventurado aquele cuja transgressão é perdoada, cujo pecado é coberto. Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa [não considera culpado] iniquidade [‘não considera culpado’, NJPS], e em cujo espírito não há dolo.”

A palavra hebraica para “imputar” é a mesma de Gênesis 15:6 — *khashab* — que significa “imputar, levar em conta”. O Salmo 32 indica que Deus não “imputa iniquidade/culpa”, mas sim “cobre” o nosso pecado, o que implica que Deus nos imputa justiça independentemente das nossas obras.

Paulo cita este versículo em Romanos 4:5-8, destacando exatamente este entendimento:

Mas àquele que não trabalha, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça, assim como Davi também descreve a bem-aventurança do homem a quem Deus imputa a justiça, independentemente de obras: “Bem-aventurados aqueles cujas iniquidades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos; bem-aventurado o homem a quem o SENHOR não imputa pecado.”

Em Romanos 3:10-18, Paulo cita uma série de passagens do Antigo Testamento para mostrar que toda a humanidade está “debaixo do pecado” (Romanos 3:9) e “culpada diante de Deus” (Romanos 3:19), e, portanto, não há como sua justificação ser baseada em suas obras da lei:

Como está escrito: “Não há justo, nem um sequer; não há quem entenda; não há quem busque a Deus. Todos se desviaram; à uma se tornaram inúteis; não há quem faça o bem, nem um sequer” (Sl 14:1-3; 53:1-3). “A sua garganta é um sepulcro aberto; com as suas línguas praticam o engano” (Sl 5:9); “Veneno de áspides está debaixo dos seus lábios” (Sl 140:3); “Cuja boca está cheia de maldição e amargura” (Sl 14:7). “Os seus pés são ligeiros para derramar sangue; há destruição e miséria nos seus caminhos; e não conheceram o caminho da paz” (Pv 1:16; Is 59:7, 8). “Não há temor de Deus diante dos seus olhos” (Sl 36:1).

A citação de Paulo dessas passagens (e outras referências aos pecados de judeus e gentios em Romanos 1-3) não é primariamente eclesiológica (como afirma a “Nova Perspectiva” sobre Paulo), mas profundamente ontológica e soteriológica: “tanto judeus como gregos... estão debaixo do pecado” (Romanos 3:9). Embora existam implicações eclesiológicas, o problema fundamental do povo de Israel não era sua falha em abençoar o mundo, mas sua pecaminosidade inerente (um

¹¹⁶ Para a fundamentação desta interpretação de *hilasterion* em Romanos 3:25 como “propiciatório”, seguindo a tradução da LXX para o hebraico *kapporeth*, e para a exposição de Romanos 3:25, veja, p. ex., ZYWIEZ, Valentin. Representing the Government of God: Christ as the Hilasterion in Romans 3:25. 2016. Dissertação (Mestrado) – Andrews University, Berrien Springs, 2016.

problema ontológico). Toda a humanidade é culpada diante de Deus por ter falhado em obedecer a Deus e guardar Sua lei.¹¹⁷

Embora a "Nova Perspectiva" sobre Paulo aponte corretamente para elementos da graça no judaísmo do primeiro século, ainda assim, há fortes evidências, tanto no corpus paulino quanto em outras literaturas existentes do período, de que o judaísmo, apesar de seu "nomismo pactual", comumente envolvia uma vertente legalista na qual se obtinha a salvação por meio de obras da lei.¹¹⁸ Da mesma forma, as referências a "obras" (Rm 4:2, 4, 6; 11:6; Ef 2:9; 2Tm 1:9; Tt 3:5) e "obras da lei" (Rm 3:27; 9:32; Gl 2:16; 3:10) nos escritos paulinos que tratam da justificação não se limitam aos "marcadores étnicos" específicos do judaísmo (fronteiras entre judeus e gentios), como alegam os proponentes da "Nova Perspectiva", mas referem-se a todas as tentativas da humanidade de guardar a lei para ser salva.¹¹⁹

Por fim, estas e outras passagens do Antigo Testamento, e suas correspondentes no Novo Testamento, também deixam claro que os verdadeiros crentes, pessoas justificadas, ainda são pecadores e jamais poderão ter uma posição diante de Deus baseada em suas próprias obras de justiça, mesmo após a conversão por meio das obras operadas neles pelo Espírito Santo. Nas palavras de Martinho Lutero, somos sempre simul justus et peccator ("ao mesmo tempo justos e pecadores").

Muitas passagens bíblicas adicionais tornam isso abundantemente evidente. Javé declara após o Dilúvio: "a inclinação do coração humano é má desde a infância" (Gn 8:21 NVI). "Davi exclama: 'Eis que eu nasci em iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe'" (Sl 51:5). Novamente, Davi confessa: "nenhum vivente é justo diante de ti" (Sl 143:2). Em sua oração na dedicação do Templo, Salomão reconheceu: "Não há ninguém que não peque" (1 Crônicas 6:36). Ele reitera o mesmo ponto em Eclesiastes 7:20: "Não há homem justo sobre a terra que pratique a justiça e nunca peque." Isaías afirma a respeito de toda a humanidade, até mesmo dos fiéis em Israel: "Mas todos nós somos como o imundo, e todas as nossas justiças como trapo da imundícia" (Is 64:6). Jeremias afirma a respeito da natureza humana: "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e perverso; quem o poderá conhecer?" (Jr 17:9). Exemplos de indivíduos piedosos no AT, como Noé,

¹¹⁷ Para uma discussão mais aprofundada com evidências bíblicas, veja esp. SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 244-249.

¹¹⁸ Veja, esp., CARSON, D. A.; SEIFRID, Mark A.; O'BRIEN, Peter T. (ed.). *Justification and Variegated Nomism*. Grand Rapids: Baker, 2001-2004. 2 v. Veja o comentário em SILVA, Moisés (ed.). *New International Dictionary of New Testament Theology and Exegesis (NIDNTTE)*. Grand Rapids: Zondervan, 2014. v. 1, p. 730, s.v. "*dikaiosynē*": "Seria ingênuo, no entanto, pensar que no judaísmo convencional, e partic. na imaginação popular, as boas obras não fossem consideradas meritórias. . . . Embora não houvesse uma doutrina bem definida e consistente sobre o assunto entre os rabinos, a evidência sugere que, na mente de muitos, os méritos eram de fato pesados contra os deméritos, e que aqueles que haviam acumulado uma preponderância dos primeiros eram considerados justos".

¹¹⁹ Veja, por exemplo, SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 249-252; e WATERS, Guy Prentiss. *Justification and the New Perspectives on Paul: A Review and a Response*. Phillipsburg: P&R Publishing, 2004. p. 158-170. Waters mostra como, por exemplo, em Romanos 11:5-6, Paulo "contrasta graça e obras de tal maneira que são mutuamente exclusivas", de modo que "obras" não pode ser entendido em um sentido étnico, mas deve significar "qualquer coisa que os seres humanos fazem" (*Ibidem*, p. 159). Waters também examina outras passagens paulinas sobre "obras" em relação à justificação (Romanos 4:4-6; 9:30-32; 10:5; Filipenses 3:2-11; Tito 3:5; Efésios 2:9; 2 Timóteo 1:9; Gálatas 3:10-13; 5:3-4) com a mesma conclusão de que "obras" nessas passagens não se referem a marcadores de identidade judaica, como alegam os proponentes da "Nova Perspectiva", mas à "atividade humana" e, no contexto judaico, aos "esforços dos judeus para alcançar um estado de justiça pela atividade de obediência à lei" (p. 158-159).

Jó e Daniel, que são chamados de “justos” ou “irrepreensíveis” (Ez 14:14, 20; cf. Gn 7:1; Jó 1:1; Dn 9:23), são descritos como tendo cometido pecado ou como tendo confessado pecado (Gn 9:21; Jó 40:4; 42:2-6; Dn 9:4-19).¹²⁰ No NT, Paulo afirma que “todos pecaram [aoristo puntiliar = pecados do passado] e carecem [presente contínuo, ‘continuam a carecer’] da glória de Deus” (Rm 3:22). Não importa quão avançado seja o desenvolvimento do caráter de alguém, ele ainda é um pecador. Paulo reconheceu francamente: “Esta é uma palavra fiel e digna de toda aceitação: que Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores, dos quais eu sou [tempo presente] o principal” (1 Tm 1:15).

Isaías 53

Retornamos mais uma vez a Isaías 53, onde se encontra provavelmente a declaração mais profunda sobre a justificação pela fé no AT, um capítulo ao qual os escritores do NT, incluindo Paulo, retornam repetidamente.¹²¹

No cerne de Isaías 53 estão os temas interligados da substituição penal e da justificação forense — que o Servo Messiânico pagou a pena legal por nossas transgressões, para fazer expiação por nós a fim de que pudéssemos escapar do castigo e para nos justificar (declarar-nos justos) carregando nossos pecados.¹²² Todos os principais elementos envolvidos na doutrina bíblica da justificação são encontrados neste capítulo: (1) o Servo era sem pecado e justo (vv. 7, 9, 11); (2) todos

¹²⁰ Veja também a tipologia da mitra/turbante do sumo sacerdote em Êxodo 28:38, onde se diz que o sumo sacerdote “levará a iniquidade/culpa das coisas sagradas que os filhos de Israel consagrarem em todas as suas santas ofertas”. Como comenta Tim Arena: “Não é o pecado voluntário ou atos de rebelião contra Deus que se diz que o sumo sacerdote está levando (embora, é claro, estes estejam incluídos em outras partes) quando ele *לָקַח* [leva as iniquidades] dos israelitas. Pelo contrário, diz-se que ocorre quando eles estão oferecendo seus ‘santos dons’ — isto é, em toda a sua participação no serviço do santuário — há iniquidade que deve ser levada e expiada mesmo quando estão fazendo o que Deus lhes pediu para fazer. Todos os seres humanos são pecadores mesmo quando estão fazendo o que Deus lhes pediu para fazer, porque todos têm uma depravação natural pecaminosa e contaminada desde o nascimento que mancha tudo (Salmos 51:5; Efésios 2:3; Gênesis 8:21; Provérbios 22:15; Jeremias 17:9; Romanos 7:14-23).” ARENA, Timothy J. *The Holy Attire of the High Priest and His Role in Bearing Guilt: An Exegetical Examination of Exodus 28:29-38*. Trabalho não publicado, Andrews University Theological Seminary, 2016. p. 12.

¹²¹ Para as referências do NT a Isaías 53, veja esp. WILKINS, Michael J. *Isaiah 53 and the Message of Salvation in the Four Gospels*. In: BOCK, Darrell L.; GLASER, Mitch (ed.). *The Gospel According to Isaiah 53: Encountering the Suffering Servant in Jewish and Christian Theology*. Grand Rapids: Kregel, 2012. p. 109-132; e EVANS, Craig A. *Isaiah 53 in the Letters of Peter, Paul, Hebrews, and John*. In: BOCK, Darrell L.; GLASER, Mitch (ed.). *The Gospel According to Isaiah 53: Encountering the Suffering Servant in Jewish and Christian Theology*. Grand Rapids: Kregel, 2012. p. 145-170. Citações e ecos de Isaías 52:13–53:12 por Paulo incluem Romanos 15:21 e 1 Coríntios 2:9 (Isaías 52:15 + 64:4); Romanos 10:15-16 e 2 Coríntios 5:20 (Isaías 53:1 + 52:7); Romanos 4:25 (Isaías 53:4-5); 1 Coríntios 5:7 (Isaías 53:7); 1 Coríntios 15:3 (Isaías 53:8-9); e Romanos 5:19 (Isaías 53:11). Além daquelas listadas por Evans, notamos em particular as alusões a Isaías 53:6, 9, em 2 Coríntios 5:21, que serão discutidas mais abaixo.

¹²² Para um estudo mais aprofundado dos aspectos da expiação substitutiva e dos componentes da doutrina da justificação neste Cântico do Servo, veja especialmente: BOCK, Darrell L.; GLASER, Mitch (ed.). *The Gospel According to Isaiah 53: Encountering the Suffering Servant in Jewish and Christian Theology*. Grand Rapids: Kregel, 2012; HA, KyeSang. *Cultic Allusions in the Suffering Servant Poem (Isaiah 52:13–53:12)*. 2009. Tese (Doutorado) – Andrews University, Berrien Springs, 2009; JEFFERY, Steve; OVEY, Michael; SACH, Andrew. *Pierced for Our Transgressions: Rediscovering the Glory of Penal Substitution*. Wheaton: Crossway, 2007. p. 52-67; LINDSEY, F. Duane. *The Servant Songs: A Study in Isaiah*. Chicago: Moody, 1985; MOTYER, J. Alec. *The Prophecy of Isaiah: An Introduction and Commentary*. Downers Grove: InterVarsity Press, 1993. p. 442-443; e YOUNG, Edward J. *The Book of Isaiah*. Grand Rapids: Eerdmans, 1972. 3 v. (New International Commentary on the Old Testament). v. 3, p. 334-359.

nós somos pecadores, tendo nos desviado e voltado para o nosso próprio caminho (vv. 5-6); (3) a culpa/punição dos nossos pecados foi imputada a Ele, pois “o Senhor fez cair sobre Ele a iniquidade [Heb. ‘awon, ‘culpa,’ NJPS] de todos nós” e “Ele foi contado [LXX *logizomai* ‘contado’] com os transgressores (vv. 4–6, 8, 11–12); (4) Ele sofreu e morreu por “todos”, uma expiação ilimitada tornando a justificação disponível a todos (vs. 6; cf. 52:12); (5) O próprio Deus (o Pai) agiu para colocar nossa iniquidade/culpa sobre o Servo e puni-Lo por esses pecados, de acordo com o princípio da *lex talionis* (justa retribuição), satisfazendo assim a Sua justiça (vss. 6, 10); (6) o Servo Justo sofreu voluntária e deliberadamente (vv. 4, 11, 12); (7) Ele se tornou uma “oferta pela culpa” (hebraico *'asham*) para fazer expiação por nossa culpa (vs. 10; cf. Lv 5–7); (8) o sofrimento/morte voluntário do Servo Justo “justificará a muitos, pois Ele levará as iniquidades deles”; sua justiça será imputada a eles (v. 11); (9) a necessidade da resposta da fé é destacada na pergunta retórica de Isaías no início do capítulo: “Quem creu em nossa pregação?” (implicando também que nem todos creriam, v. 1); e (10) a obra do Servo em justificar pecadores é acompanhada pela obra de santificação (“cura”) no crente, embora isso seja distinto e não faça parte da justificação (v. 5).

Vários pontos acima exigem mais comentários. Observe especialmente o ponto 8 acima. Após o foco de Isaías no sacrifício substitutivo do Messias, ele indica na estrofe final do Cântico que o sacrifício substitutivo do Messias forma a base de Sua obra de justificação, colocando os dois itens em paralelismo poético sinônimo:

Por Seu conhecimento (Heb. *da‘at*, Sua experiência pessoal) Meu Servo justo justificará (Heb. *hitsdiq*, Hifil de *tsadaq*, ‘declarar/pronunciar justos’) a muitos; Ele levará as iniquidades deles (v. 11).

A referência ao “Meu Servo Justo” neste versículo também implica que a justiça do Servo é imputada à humanidade pecadora. Paulo faz alusão a este versículo em Romanos 5:19, e vários outros versículos em Isaías 53 (vv. 5, 6, 8, 10, 12) “fornecem um pano de fundo convincente e significativo para o pensamento de Paulo” em Romanos 5:12-21.¹²³

Paulo também faz alusão a esses versículos em Isaías 53 (e também, em última análise, à criação-queda-redenção em Gênesis 1-3) em 2 Coríntios 5:12-21 (especialmente o versículo 21). A conexão com a criação é encontrada em 2 Coríntios 5:17: “Portanto, se alguém está em Cristo, é nova criação...” Vimos no início do nosso estudo bíblico que, de acordo com Gênesis 1-2, Adão era o Cabeça Representativo da criação e, quando ele caiu, toda a humanidade foi constituída pecadora. Da mesma forma, Gênesis 3:15, 21 ensina implicitamente que Cristo é o Novo Adão, o Cabeça Representativo da nova criação, que tomou sobre Si os pecados da humanidade, morreu em nosso lugar e imputa Sua justiça ao pecador contrito.

Essas ideias, já incipientes nos capítulos iniciais das Escrituras, são cristalizadas em Isaías 53 e desenvolvidas por Paulo em 2 Coríntios 5:12-21. No v. 14, Paulo afirma que “se um morreu por todos, logo todos morreram”. Cristo morreu como nosso Representante, como nosso Substituto, tendo nossos pecados imputados a Si mesmo. Além disso, Ele se tornou nossa Justiça, imputando a Sua justiça a nós (v. 21): “Aquele que não conheceu pecado, Ele o fez pecado por nós; para que, nele,

¹²³ EVANS, Craig A. Isaiah 53 in the Letters of Peter, Paul, Hebrews, and John. In: BOCK, Darrell L.; GLASER, Mitch (ed.). *The Gospel According to Isaiah 53: Encountering the Suffering Servant in Jewish and Christian Theology*. Grand Rapids: Kregel, 2012. p. 161.

fôssemos feitos justiça de Deus”.¹²⁴ Murray Harris resume sucintamente: “não é inapropriado perceber neste versículo uma dupla imputação: o pecado foi imputado à conta de Cristo (v. 21a), de modo que a justiça é imputada à nossa conta (v. 21b). [...] Como resultado de Deus imputar a Cristo algo extrínseco a ele, a saber, o pecado, os crentes têm algo imputado a eles que lhes era extrínseco, a saber, a justiça.”¹²⁵

N. T. Wright (representando a "Nova Perspectiva" sobre Paulo) rejeita a imputação da justiça de Cristo como antibíblica, em grande parte porque "afirma que, em um tribunal, quando o juiz declara o réu justo, ele não atribui a sua justiça ao réu".¹²⁶ Mas Wright está julgando o tribunal divino com base no que conhece dos tribunais humanos! Como Schreiner afirma a respeito do tribunal celestial:

Mas vemos a singularidade do texto bíblico e a maravilha e a glória do evangelho precisamente aqui. Deus não se restringe às regras dos tribunais humanos. Este é, de fato, um tribunal bastante incomum, pois o juiz entrega seu próprio Filho para pagar a pena. Isso não acontece em tribunais humanos! E o juiz nos dá a sua própria justiça — uma justiça que vem de Deus (Fp 3:9).¹²⁷

Observe também o ponto nº 9 referente a Isaías 53. No início do capítulo, o profeta sugere a necessidade de responder à Sua "relação" da obra do Messias pela "fé": "Quem creu na nossa pregação?" (v. 1). Assim, no final e no início de Isaías 53, como suportes para livros, temos "justificação" e "fé".

¹²⁴ Para uma discussão mais aprofundada de 2 Coríntios 5:12-21 e seu ensino sobre a imputação do pecado a Cristo e de Sua justiça ao crente, veja, por exemplo, PIPER, John. *Counted Righteous in Christ: Should We Abandon the Imputation of Christ's Righteousness?*. Wheaton: Crossway, 2002. p. 68-69; SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 186-188, 258-259; e WATERS, Guy Prentiss. *Justification and the New Perspectives on Paul: A Review and a Response*. Phillipsburg: P&R Publishing, 2004. p. 177-179.

¹²⁵ HARRIS, Murray J. *The Second Epistle to the Corinthians: A Commentary on the Greek Text*. Grand Rapids: Eerdmans, 2005. (The New International Greek Testament Commentary). p. 455.

¹²⁶ SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 180. Wright escreve: “Se Paulo usa a linguagem do tribunal, não faz o menor sentido dizer que o juiz imputa, transmite, lega, transfere ou de outra forma passa sua justiça seja para o autor ou para o réu” (WRIGHT, N. T. *What Saint Paul Really Said: Was Paul of Tarsus the Real Founder of Christianity?*. Grand Rapids: Eerdmans, 1997. p. 98). Novamente, “O juiz não vestiu o réu com sua própria ‘justiça’. Isso não entra na questão. Nem deu ao réu algo chamado ‘a justiça do Messias’ — ou, se deu, Paulo nem sequer deu a entender. O que o juiz fez foi proferir uma sentença judicial sobre o pecado, na morte fiel do Messias, para que aqueles que pertencem ao Messias, embora em si mesmos ‘ímpios’ e sem virtude ou mérito, agora se encontrem ouvindo o veredito do tribunal, ‘justificados’” (Idem. *Justification: God's Plan & Paul's Vision*. Downers Grove: IVP Academic, 2009. p. 206).

¹²⁷ SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 260. Schreiner aponta com acerto (*Ibidem*, p. 259) que “Wright nos desvia quando diz que, por ser a justificação uma declaração legal, não se baseia no caráter moral de alguém. [...]. Wright falha em declarar claramente o papel que o caráter moral desempenha na justificação e, por separar o caráter moral do tribunal, ele falha em ver o papel que a justiça de Cristo desempenha na imputação. Quando um juiz em Israel declarava uma pessoa inocente ou culpada, ele o fazia com base na inocência ou culpa moral do réu [Deuteronômio 25:1]. [...]. A questão fundamental é como Deus pode declarar os pecadores como justos. [...]. A resposta da Escritura é que o Pai, por seu grande amor, enviou seu Filho, que voluntária e alegremente se entregou pelos pecadores, de modo que a ira que os pecadores mereciam foi derramada sobre o Filho (cf. Romanos 3:24-26). Deus pode declarar os pecadores como justos porque eles são perdoados pelo sacrifício de Cristo. Deus vindica sua justiça moral na justificação dos pecadores, uma vez que Cristo toma sobre si o castigo e a ira que os pecadores merecem.” Wright afirma que sua visão de “representação” é adequada para realizar o que a visão tradicional de imputação busca expressar, mas estas não precisam ser exclusivas, como observamos em nossos comentários sobre Romanos 5:21 e 2 Coríntios 5:21 acima. A obra de Cristo abrange tanto a representação quanto a imputação.

Em relação a esses dois pontos (nºs 8 e 9 acima), alguns questionam se a nossa justificação é apenas uma ficção legal, se ela sempre se baseia em uma justiça "alheia" do Messias e é concedida somente pela fé àqueles que ainda são pecadores. Este é um argumento importante da teologia católica romana contra a justificação (somente) forense.¹²⁸ Afinal, é apontado que o Antigo Testamento condena veementemente aqueles que "justificam" (heb. *hitsdiq*) os ímpios: "O que justifica o ímpio e o que condena o justo são ambos abominação ao Senhor" (Pv 17:15; cf. Êx 23:7; Dt 25:1).

No entanto, falar da absolvição divina da culpa dos pecadores na justificação não é uma ficção jurídica, por duas razões cruciais. Em primeiro lugar, o termo *hitsdiq* "declarar justo" refere-se à declaração do juiz, não ao estado moral do julgado. É uma declaração real de absolvição/perdão, não fictícia. Em segundo lugar, não é uma ficção jurídica, nem se opõe às declarações bíblicas citadas no parágrafo anterior, porque se trata de uma justiça real (a de Cristo), não fictícia, que é imputada ao crente. Como R. C. Sproul afirma:

A declaração forense de justificação não é uma ficção jurídica. É real e autêntica porque a imputação em que se baseia não é ficção. É uma imputação real da justiça real de um Cristo real. Cristo é a nossa justiça... Ele nos dá a Sua justiça perante o tribunal de Deus. Nossa justiça permanece como trapos imundos. Devemos ser adornados ou revestidos pela Sua justiça, um manto que cobre a nudez do nosso pecado. Esta é a verdadeira boa nova do Evangelho: pela graça, Deus nos imputa a própria justiça de Cristo.¹²⁹

Porque Cristo tomou sobre si as nossas iniquidades, as maldições da aliança que merecíamos, Ele, o Justo, pode verdadeiramente colocar em nossa conta a Sua infinita justiça, e à medida que nós, "os muitos", O aceitamos com fé, Ele justifica [conta/declara justos] "os muitos" [isto é, todos os que nEle confiam]! Cristo é de fato a personificação de Jr 23:6: "O Senhor, Justiça Nossa".

Finalmente, devemos comentar mais sobre o ponto nº 10 acima em nossa discussão de Isaías 53. A obra expiatória de Cristo traz não apenas justificação (uma declaração judicial de perdão, recebendo a justiça imputada de Cristo), mas também "cura" (v. 5), uma transformação interna (a justiça concedida por Cristo, que o Novo Testamento chama de santificação). Ambos os dons de Cristo, o Justo, fluem para o pecador arrependido que "crê" no relato da obra de Cristo e O aceita como seu Salvador. Embora esses dois dons da graça não possam ser separados, eles devem ser distinguidos. Muitas passagens nas Escrituras ilustram esse ponto: veja, por exemplo, Isaías 53:1-5, 11; Hc 2:4; Rm 1:17; 5:1-5; 1Co 6:11; Ef 2:8-10; e Tito 3:5-8.

Quando alguém aceita a Cristo pela fé, unindo-se a Ele, essa pessoa é justificada (legalmente perdoada) e santificada (regenerada) ao mesmo tempo (sendo a santificação também um processo

¹²⁸ Sproul resume a visão católica: "Roma rejeita essa noção de justificação forense imputada com o argumento de que ela envolve Deus em uma 'ficção legal'. Isso lança uma sombra sobre a integridade de Deus e Sua justiça. Eles afirmam que, para Deus considerar justo alguém que não é inerentemente justo, Deus estaria envolvido em algum tipo de engano ficcional. Roma não pode tolerar o dito de Lutero, *simul justus et peccator*. Para Roma, uma pessoa é ou justa ou pecadora, não se pode ser ambos ao mesmo tempo. Para Roma, somente os verdadeiramente justos podem ser declarados justos por Deus." (SPROUL, R. C. *The Forensic Nature of Justification*. In: KISTLER, John (ed.). *Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls*. Edição revisada e atualizada. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 37-38).

¹²⁹ Ibid., p. 39.

contínuo). Mas as duas ações, justificação e santificação, devem ser distinguidas. A base da nossa justificação é sempre a justiça imputada de Cristo (o que Cristo fez por nós, fora de nós), que é perfeita e aceitável a Deus, não a Sua justiça concedida (o que Ele está fazendo em nós, a santificação), que é sempre parcial, sempre "aquém" da glória de Deus e nunca pode nos recomendar a Deus. Somente com base na justiça imputada de Cristo podemos ter paz — a certeza da salvação.

Paulo deixa isso claro em Romanos 5. De acordo com o v. 1, “Tendo sido, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus, por meio de nosso Senhor Jesus Cristo”. A justificação se dá somente pela fé, e a paz se baseia nessa declaração legal de Deus, aceita pela fé. Ao mesmo tempo, os vv. 2-5 também são verdadeiros, descrevendo a obra de santificação em nossas vidas que flui dessa justificação: “o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (v. 5).

A doutrina bíblica da justificação somente pela fé é às vezes vista com suspeita, pois, se for somente pela fé, parece abrir caminho para o antinomianismo. Mas a Bíblia nunca ensina que a justificação é uma forma de "graça barata", removendo a importância da obediência à lei de Deus. A justificação não se opõe à santificação, nem deve ser separada dela, em termos de experiência. Isaías 53 deixa claro que o Servo tanto "justifica" (justificação) quanto "cura" (santificação) aqueles que creem nEle. John Gerstner observa apropriadamente:

A fé não é uma obra, mas nunca é sem obra. ... Se um crente não é transformado, ele não é um crente. Ninguém pode ter Cristo como Salvador por um momento sequer sem ser Senhor também! Nunca é demais dizer: "A justificação é somente pela fé, mas NÃO pela fé que é somente." A justificação é por uma fé OPERANTE.¹³⁰

Em suas epístolas (especialmente Romanos e Gálatas), Paulo afirma claramente os pontos descritos acima, que a justificação descreve a justiça imputada de Cristo (baseada em Sua vida sem pecado), que é creditada em nossa conta somente pela fé, não por obras (ver especialmente Romanos 3:20-31; 4:3-5, 22-25; 5:1, 12-21; 10:3-10; Gálatas 2:16-17; 3:5-14, 24; Tito 3:5-7). No entanto, Paulo também deixa claro que essa fé justificadora é uma fé profunda e ativa, demonstrada pela maneira como vivemos (Gálatas 5:6; cf. Colossenses 1:4; 1 Tessalonicenses 1:3; 2 Tessalonicenses 1:11; Romanos 1:5; 5:1, 5; 16:26; Tito 3:7-8). É este último ponto que é enfatizado pelo apóstolo Tiago (Tiago 2:21-25), quando escreve que “a fé sem obras é morta” (Tiago 2:20). Paulo e Tiago não se opõem. Paulo enfatiza que a justificação se dá somente pela fé, enquanto Tiago enfatiza que a fé justificadora nunca se dá sozinha!¹³¹ Ambos os apóstolos concordam que nossa fé inclui nossa disposição de agir de acordo com a vontade de Deus. Jesus também ensina a doutrina da justificação pela fé, estabelecendo o mesmo equilíbrio entre fé e obras encontrado em Paulo e Tiago (ver, por

¹³⁰ GERSTNER, John H. *The Nature of Justifying Faith*. In: KISTLER, John (ed.). *Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls*. Edição revisada e atualizada. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 114.

¹³¹ Veja especialmente FUNG, Ronald Y. K. ‘Justification’ in the Epistle of James. In: CARSON, D. A. (ed.). *Right with God: Justification in the Bible and the World*. Grand Rapids: Baker, 1998. p. 146-162.

exemplo, Lucas 18:9-14; Mateus 12:36-37).¹³² Os textos bíblicos ao longo das Escrituras são numerosos e demonstram que os humanos são justificados somente pela fé, mas também que as obras de fé fornecem evidências ao universo, no julgamento escatológico final da absolvição (às vezes chamado de “justificação final”), de que a fé dos justificados é genuína.¹³³

¹³² Veja especialmente MACARTHUR JR., John F. Jesus and the Doctrine of Justification. In: KISTLER, John (ed.). Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls. Edição revisada e atualizada. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 1-22. MacArthur afirma que “Embora Cristo não tenha feito nenhuma explicação formal da doutrina da justificação (como Paulo fez em sua epístola aos Romanos), a justificação pela fé fundamentou e permeou toda a Sua pregação do evangelho. Embora Jesus nunca tenha discursado sobre o assunto, é fácil demonstrar, a partir do ministério evangelístico de Jesus, que Ele ensinou a *sola fide*” (p. 15). MacArthur aponta para as declarações de Jesus de que “quem ouve a minha palavra e crê [...], passou da morte para a vida” (João 5:24), e para a experiência do ladrão na cruz (Lucas 23:24) que não realizou nenhuma obra para obter a justificação. Ele aponta ainda para as várias curas de Jesus, onde se afirma que “a tua fé te salvou” (Mateus 9:22; cf. Marcos 5:34; 10:52; Lucas 8:48; 17:19; 18:42). Mas há uma passagem — Lucas 18:9-14 — onde “Jesus de fato declarou alguém ‘justificado’”, e esta passagem fornece a melhor percepção da doutrina como Ele a ensinou” (p. 16). MacArthur mostra como as características básicas da doutrina da justificação pela fé estão presentes nesta parábola das orações do fariseu e do publicano (esta é minha própria organização de seus pontos): (1) é somente pela fé, pois os fariseus “confiavam em si mesmos, crendo que eram justos” (v. 9), enquanto o publicano penitente simplesmente se lançou à misericórdia de Deus e foi para casa justificado sem realizar nenhuma obra; (2) é um pronunciamento judicial instantâneo de Deus, não um processo; (3) o publicano reconheceu sua injustiça e que até mesmo suas melhores obras eram pecado; (4) ele foi para casa justificado, implicando que a justiça de Outro lhe fora imputada (como em Filipenses 3:9; Romanos 4:9-11); e (5) a justificação era essencialmente o perdão do pecador (*Ibidem*, p. 16-20). Ao mesmo tempo, Jesus também usa o termo “justificação” para o tempo do juízo final, quando todos serão justificados segundo as suas obras (veja especialmente Mateus 12:36-37 e a próxima nota de rodapé). Para uma discussão mais aprofundada do papel da fé na salvação segundo Jesus, os escritores dos Evangelhos e Atos, veja SCHREINER, Thomas R. Faith Alone: The Doctrine of Justification. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 113-120.

¹³³ Não há espaço neste estudo para tratar extensivamente do papel da obediência como evidência da genuinidade da fé no juízo escatológico final. Tratei disso em um artigo (DAVIDSON, Richard M. Final Justification according to Works: Is N.T. Wright Right? Trabalho apresentado no Encontro Anual da Evangelical Theological Society (ETS), Atlanta, 19 nov. 2010.). Existem algumas passagens paulinas que parecem se referir à absolvição no juízo final usando o termo “justificação”, e essa “justificação final” é segundo as obras (veja especialmente Romanos 2:13: “porque não são os ouvintes da Lei que são justos diante de Deus, mas os praticantes da Lei hão de ser justificados [*dikaiōthēsontai*, do verbo *dikaioō*]”). Jesus também fala do juízo final como “justificação”: “Mas eu lhes digo que, no dia do juízo, os homens haverão de dar conta de toda palavra inútil que tiverem falado. Pois por suas palavras vocês serão justificados [*dikaiōthēsē*], e por suas palavras serão condenados.” (Mateus 12:36-37). Dezenas de passagens nos escritos paulinos e em outras partes da Escritura indicam que o juízo final será “segundo as obras” (veja, DAVIDSON, op. cit., p. 4-10, onde cito cerca de trinta passagens nos escritos de Paulo, cerca de vinte passagens em outras partes do NT e cerca de vinte e cinco passagens representativas do AT). Ivan Blazen resume bem a minha própria conclusão: “A Bíblia ensina que a justificação pertence às ‘últimas coisas’, pois traz para o presente o veredito esperado de absolvição no juízo final. [...]. Embora a bênção da absolvição no juízo futuro de fato se torne operante mesmo agora, a Escritura é clara que o que Deus deseja ver no juízo final são crentes justificados que, por Sua graça, deram frutos para Sua glória. [...]. A nova história que Deus dá a cada crente não termina quando ele vem a Cristo e é justificado; ela apenas começou. No final, Deus pede a justificação com seus frutos — não no sentido da fórmula ‘Fé mais obras salvam’, mas no sentido de que a justificação é a fonte do fruto santificado. [...]. A cruz é o meio pelo qual a justificação é efetuada; a fé é o meio pelo qual a justificação é aceita; e as boas obras são o meio pelo qual a justificação é manifestada. As obras de justiça [no juízo final] testificam a realidade e a vitalidade da justificação.” (BLAZEN, Ivan T. Justification and Judgment. In: HOLBROOK, Frank B. (ed.). The Seventy Weeks, Leviticus, and the Nature of Prophecy. Washington: Biblical Research Institute, 1986. p. 364, 387). No juízo final, as obras da fé na vida do cristão fornecem a evidência de que sua fé é genuína. No entanto, o fundamento último da aceitação de alguém no juízo não são as obras do crente capacitadas pelo Espírito, mas a justiça de Cristo. Blazen conclui enfaticamente: “Embora o caráter de Cristo possa ser imitado e aproximado, o caráter infinito de Sua bondade nunca pode ser igualado. Consequentemente, duas coisas devem permanecer verdadeiras para o juízo [final]: (1) o fruto santificado da justificação deve estar presente, mas (2) a própria justificação deve continuar sua função de perdão” (*ibid.*, p. 367).

Hab 2:4

Em sua introdução à epístola aos Romanos, Paulo cita Hc 2:4: “O justo viverá pela fé” (Rm 1:17). Estudiosos têm se esforçado para entender se Paulo pretende que essa citação se refira apenas ao seu tratamento da justificação pela fé (concentrada na primeira metade de sua epístola) ou da santificação (o foco da última metade de sua epístola). A palavra para “fé” no hebraico de Hc 2:4 é *’emunah*, que pode significar “fé” ou “fidelidade”.¹³⁴ Estudos recentes demonstraram, a partir do contexto imediato em Habacuque, que o profeta do Antigo Testamento pretendia incluir ambos os significados em sua declaração.¹³⁵ A passagem do Antigo Testamento ensina a justificação pela fé e que os justificados são fiéis. Paulo sem dúvida compreendeu essa implicação dupla da passagem do AT e usou esse versículo como introdução a toda a sua epístola, para abranger tanto o conceito de justificação pela fé (primeira metade do livro) quanto a fidelidade santificadora por parte daqueles que são justificados (segunda metade do livro) e, provavelmente, também, em última análise, para enfatizar a própria fé/fidelidade do Messias como base tanto da nossa justificação quanto da nossa santificação.¹³⁶

A grande doutrina da justificação pela fé é uma mensagem que traz paz, esperança e vida eterna àquele que é justificado. Quando o pecador contrito estende a mão e recebe o dom da justificação pela fé, ele encontra paz e esperança (Rm 5:1) e pode ter plena certeza, pela fé, de que possui a vida eterna (Rm 10:9, 10; Tt 3:7; cf. Jo 6:47; 1Jo 5:13). É de fato “a justificação da vida” (Rm 5:18)!

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

A breve análise dos materiais bíblicos revela que a doutrina da justificação pela fé, conforme ensinada pelos reformadores, tem sólida base nas Escrituras, tanto no Antigo Testamento quanto no

¹³⁴ KOEHLER, Ludwig; BAUMGARTNER, Walter. The Hebrew and Aramaic Lexicon of the Old Testament (HALOT). Leiden: Brill, 2001. s.v. “*’emunah*”.

¹³⁵ MOODY, R. M. The Habakkuk Quotation in Romans 1:17. The Expository Times, London, v. 92, p. 205-208, 1981.

¹³⁶ Veja WELLS, A. Rahel. Did the Reformers Misunderstand Righteousness by Faith? Reflections on Habakkuk 2:4b. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Adventist Theological Society (ATS), Boston, 18 nov. 2017. A citação de Habacuque 2:4 por Paulo não segue precisamente nem o texto hebraico nem a LXX. Parece que Paulo não só deseja capturar os dois significados recém-mencionados — justificação pela fé e a fidelidade do justificado — mas também indicar que, segundo o significado original de Habacuque, é a própria fé/fidelidade do Messias que é, em última análise, a base tanto de nossa justificação quanto de nossa santificação.

Novo Testamento.¹³⁷ As seguintes conclusões e implicações emergem do nosso estudo bíblico.¹³⁸

1. A justificação pela fé é de crucial importância, como “a prova da nossa verdadeira posição diante de Deus” (Jó 9:2; Romanos 3:21-26).¹³⁹ A questão da posição de alguém diante de Deus, como alguém é justificado por Ele, é a questão mais crucial enfrentada pelos seres humanos; é fundamental para todas as outras questões.

2. A justificação pode ser definida como uma declaração judicial de absolvição ou perdão (Gn 3:15; Is 53:11; Lc 18:9-14; Rm 4:3-5; 5:16; cf. Êx 23:7; Dt 25:1; Jó 27:5; Pv 17:15; Is 5:23).¹⁴⁰ Não inclui o processo de transformação ética. É uma prestação de contas ou reconhecimento de uma pessoa como justa (Gn 15:6; Rm 4:3-6), não uma declaração de que alguém é justo.

3. A justificação se baseia em uma justiça externa (“alienígena”), não em uma justiça interna (inerente) no crente (Gn 3:21; Is 53:11; Lc 18:9-14; Rm 4:5-6; 5:17-18; 2 Co 5:21). Não inclui uma

¹³⁷ Vimos acima que a visão tradicional da justificação, defendida pelos Reformadores, foi em geral confirmada pelo exame da evidência bíblica. Ellen White atesta que “A grande doutrina da justificação pela fé” foi “claramente ensinada por Lutero” (WHITE, Ellen G. *The Great Controversy*. Mountain View: Pacific Press, 1911. p. 253). Isso não nega que novas percepções sobre essa doutrina tenham surgido desde a Reforma do século XVI. Neste artigo, tivemos a oportunidade de interagir brevemente com as alegações da “Nova Perspectiva sobre Paulo”, especificamente sobre os aspectos da visão tradicional da Reforma sobre a justificação que são rejeitados pelos proponentes dessa perspectiva. Em suma, descobrimos que a “Nova Perspectiva” fornece corretamente um contexto mais amplo para a doutrina da justificação, mas também vimos que essa perspectiva é frequentemente problemática no que rejeita da visão tradicional, o que geralmente resulta de “falsas polaridades” que são criadas. Veja especialmente o resumo de Schreiner sobre as três principais falsas polaridades de Wright: “Primeiro, ele diz erroneamente que a justificação é primariamente sobre eclesiologia em vez de soteriologia. Segundo, ele frequentemente introduz uma falsa polaridade ao se referir à missão de Israel, dizendo que o problema fundamental de Israel foi sua falha em abençoar o mundo, enquanto Paulo foca na pecaminosidade inerente de Israel. Terceiro, ele insiste que a justificação é uma declaração da justiça de Deus, mas não inclui a imputação da justiça de Deus.” (SCHREINER, Thomas R. *Faith Alone: The Doctrine of Justification*. Grand Rapids: Baker Academic, 2015. p. 244). Cada uma dessas “falsas polaridades” foi brevemente tratada em nossas discussões acima (e veja *ibid.*, p. 243-261).

¹³⁸ Nas notas de rodapé (e ocasionalmente no texto principal) desta conclusão, citamos passagens de amostra dos escritos de Ellen White que enfatizam os vários pontos que emergiram das Escrituras sobre a justificação.

¹³⁹ WHITE, Ellen G. *The Righteousness of Christ*. Manuscrito 91, 1899.

¹⁴⁰ Ellen White frequentemente define a justificação em termos de “perdão”. Das mais de 50 referências, aqui está uma amostra: “À medida que o pecador penitente, contrito diante de Deus, discerne a expiação de Cristo em seu favor e aceita essa expiação como sua única esperança nesta vida e na vida futura, seus pecados são perdoados. Isso é justificação pela fé” (WHITE, Ellen G. *Faith and Works*. Nashville: Southern Publishing Association, 1979. p. 103). “A justificação é um perdão pleno e completo do pecado. No momento em que um pecador aceita a Cristo pela fé, nesse momento ele é perdoado. A justiça de Cristo lhe é imputada, e ele não deve mais duvidar da graça perdoadora de Deus” (*id.* *The Faith I Live By*. Washington: Review and Herald, 1958. p. 107; NICHOL, Francis D. (ed.). *The Seventh-day Adventist Bible Commentary*. Washington: Review and Herald, 1953-1957. v. 6, p. 1071; WHITE, Ellen G. *Be Zealous and Repent*. *The Signs of the Times*, Oakland, 19 maio 1898. par. 11). “Quando Deus perdoa o pecador, remite o castigo que ele merece e o trata como se não tivesse pecado, Ele o recebe no favor divino e o justifica pelos méritos da justiça de Cristo” (*id.* *Notebook Leaflets from the Elmshaven Library*. St. Helena: Ellen G. White Estate, [s.d.]. v. 1, p. 20). “Perdão e justificação são uma e a mesma coisa” (NICHOL, Francis D. (ed.). *The Seventh-day Adventist Bible Commentary*. Washington: Review and Herald, 1953-1957. v. 6, p. 1070). Ellen White também define a justificação em termos mais gerais: “O que é justificação pela fé? É a obra de Deus em lançar a glória do homem no pó e fazer por ele aquilo que não está em seu poder fazer por si mesmo. Quando os homens veem seu próprio nada, estão preparados para serem vestidos com a justiça de Cristo.” (WHITE, Ellen G. *The Faith I Live By*. Washington: Review and Herald, 1958. p. 111). Novamente, “A grande obra que é realizada para o pecador manchado e maculado pelo mal é a obra da justificação. Por Aquele que fala a verdade, ele é declarado justo. O Senhor imputa ao crente a justiça de Cristo e o pronuncia justo diante do universo. Ele transfere seus pecados para Jesus, o representante, substituto e fiador do pecador. Sobre Cristo Ele lança a iniquidade de toda alma que crê. ‘Aquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus.’ 2 Coríntios 5:21” (*ibid.*, p. 112).

justiça real inerente ao crente, pela qual ele ou ela é declarado justo.¹⁴¹

4. O único fundamento da justificação são os méritos imputados da justiça de Cristo, baseados em Sua vida sem pecado e Sua morte substitutiva pelos nossos pecados (Gn 3:15, 21; 15:6, 9-18; 22:13; Lv 4; 6:9-13; Is 53:4-12; Rm 3:21-26; 4:3-6, 11, 23-25; 5:8-10, 15, 17-19; 8:1-3; 2Co 5:12-21; Gl 3:10-13; Fp 3:9). A lei exige justiça perfeita (obediência à lei), e a única maneira pela qual os pecadores podem cumprir os requisitos da lei é por meio da justiça perfeita de Cristo, que lhes é imputada.¹⁴²

5. A justificação não é uma ficção jurídica (Gn 3:15; Is 53:11; 61:10; Jr 23:6; 2Co 5:12-21). Cristo realmente morreu como nosso Representante e como Substituto pelos pecados do mundo. A verdadeira justiça de Cristo é verdadeiramente imputada ao pecador arrependido e crente, e esse pecador é realmente declarado justificado (perdoado).¹⁴³

6. A justificação é somente pela fé, não pela fé mais obras (Gn 15:6; Is 53:1; Rm 3:10-18, 28; 4:4, 9-12, 25; 10:10; Gl 2:16-17; 3:5-14, 24; Tt 3:5-7); mas a fé nunca está sozinha (Rm 1:5; 5:1, 5; 16:26; Gl 5:6; Cl 1:4; 1 Ts 1:3; 2 Ts 1:11; Tt 3:5-8; Tg 2:21-25). Embora a justificação seja somente pela fé, a fé pela qual alguém é justificado nunca está sozinha; é uma fé operante. A fé justificadora

¹⁴¹ “Perdão e justificação são uma e a mesma coisa. Pela fé, o crente passa da posição de um rebelde, um filho do pecado e de Satanás, para a posição de um súdito leal de Cristo Jesus, não por causa de uma bondade inerente, mas porque Cristo o recebe como Seu filho por adoção. O pecador recebe o perdão de seus pecados, porque esses pecados são levados por seu Substituto e Fiador. O Senhor fala a Seu Pai celestial, dizendo: ‘Este é Meu filho. Eu o livro da condenação da morte, dando-lhe Minha apólice de seguro de vida — a vida eterna — porque tomei o seu lugar e sofri por seus pecados. Ele é até mesmo Meu filho amado.’ Assim, o homem, perdoado e vestido com as belas vestes da justiça de Cristo, apresenta-se irrepreensível diante de Deus.” (WHITE, Ellen G. *Reflecting Christ*. Hagerstown: Review and Herald, 1985. p. 74; *id.* Manuscript Releases. Silver Spring: Ellen G. White Estate, 1981-1993. 21 v. v. 9, p. 301, grifo nosso).

¹⁴² ¹⁴² “Justiça é obediência à lei. A lei exige justiça, e isso o pecador deve à lei; mas ele é incapaz de cumpri-la. A única maneira pela qual ele pode alcançar a justiça é através da fé. Pela fé, ele pode levar a Deus os méritos de Cristo, e o Senhor credita a obediência de Seu Filho na conta do pecador. A justiça de Cristo é aceita em lugar do fracasso do homem, e Deus recebe, perdoa, justifica a alma arrependida e crente, trata-a como se fosse justa e a ama como ama a Seu Filho. É assim que a fé é imputada como justiça” (WHITE, Ellen G. *Selected Messages*. Washington: Review and Herald, 1958. v. 1, p. 367). “É prerrogativa do Pai perdoar nossas transgressões e pecados, porque Cristo tomou sobre Si nossa culpa e nos absolveu, imputando-nos Sua própria justiça. Seu sacrifício satisfaz plenamente as exigências da justiça” (*id.* *Faith and Works*. Nashville: Southern Publishing Association, 1979. p. 103-104). “É a justiça de Cristo que torna o pecador penitente aceitável a Deus e opera sua justificação. Por mais pecaminosa que tenha sido sua vida, se ele crê em Jesus como seu Salvador pessoal, ele se apresenta diante de Deus com as vestes imaculadas da justiça imputada de Cristo” (*ibid.*, p. 106). “Pela justiça imputada de Cristo, o pecador pode sentir que está perdoado e pode saber que a lei não mais o condena, porque ele está em harmonia com todos os seus preceitos. É seu privilégio considerar-se inocente ao ler e pensar na retribuição que cairá sobre os incrédulos e pecadores. Pela fé, ele se apropria da justiça de Cristo. [...] Sabendo-se pecador, transgressor da santa lei de Deus, ele olha para a obediência perfeita de Cristo, para Sua morte no Calvário pelos pecados do mundo; e tem a certeza de que é justificado pela fé no mérito e sacrifício de Cristo. Ele percebe que a lei foi obedecida em seu favor pelo Filho de Deus, e que a penalidade da transgressão não pode recair sobre o pecador crente. A obediência ativa de Cristo veste o pecador crente com a justiça que satisfaz as exigências da lei.” (*id.* *Sons and Daughters of God*. Washington: Review and Herald, 1955. p. 240).

¹⁴³ É verdade que existe a linguagem de “como se”: “Os pecadores só podem ser justificados por Deus quando Ele perdoa seus pecados, remite o castigo que merecem e os trata como se fossem realmente justos e não tivessem pecado, recebendo-os no favor divino e tratando-os como se fossem justos” (WHITE, Ellen G. *Our High Calling*. Washington: Review and Herald, 1961. p. 52). Mas isso não torna a justificação uma “ficção legal”. “Tendo-nos feito justos pela justiça imputada de Cristo, Deus nos declara justos e nos trata como justos. Ele nos considera Seus filhos amados” (*id.* *The Faith I Live By*. Washington: Review and Herald, 1958. p. 112). Somos verdadeiramente “feitos justos”, embora não inerentemente, porque a justiça de Cristo nos foi verdadeiramente imputada, e Deus nos trata como justos “em Cristo”. “Pois Aquele que não conheceu pecado, Ele o fez pecado por nós, para que Nele fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Coríntios 5:21).

não é meramente um assentimento intelectual a Cristo e Suas promessas, mas sim depositar a confiança nEle. É uma fé profunda e ativa, demonstrada pela forma como vivemos.¹⁴⁴ Ao mesmo tempo, nenhuma obra que realizamos, mesmo a nossa mais fervorosa obediência, exercida pelo poder do Espírito Santo, pode, de forma alguma, tornar-se a base da nossa aceitação por Deus.¹⁴⁵

7. A fé pela qual somos justificados é em si mesma um dom de Deus e não gera mérito algum (Gn 15:6; Rm 3:28; 4:1-8; 12:3; Ef 2:8-9). A fé é simplesmente as “mãos vazias”¹⁴⁶ que recebem o dom da justiça de Cristo.¹⁴⁷ Ela não é de forma alguma meritória.

8. Justificação e santificação não podem ser separadas, mas devem ser distinguidas (Is 53:1-5, 11; Hc 2:4; Rm 1:17; 5:1-5; 1Co 6:11; Ef 2:8-10; Tt 3:5-8).¹⁴⁸ Numerosas passagens bíblicas falam

¹⁴⁴ Alguns interpretam a seguinte declaração como significando que a justificação inclui a transformação do coração, bem como uma declaração de absolvição/perdão: “O perdão de Deus não é meramente um ato judicial pelo qual Ele nos livra da condenação. Não é apenas o perdão do pecado, mas a recuperação do pecado. É o transbordar do amor redentor que transforma o coração” (WHITE, Ellen G. *Thoughts from the Mount of Blessing*. Mountain View: Pacific Press, 1896. p. 114; grifo do original). No entanto, o contexto desta passagem é o Sermão da Montanha de Jesus, e Ellen White comenta a declaração de Jesus: “Perdoa-nos os nossos pecados, pois também nós perdoamos a todos os que nos devem” (Lucas 11:4), ressaltando que “só podemos receber o perdão de Deus à medida que perdoamos os outros” (*ibid.*, p. 113). White não está dizendo que a justificação inclui fé mais obras, mas apenas que a fé que justifica é uma fé que opera. Não se pode receber o perdão (justificação) sem, ao mesmo tempo, receber um espírito perdoador (santificação). A justificação (perdão) de Deus não é graça barata, que leva ao antinomianismo ou a uma vida de pecado acariciado. Ellen White é clara: “Mas, embora Deus possa ser justo e ainda assim justificar o pecador pelos méritos de Cristo, nenhum homem pode cobrir sua alma com as vestes da justiça de Cristo enquanto pratica pecados conhecidos ou negligencia deveres conhecidos. Deus exige a entrega total do coração antes que a justificação possa ocorrer; e para que o homem mantenha a justificação, deve haver obediência contínua, por meio de uma fé ativa e viva que opera por amor e purifica a alma.” (*id.* *Selected Messages*. Washington: Review and Herald, 1958. v. 1, p. 366).

¹⁴⁵ “Que o assunto seja tornado distinto e claro: que não é possível efetuar nada em nossa posição diante de Deus ou no dom de Deus para nós por meio do mérito da criatura. Se a fé e as obras comprassem o dom da salvação para alguém, então o Criador estaria em obrigação para com a criatura. Aqui está uma oportunidade para que a falsidade seja aceita como verdade. Se algum homem pode merecer a salvação por qualquer coisa que possa fazer, então ele está na mesma posição que o católico para fazer penitência por seus pecados. A salvação, então, é em parte uma dívida, que pode ser ganha como salário. Se o homem não pode, por nenhuma de suas boas obras, merecer a salvação, então ela deve ser totalmente pela graça, recebida pelo homem como pecador porque ele recebe e crê em Jesus. É um dom totalmente gratuito. A justificação pela fé está além de controvérsia. E toda essa controvérsia termina assim que se estabelece que os méritos do homem caído em suas boas obras jamais podem lhe garantir a vida eterna.” (WHITE, Ellen G. *Faith and Works*. Nashville: Southern Publishing Association, 1979. p. 19-20).

¹⁴⁶ Para a frase “mãos vazias da fé”, veja, por exemplo, WHITE, Ellen G. *The Object of Our Faith*. The Signs of the Times, Oakland, 19 ago. 1897. par. 14. Essa frase também é usada frequentemente pelos Reformadores (veja acima).

¹⁴⁷ “Não há nada na fé que a torne nossa salvadora. A fé não pode remover nossa culpa. Cristo é o poder de Deus para a salvação de todos os que creem. A justificação vem pelos méritos de Jesus Cristo — Ele pagou o preço pela redenção do pecador. No entanto, é somente pela fé em Seu sangue que Jesus pode justificar o crente.” (WHITE, Ellen G. *The Faith I Live By*. Washington: Review and Herald, 1958. p. 107). “A fé é a condição sob a qual Deus achou por bem prometer perdão aos pecadores; não que haja alguma virtude na fé pela qual a salvação seja merecida, mas porque a fé pode se apoderar dos méritos de Cristo, o remédio providenciado para o pecado. A fé pode apresentar a obediência perfeita de Cristo em vez da transgressão e deserção do pecador. Quando o pecador crê que Cristo é seu Salvador pessoal, então, segundo Suas promessas infalíveis, Deus perdoa seu pecado e o justifica gratuitamente. A alma arrependida percebe que sua justificação ocorre porque Cristo, como seu substituto e fiador, morreu por ela, é sua expiação e justiça” (*id.* *Selected Messages*. Washington: Review and Herald, 1958. v. 1, p. 366-367).

¹⁴⁸ Ellen White escreve que “Muitos cometem o erro de tentar definir minuciosamente os pontos delicados de distinção entre justificação e santificação. Nas definições desses dois termos, eles frequentemente introduzem suas próprias ideias e especulações. Por que tentar ser mais minucioso do que a Inspiração na questão vital da justiça pela fé?” (WHITE, Ellen G. *The Faith I Live By*. Washington: Review and Herald, 1958. p. 116; NICHOL, Francis D. (ed.). *The Seventh-day Adventist Bible Commentary*. Washington: Review and Herald, 1953-1957. v. 6, p. 1072). Alguns tomam esta citação como um apoio a uma definição de justificação que inclui a santificação, obscurecendo assim a distinção entre as duas.

de justificação e santificação praticamente no mesmo sentido, mas os escritores bíblicos inspirados, ainda assim, distinguem claramente entre as duas.

9. A justiça pela qual alguém é justificado é imputada (Gn 15:6; Sl 32:1-2; Is 53:11; Rm 4:3, 7-9, 22; 5:1, 12-21; 2 Co 5:12-21), enquanto a justiça pela qual somos santificados é transmitida (Êx 31:13; Lv 22:9, 16; Ez 20:12; 37:28; Rm 5:2-5; 6:13-19; Ef 4:24; Fp 1:9-11; 1 Ts 4:3-8). A justificação, como o veredito judicial de absolvição diante de Deus, é a reivindicação legal ou o título do crente ao céu (Rm 5:9, 21; Ef 2:8), enquanto a santificação é a aptidão (em constante desenvolvimento, sempre incompleta) para o céu (1 Ts 5:23).¹⁴⁹ A obediência da fé (santificação) é a evidência para o universo no julgamento do fim dos tempos (às vezes chamado de "justificação final")

Mas o contexto desta passagem (encontrada na íntegra em WHITE, Ellen G. Manuscrito 21, 1891 [27 fev. 1891], publicada como *id.* Manuscript Releases. Silver Spring: Ellen G. White Estate, 1981-1993. 21 v. v. 9, p. 293-302) é a advertência de Ellen White dirigida àqueles que não haviam participado de toda a sessão da Escola Bíblica ministerial em 1891 e que expressaram “temor de que houvesse perigo em levar o assunto da justificação pela fé longe demais e em não se deter o suficiente na lei” (*ibid.*, p. 293). Em resposta a esses temores, White escreveu: “A julgar pelas reuniões que tive o privilégio de frequentar, não via motivo para alarme; e assim me senti chamada a dizer que esse temor era nutrido por aqueles que não haviam ouvido todas as preciosas lições dadas e que, portanto, não tinham o direito de chegar a tal conclusão” (*ibid.*). Imediatamente após expressar sua advertência contra alguns que tentam “definir minuciosamente os pontos delicados de distinção entre justificação e santificação”, Ellen White passa a oferecer um de seus mais profundos retratos da natureza da justificação e sua relação com a santificação. “À medida que o pecador penitente, contrito diante de Deus, discerne a expiação de Cristo em seu favor e aceita essa expiação como sua única esperança nesta vida e na vida futura, seus pecados são perdoados. Isso é justificação pela fé. Toda alma crente deve conformar sua vontade inteiramente à vontade de Deus e manter-se em estado de arrependimento e contrição, exercendo fé nos méritos expiatórios do Redentor e avançando de força em força, de glória em glória. Perdão e justificação são uma e a mesma coisa. Pela fé, o crente passa da posição de um rebelde, um filho do pecado e de Satanás, para a posição de um súdito leal de Cristo Jesus, não por causa de uma bondade inerente, mas porque Cristo o recebe como Seu filho por adoção. O pecador recebe o perdão de seus pecados, porque esses pecados são levados por seu Substituto e Fiador. O Senhor fala a Seu Pai celestial, dizendo: ‘Este é Meu filho. Eu o livro da condenação da morte, dando-lhe Minha apólice de seguro de vida — a vida eterna — porque tomei o seu lugar e sofri por seus pecados. Ele é até mesmo Meu filho amado.’ Assim, o homem, perdoado e vestido com as belas vestes da justiça de Cristo, apresenta-se irrepreensível diante de Deus. O pecador pode errar, mas não é rejeitado sem misericórdia. Sua única esperança, no entanto, é o arrependimento para com Deus e a fé no Senhor Jesus Cristo. É prerrogativa do Pai perdoar nossas transgressões e pecados, porque Cristo tomou sobre Si nossa culpa e nos absolveu, imputando-nos Sua própria justiça. Seu sacrifício satisfaz plenamente as exigências da justiça. A justificação é o oposto da condenação. A misericórdia ilimitada de Deus é exercida para com aqueles que são totalmente imerecedores. Ele perdoa transgressões e pecados por amor de Jesus, que se tornou a propiciação pelos nossos pecados. Pela fé em Cristo, o transgressor culpado é levado ao favor de Deus e à forte esperança da vida eterna.” (*id.* Manuscript Releases. Silver Spring: Ellen G. White Estate, 1981-1993. 21 v. v. 9, p. 301-302).

¹⁴⁹ “A justiça pela qual somos justificados é imputada; a justiça pela qual somos santificados é comunicada. A primeira é nosso título para o céu, a segunda é nossa aptidão para o céu.” (WHITE, Ellen G. *The Faith I Live By*. Washington: Review and Herald, 1958. p. 116; *id.* *True Righteousness*. The Review and Herald, Battle Creek, 4 jun. 1895). Alguns têm interpretado a seguinte declaração de Ellen White como implicando que parte do fundamento para nossa salvação é a justiça comunicada de Cristo: “Nossa única base de esperança está na justiça de Cristo que nos é imputada e naquela que é operada por Seu Espírito, trabalhando em nós e através de nós” (*id.* *Steps to Christ*. Chicago: Fleming H. Revell, 1892. p. 63). Mas o contexto descreve a justificação e a santificação, e os parágrafos anteriores deixam claro que a única base para nossa justificação é a justiça imputada de Cristo: “Se você se entregar a Ele e O aceitar como seu Salvador, então, por mais pecaminosa que sua vida tenha sido, por amor a Ele você é considerado justo. O caráter de Cristo substitui o seu caráter, e você é aceito diante de Deus exatamente como se não tivesse pecado” (*ibid.*, p. 62). O parágrafo seguinte descreve a obra de santificação: “Mais do que isso, Cristo muda o coração. [...]” (*ibid.*). A obra do Espírito Santo em transformar nossas vidas é evidência de que nossa justificação pela fé é real, e assim nos dá esperança (veja Romanos 5:1, 2), mas nunca é a base de nossa justificação, porque nossas obras, mesmo feitas no poder do Espírito Santo, sempre “carecem da glória de Deus” (Romanos 3:23) e precisam do sangue protetor da expiação de Cristo misturado com o incenso de Sua justiça (*id.* *Selected Messages*. Washington: Review and Herald, 1958. v. 1, p. 344, veja abaixo).

de que a fé daqueles justificados é genuína (p. ex., Mt 12:36-37; Rm 2:13). Mas a nossa santificação é sempre progressiva, sempre parcial; ela sempre "fica aquém" da glória de Deus (Rm 3:23) e nunca pode nos recomendar a Deus.

10. Tanto a justificação quanto a santificação fluem da união do pecador com Cristo, por meio da confiança depositada nEle, da entrega de si mesmo a Ele e da aceitação de Cristo como seu Salvador (Gn 15:6; Rm 6:1-23; 2Co 5:17; Ef 1:13; 2:4-9; Cl 1:27; cf. Jo 15:1-8; 1Jo 5:11-13).¹⁵⁰ A justificação não é um veredito celestial forense, desconectado de uma união íntima com Cristo; antes, a justificação flui dessa união mística com Cristo estabelecida pela fé.¹⁵¹ A santificação também não está separada da união com Cristo, mas flui espontaneamente da conexão do crente com o Salvador.

11. Aqueles que são justificados pela fé podem ter plena e contínua certeza da salvação em Cristo, seu Substituto, ao manterem sua conexão com Ele (Rm 5:1, 18; 10:9, 10; Ef 1:6; Tt 3:7; cf. Jo 6:47; 1 Jo 5:13). "Não devemos estar ansiosos pelo que Cristo e Deus pensam de nós, mas pelo que Deus pensa de Cristo, nosso Substituto. Sois aceitos no Amado."¹⁵² Podemos "nos entregar a Cristo e saber que Ele nos aceita".¹⁵³

12. Uma vez que somos simul justus et peccator ("ao mesmo tempo justos e pecadores") até a nossa glorificação (1 Crônicas 6:36; Sl 14:1-3, 7; 36:1; 140:3; 143:2; Pv 1:16; Ec 7:20; Is 53:5-6; 59:7-8; 64:6; Rm 3:10-22; 4:5; 1 Tm 1:15), estamos em constante necessidade de justificação para o nosso perdão e expiação em nosso estado pecaminoso (Êx 30:1-10; 25:10-22; Lv 6:9-13; Zc 3:1-5;

¹⁵⁰ Note como a declaração clássica de Ellen White sobre justificação e santificação (sem usar esses termos, citada abaixo), começa: "se você se entregar a Ele e O aceitar como seu Salvador, então [...]" (WHITE, Ellen G. *Steps to Christ*. Chicago: Fleming H. Revell, 1892. p. 62). Esta é uma linguagem que descreve a união com Cristo, da qual fluem tanto a justificação quanto a santificação, descritas nos parágrafos seguintes a esta declaração introdutória (*ibid.*, p. 62-63).

¹⁵¹ "Pela provisão que Cristo fez ao tomar sobre Si o castigo devido ao homem, podemos ser restabelecidos no favor de Deus, tornando-nos participantes da natureza divina. Se nos arrependermos de nossa transgressão e recebermos a Cristo como o Doador da vida, nosso Salvador pessoal, tornamo-nos um com ele, e nossa vontade é posta em harmonia com a vontade divina. Tornamo-nos participantes da vida de Cristo, que é eterna. Derivamos a imortalidade de Deus ao receber a vida de Cristo, pois em Cristo habita corporalmente toda a plenitude da Divindade. Essa vida é a união mística e a cooperação do divino com o humano." (WHITE, Ellen G. *Christ Our Hope*. The Signs of the Times, Oakland, 17 jun. 1897. par. 14 [grifo nosso]; cf. *id.* *Maranatha: The Lord Is Coming*. Washington: Review and Herald, 1976. p. 302).

¹⁵² *Id.* *Selected Messages*. Washington: Review and Herald, 1958. v. 2, p. 32-33. Podemos "nos entregar a Cristo e saber que Ele nos aceita" (*id.* *Christ's Object Lessons*. Washington: Review and Herald, 1900. p. 155, grifo nosso). "Pela justiça imputada de Cristo, o pecador pode sentir que está perdoado e pode saber que a lei não mais o condena, porque ele está em harmonia com todos os seus preceitos. É seu privilégio considerar-se inocente ao ler e pensar na retribuição que cairá sobre os incrédulos e pecadores. Pela fé, ele se apropria da justiça de Cristo. [...]. Sabendo-se pecador, transgressor da santa lei de Deus, ele olha para a obediência perfeita de Cristo, para Sua morte no Calvário pelos pecados do mundo; e tem a certeza de que é justificado pela fé no mérito e sacrifício de Cristo. Ele percebe que a lei foi obedecida em seu favor pelo Filho de Deus, e que a penalidade da transgressão não pode recair sobre o pecador crente. A obediência ativa de Cristo veste o pecador crente com a justiça que satisfaz as exigências da lei." (*id.* *Sons and Daughters of God*. Washington: Review and Herald, 1955. p. 240).

¹⁵³ *Id.* *Christ's Object Lessons*. Washington: Review and Herald, 1900. p. 155, grifo nosso. "Pela justiça imputada de Cristo, o pecador pode sentir que está perdoado e pode saber que a lei não mais o condena, porque ele está em harmonia com todos os seus preceitos. É seu privilégio considerar-se inocente ao ler e pensar na retribuição que cairá sobre os incrédulos e pecadores. Pela fé, ele se apropria da justiça de Cristo. [...]. Sabendo-se pecador, transgressor da santa lei de Deus, ele olha para a obediência perfeita de Cristo, para Sua morte no Calvário pelos pecados do mundo; e tem a certeza de que é justificado pela fé no mérito e sacrifício de Cristo. Ele percebe que a lei foi obedecida em seu favor pelo Filho de Deus, e que a penalidade da transgressão não pode recair sobre o pecador crente. A obediência ativa de Cristo veste o pecador crente com a justiça que satisfaz as exigências da lei." (*id.* *Sons and Daughters of God*. Washington: Review and Herald, 1955. p. 240, grifo nosso).

Rm 3:23, 25-26; 8:34; Hb 7:25). A justificação não é um evento único que cuida apenas dos pecados passados, anteriores à conversão, mas é mantida ao longo de nossas vidas, à medida que recebemos continuamente o perdão ou a absolvição de Deus pelos nossos pecados (com base nos méritos de Cristo) como a única base para nossa aceitação por Deus, e revelamos a genuinidade de nossa fé justificadora pelo fruto santificado (real, mas sempre incompleto) da obediência.¹⁵⁴ Nunca haverá um tempo além da glorificação em que não estaremos em "constante dependência do sangue expiatório de Cristo"¹⁵⁵ e em constante necessidade dos méritos da justiça de Cristo para cobrir nossa pecaminosidade:

Os serviços religiosos, as orações, o louvor, a confissão penitente de pecados ascendem dos verdadeiros crentes como incenso ao santuário celestial, mas, passando pelos canais corruptos da humanidade, são tão contaminados que, a menos que sejam purificados pelo sangue, jamais poderão ter valor diante de Deus. Não ascendem em pureza imaculada, e a menos que o Intercessor, que está à direita de Deus, apresente e purifique a todos por Sua justiça, não são aceitáveis a Deus. Todo incenso dos tabernáculos terrestres deve ser umedecido com as gotas purificadoras do sangue de Cristo. Ele segura diante do Pai o incensário de Seus próprios méritos, no qual não há mancha de corrupção terrena. Ele reúne neste incensário as orações, o louvor e as confissões de Seu povo, e com estes Ele coloca Sua própria justiça imaculada. Então, perfumado com os méritos da propiciação de Cristo, o incenso sobe diante de Deus total e inteiramente aceitável.¹⁵⁶

Sem mencionar nem a palavra “justificação” nem “fé”, Ellen White resume lindamente a essência da justificação pela fé na seguinte citação (minha favorita!) de todo o seu corpus:

Era possível para Adão, antes da queda, formar um caráter justo pela obediência à lei de Deus. Mas ele falhou em fazer isso, e por causa do seu pecado, nossa natureza é caída e não podemos nos tornar justos. Como somos pecadores, profanos, não podemos obedecer perfeitamente à santa lei. Não temos justiça própria com a qual atender às exigências da lei de Deus. Mas Cristo abriu um caminho de escape para nós. Ele viveu na Terra em meio a provações e tentações como as que temos que enfrentar. Ele viveu uma vida sem pecado. Ele morreu por nós e agora se oferece para levar nossos pecados e nos dar a Sua justiça. Se você se entregar a Ele e O aceitar como seu Salvador, então, por mais pecaminosa que sua vida tenha sido, por amor a Ele você é considerado justo. O caráter de Cristo substitui o seu caráter, e você é aceito diante de Deus como se não tivesse pecado.¹⁵⁷

¹⁵⁴ “Quando Ele vê homens levantando os fardos, tentando carregá-los com humildade de mente, com desconfiança de si mesmos e com confiança Nele, Ele acrescenta à obra deles Sua perfeição e suficiência, e ela é aceita pelo Pai. Somos aceitos no Amado. Os defeitos do pecador são cobertos pela perfeição e plenitude do Senhor, justiça nossa. Aqueles que, com vontade sincera, com coração contrito, estão se esforçando humildemente para viver de acordo com os requisitos de Deus, são olhados pelo Pai com amor compassivo e terno; Ele os considera como filhos obedientes, e a justiça de Cristo lhes é imputada” (WHITE, Ellen G. In *Heavenly Places*. Washington: Review and Herald, 1967. p. 23).

¹⁵⁵ *Id.* *Patriarchs and Prophets*. Washington: Review and Herald, 1890. p. 352.

¹⁵⁶ *Id.* *Selected Messages*. Washington: Review and Herald, 1958. v. 1, p. 344.

¹⁵⁷ *Id.* *Steps to Christ*. Chicago: Fleming H. Revell, 1892. p. 62.

ADENDO: EXPERIÊNCIA PESSOAL

Crescendo como adventista do sétimo dia de quarta geração, em uma época da nossa história denominacional em que a doutrina da justificação pela fé muitas vezes não era claramente compreendida, não foi fácil para mim compreender ou aceitar esse belo ensinamento do Evangelho. Aprendi com professores bíblicos bem-intencionados que a justificação não se dava somente pela fé na justiça imputada de Cristo, mas, de alguma forma, também incluía minhas obras como parte da base da minha aceitação por Deus. Eu via a justificação como o perdão dos meus pecados passados, mas, após a conversão, senti que precisava depender da minha santificação como base para minha contínua aceitação por Deus. Como minhas obras de obediência pareciam sempre ficar aquém do padrão divino, eu não tinha certeza da salvação.

Eu acreditava que Cristo, o Cordeiro de Deus, meu Substituto, havia morrido pelos meus pecados. Mas, de alguma forma, eu não conseguia compreender que, ao receber a Cristo, eu estava coberto com o manto da Sua justiça. Era bom demais acreditar que, ao me entregar a Ele e aceitá-Lo como meu salvador, Deus disse ao grande Acusador: "O Senhor te repreenda, ó Satanás!" (Zc 3:2). Eu não ousava crer com certeza que estava absolvido, perdoado, purificado. Não conseguia entender que não precisava estar "ansioso pelo que Cristo e Deus pensam de nós, mas pelo que Deus pensa de Cristo, nosso Substituto".¹⁵⁸

Eu não ousava acreditar nisso, mesmo como estudante de teologia na faculdade, como seminarista e como jovem pastor. Declarações inspiradas como a seguinte continuavam ecoando em meus ouvidos: "Aqueles que aceitam o Salvador, por mais sincera que seja sua conversão, nunca devem ser ensinados a dizer ou sentir que são salvos".¹⁵⁹ Eu não entendia que Ellen White estava refutando a crença errônea de que "uma vez salvo, sempre salvo". Pensei que ela quisesse dizer que nunca se poderia ter a certeza presente da salvação. Que trágico não ter continuado a ler no mesmo parágrafo a garantia de Deus de que podemos "nos entregar a Cristo e saber que Ele nos aceita"! Como jovem pastor, por vários anos preguei sermões sobre Cristo, mas sem a certeza da salvação por meio de um conhecimento experiencial da justificação pela fé. Mas, finalmente, por meio de uma série de maravilhosas orientações providenciais, a beleza e a simplicidade da verdade evangélica da justificação começaram a despontar diante dos meus olhos.

As sublimes promessas das Escrituras saltaram aos meus olhos: "Em verdade, em verdade vos digo: aquele que crê tem a vida eterna" (João 6:47). "Escrevo-vos estas coisas, a vós outros que credes no nome do Filho de Deus, para que saibais que tendes a vida eterna" (1 João 5:13; cf. vs. 11-12).

A maravilhosa notícia de que sou "aceito no Amado" (Ef 1:6), de que Cristo é a minha justiça, trouxe à minha alma uma alegria e paz semelhantes às descritas por aqueles que ouviram a mensagem da justificação pela fé após a sessão da Conferência Geral de 1888. Ellen White capturou meus próprios sentimentos ao descrever a experiência de muitos na reunião campal de Ottawa, Kansas, em 1889: "A luz brilhou dos oráculos de Deus em relação à lei e ao evangelho, em relação

¹⁵⁸ *Id.* Selected Messages. Washington: Review and Herald, 1958. v. 2, p. 32-33.

¹⁵⁹ *Id.* Christ's Object Lessons. Washington: Review and Herald, 1900. p. 155; cf. *id.* Selected Messages. Washington: Review and Herald, 1958. v. 1, p. 314.

ao fato de que Cristo é a nossa justiça, o que pareceu às almas famintas da verdade como luz preciosa demais para ser recebida”.¹⁶⁰ Senti-me como o jovem pastor naquela reunião campal no Kansas que “viu que era seu privilégio ser justificado pela fé; ele teve paz com Deus e, com lágrimas, confessou o alívio e a bênção que lhe haviam chegado à alma”.¹⁶¹

Desde aquela introdução experiencial à segurança do evangelho, quando eu era um jovem pastor, a beleza da justificação pela fé tornou-se cada vez mais preciosa. Devo confessar que às vezes ainda parece boa demais para ser verdade! Percebo que, inconscientemente, estou caindo novamente em velhos hábitos de tentar ser bom o suficiente para merecer a salvação, e preciso redescobrir a jubilosa verdade de "deitar a glória do homem no pó"¹⁶² e confiar inteiramente na justiça de Cristo imputada a mim como base da minha aceitação por Deus. Quão preciosa, então, a doutrina da justificação pela fé se tornou para mim!

A justificação pela fé é ainda mais preciosa quando considero que vivemos durante o antitípico Dia da Expição, diante do fim da graça e dos eventos do último dia. No antigo Israel, durante todo o Dia da Expição, o sacrifício "diário" (tamid) continuou a queimar no altar de bronze (Nm 28:2-7; 29:7-11), e o incenso continuou a pairar sobre o véu interno e a cobrir a arca sagrada (Êx 30:7-10). Durante todo o antitípico Dia da Expição, mesmo após o fim da graça e o tempo de angústia, até o tempo da glorificação, podemos ter a certeza de sermos aceitos por Deus unicamente com base no sangue expiatório e nos méritos intercessórios da justiça de Cristo! A justificação pela fé é, e permanecerá até o fim, a verdade mais preciosa que responde à antiga pergunta das perguntas: "Como pode um mortal ser justo diante de Deus?"

REFERÊNCIAS

ARMÍNIO, J. Disputation 19: On the Justification of Man Before God. In: **The Works of James Arminius**. v. 1. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/arminius/works1.v.xx.html>. Acesso em: 25 maio 2025.

BEEKE, J. Justification by Faith Alone (The Relation of Faith to Justification). In: KISTLER, J. (ed.). **Justification by Faith Alone: Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls**. Edição revisada e atualizada. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 53-105.

BEILBY, J. K.; EDDY, P. R. (ed.). **Justification: five views**. Downers Grove: IVP Academic, 2011.

BLAZEN, I. T. Justification and Judgment. In: HOLBROOK, F. B. (ed.). **The Seventy Weeks, Leviticus, and the Nature of Prophecy**. Washington: Biblical Research Institute, 1986. p. 364, 387.

BLOCHER, H. A. The Lutheran-Catholic Declaration on Justification. In: MCCORMACK, B. L. (ed.). **Justification in perspective: historical developments and contemporary challenges**. Grand Rapids: Baker, 2006. p. 197-217.

¹⁶⁰ *Id.* Selected Messages. Washington: Review and Herald, 1958. v. 1, p. 356.

¹⁶¹ *Ibid.*

¹⁶² *Id.* Testimonies to Ministers and Gospel Workers. Oakland: Pacific Press, 1923. p. 456.

BOCK, D. L.; GLASER, M. (ed.). **The Gospel According to Isaiah 53**: Encountering the Suffering Servant in Jewish and Christian Theology. Grand Rapids: Kregel, 2012.

BROWN, F.; DRIVER, S. R.; BRIGGS, C. A. **A Hebrew and English Lexicon of the Old Testament (BDB)**. Oxford: Clarendon Press, 1907.

CALVINO, J. **As Institutas da Religião Cristã**. (Ed. 1559). Tradução de H. Beveridge. Grand Rapids: Eerdmans, 1966.

CARSON, D. A. (ed.). **Right with God**: justification in the Bible and the world. Grand Rapids: Baker, 1998.

_____. The Vindication of Imputation: On Fields of Discourse and, of Course, Semantic Fields. In: HUSBANDS, M.; TREIER, D. J. (ed.). **Justification**: What's at Stake in the Current Debate?. Downers Grove: InterVarsity, 2004. p. 46-78.

_____; SEIFRID, M. A.; O'BRIEN, P. T. (ed.). **Justification and Variegated Nomism**. Grand Rapids: Baker, 2001-2004. 2 v.

CLOWNEY, E. P. The Biblical Doctrine of Justification by Faith. In: CARSON, D. A. (ed.). **Right with God**: Justification in the Bible and the World. Grand Rapids: Baker, 1998. p. 19-37.

COMUNICADO À IMPRENSA, 15 de outubro de 1999 *apud* DEDEREN, R. The Joint Declaration on the Doctrine of Justification: One Year Later. **Ministry**, v. 72, n. 1, p. 13, 2000.

DAVIDSON, J. A. Eschatology and Genesis 22. **Journal of the Adventist Theological Society (JATS)**, Berrien Springs, 2000. v. 11, n. 1-2, p. 232-247,

DAVIDSON, R. M. **Typology in Scripture**: a study of hermeneutical typos structures. Berrien Springs: Andrews University Press, 1981. (AUSDDS, 2).

_____. **Final Justification according to Works**: Is N.T. Wright Right? Trabalho apresentado no Encontro Anual da Evangelical Theological Society (ETS), Atlanta, 19 nov. 2010.

_____. New Testament Use of the Old Testament. **Journal of the Adventist Theological Society (JATS)**, Berrien Springs, v. 5, n. 1, p. 30-31, 1994.

DODD, C. H. **The epistle of Paul to the Romans**. London: Hodder and Stoughton, 1954.

DOUKHAN, J. The Center of the 'Aqedah: A Study of the Literary Structure of Genesis 22:1-19. **Andrews University Seminary Studies (AUSS)**, Berrien Springs, v. 31, n. 1, p. 17-28, 1993.

DUNN, J. D. G. New perspective view. In: BEILBY, J. K.; EDDY, P. R. (ed.). **Justification**: five views. Downers Grove: IVP Academic, 2011. p. 176-201.

_____. The new perspective on Paul. **Bulletin of the John Rylands Library**, v. 65, 1983, p.

95-122.

EDDY, P. R.; BEILBY, J. K.; ENDERLEIN, S. E. Justification in Historical Perspective. *In*: BEILBY, J. K.; EDDY, P. R. (ed.). **Justification: Five Views**. Downers Grove: IVP Academic, 2011. p. 13-52.

EVANGELICALS and Catholics Together: Christian Mission in the Third Millennium. **First Things**, n. 43, p. 15-22, maio 1994.

EVANS, C. A. *et al.* Isaiah 53 in the Letters of Peter, Paul, Hebrews, and John. *In*: BOCK, D. L.; GLASER, M. (ed.). **The Gospel According to Isaiah 53: Encountering the Suffering Servant in Jewish and Christian Theology**. Grand Rapids: Kregel, 2012. p. 145-170.

FUNG, R. Y. K. 'Justification' in the Epistle of James. *In*: CARSON, D. A. (ed.). **Right with God: Justification in the Bible and the World**. Grand Rapids: Baker, 1998. p. 146-162.

GANE, R. E. **Cult and Character: Purification Offerings, Day of Atonement, and Theodicy**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2005. p. 45-213.

GATHERCOLE, S. **Defending Substitution: An Essay on Atonement in Paul**. Grand Rapids: Baker, 2015.

GEORGE, T. **Theology of the reformers**. Nashville: Broadman, 1988.

GERSTNER, J. H. The nature of justifying faith. *In*: KISTLER, J. (ed.). **Justification by faith alone: affirming the doctrine by which the church and the individual stands or falls**. Rev. ed. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 114–118.

_____. Rome not home. *In*: KISTLER, J. (ed.). **Justification by faith alone: affirming the doctrine by which the church and the individual stands or falls**. Rev. ed. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 150–151.

GESENIUS, W. **Gesenius' Hebrew and Chaldee Lexicon to the Old Testament Scriptures**. Tradução de S. P. Tregelles. Grand Rapids: Eerdmans, 1949.

GULLEY, N. R. **Christ Our Substitute**. Washington: Review and Herald, 1982.

GUNDRY, R. Why I didn't endorse 'The Gospel of Jesus Christ...'. **Books and Culture**, v. 7, n. 1, jan./fev. 2001, p. 6–9.

HA, K. **Cultic Allusions in the Suffering Servant Poem (Isaiah 52:13–53:12)**. 2009. Tese (Doutorado) – Andrews University, Berrien Springs, 2009.

HABERKORN, H. (ed.). The joint declaration on the doctrine of justification: one year later. **Ministry**, v. 72, n. 1, 2000, p. 13.

HAHN, S.; HAHN, K. **Rome sweet home: our journey to Catholicism**. San Francisco: Ignatius Press,

1993.

HAMILTON, V. P. **The Book of Genesis: Chapters 1-17**. Grand Rapids: Eerdmans, 1990. (New International Commentary on the Old Testament).

HARRIS, M. J. **The Second Epistle to the Corinthians: A Commentary on the Greek Text**. Grand Rapids: Eerdmans, 2005. (The New International Greek Testament Commentary).

HORTON, M. S. Traditional Reformed response. In: BEILBY, J. K.; EDDY, P. R. (ed.). **Justification: five views**. Downers Grove: IVP Academic, 2011. p. 244–249.

IGREJA CATÓLICA; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. **Joint Declaration on the Doctrine of Justification**. Vaticano, 1999. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_31_101999_cath-luth-joint-declaration_en.html. Acesso em: 25 maio 2025.

JACOB, E. **Theology of the Old Testament**. New York: Harper & Row, 1958.

JEFFERY, S.; OVEY, M.; SACH, A. **Pierced for Our Transgressions: Rediscovering the Glory of Penal Substitution**. Wheaton: Crossway, 2007.

JOHNSON, B. Verbete "tsadaq". In: **Theological Dictionary of the Old Testament (TDOT)**, v. 12. KÄRKKÄINEN, V. M. Deification view. In: BEILBY, J. K.; EDDY, P. R. (ed.). **Justification: five views**. Downers Grove: IVP Academic, 2011. p. 222.

KITCHEN, K. A.; LAWRENCE, P. J. N. **Treaty, Law and Covenant in the Ancient Near East, Part I: The Texts**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2012.

KOEHLER, L.; BAUMGARTNER, W. **Lexicon in Veteris Testamenti Libros (KBL)**. Leiden: Brill, 1958.

_____. **The Hebrew and Aramaic Lexicon of the Old Testament (HALOT)**. Leiden: Brill, 2001.

LANE, A. N. S. **Justification in Catholic-Protestant dialogue: an evangelical assessment**. London: T&T Clark, 2002.

LARONDELLE, H. **Perfection and Perfectionism**. Berrien Springs: Andrews University Press, 1971.

LEITH, J. H. (ed.). **Creeds of the Churches: A Reader in Christian Doctrine from the Bible to the Present**. Garden City: Doubleday, 1963.

LINDSEY, F. D. **The Servant Songs: A Study in Isaiah**. Chicago: Moody, 1985.

LUTHER, M. **Lectures on Galatians, 1535: chapters 1–4**. Vol. 26 of Luther's Works. Ed. J. Pelikan. St. Louis: Concordia, 1963.

- _____. **What Luther says:** an anthology. Ed. E. M. Plass. 3 v. St. Louis: Concordia, 1959.
- MACARTHUR JR., J. F. Jesus and the Doctrine of Justification. *In*: KISTLER, J. (ed.). **Justification by Faith Alone:** Affirming the Doctrine by Which the Church and the Individual Stands or Falls. Edição revisada e atualizada. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 1-22.
- MACARTHUR, J. M. Long before Luther. *In*: KISTLER, J. (ed.). Justification by faith alone. Rev. ed. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 1-13.
- MACARTHUR, J. F. (ed.). **The MacArthur Study Bible.** Nashville: Thomas Nelson, 2003.
- MCCORMACK, B. L. (ed.). **Justification in perspective:** historical developments and contemporary challenges. Grand Rapids: Baker, 2006.
- MCGRATH, A. E. **Justification by faith.** Grand Rapids: Zondervan, 1988.
- _____. **Justitia Dei:** a history of the Christian doctrine of justification. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MOODY, R. M. The Habakkuk Quotation in Romans 1:17. *The Expository Times*, London, v. 92, p. 205-208, 1981.
- MOTYER, J. A. **The Prophecy of Isaiah:** An Introduction and Commentary. Downers Grove: InterVarsity Press, 1993.
- MURRAY, J. **The epistle to the Romans.** NICOT. Grand Rapids: Eerdmans, 1963.
- NICHOL, F. D. (ed.). **The Seventh-day Adventist Bible Commentary.** Washington: Review and Herald, 1953-1957. 7 v.
- OJEDWOLE, A. **The seed in Genesis 3:15:** an exegetical and theological study. 2002. Tese (Doutorado) – Andrews University, Berrien Springs, 2002.
- PIPER, J. **Counted Righteous in Christ:** Should We Abandon the Imputation of Christ's Righteousness?. Wheaton: Crossway, 2002.
- _____. **The future of justification:** a response to N. T. Wright. Wheaton: Crossway, 2007.
- PRITCHARD, J. (ed.). **Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament.** 3. ed. Princeton: Princeton University Press, 1969.
- RIDDERBOS, H. **Paul:** an outline of his theology. Grand Rapids: Eerdmans, 1975.
- RODRIGUEZ, A. **Substitution in the Hebrew Cultus.** Berrien Springs: Andrews University Press, 1982.

- RUNIA, K. Justification and Roman Catholicism. In: CARSON, D. A. (ed.). **Right with God: Justification in the Bible and the World**. Grand Rapids: Baker, 1998. p. 197-215.
- RUTLEDGE, F. **Not ashamed of the gospel: sermons from Paul's letter to the Romans**. Grand Rapids: Eerdmans, 2007.
- SANCTIFICATION. Evangelicals and Catholics Together: Christian mission in the third millennium. *First Things*, n. 43, maio 1994, p. 15–22.
- SANCTIFICATION. The gift of salvation. *First Things*, n. 79, jan. 1998, p. 20–23. Disponível em: <http://www.leaderu.com/ftissues/ft9801/articles/gift.html>. Acesso em: 25 maio 2025.
- SANDERS, E. P. **Paul and Palestinian Judaism: a comparison of patterns of religion**. Philadelphia: Fortress, 1977.
- SCHAEFFER, F. A. **Genesis in Space and Time**. Downers Grove: InterVarsity, 1975.
- SCHREINER, T. **Faith alone: the doctrine of justification: what the Reformers taught and why it still matters**. Grand Rapids: Zondervan, 2015.
- SCHREINER, T. R. **Faith Alone: The Doctrine of Justification**. Grand Rapids: Baker Academic, 2015.
- SCHROEDER, H. J. **Canons and Decrees of the Council of Trent**. London: Herder, 1941.
- SCHWIEBERT, E. G. **Luther and his times: the Reformation from a new perspective**. St. Louis: Concordia, 1950.
- SEIFRID, M. A. **Christ, our righteousness: Paul's theology of justification**. Downers Grove: InterVarsity Press, 2000.
- SILVA, M. (ed.). **New International Dictionary of New Testament Theology and Exegesis (NIDNTTE)**. Grand Rapids: Zondervan, 2014. v. 1.
- SPROUL, R. C. **Faith alone: the evangelical doctrine of justification**. Grand Rapids: Baker, 1995.
- _____. The forensic nature of justification. In: KISTLER, J. (ed.). **Justification by faith alone**. Rev. ed. Morgan: Soli Deo Gloria Publications, 2003. p. 25–49.
- THEOLOGICAL Dictionary of the New Testament (TDNT). **THE GIFT of Salvation**. *First Things*, n. 79, p. 20-23, jan. 1998. Disponível em: <http://www.leaderu.com/ftissues/ft9801/articles/gift.html>. Acesso em: 25 maio 2025.
- VICKERS, B. **Jesus' Blood and Righteousness: Paul's Theology of Imputation**. Wheaton: Crossway, 2006.
- VON RAD, G. **Old Testament Theology**. Tradução de D. M. G. Stalker. New York: Harper & Row,

1962. v. 1.

WALTKE, B. K. **Genesis: A Commentary**. Grand Rapids: Zondervan, 2001.

WATERS, G. P. **Justification and the New Perspectives on Paul: A Review and a Response**. Phillipsburg: P&R Publishing, 2004.

WELLS, A. R. Did the Reformers Misunderstand Righteousness by Faith? Reflections on Habakkuk 2:4b. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Adventist Theological Society (ATS), Boston, 18 nov. 2017.

WESTERHOLM, S. **Justification Reconsidered: Rethinking a Pauline Theme**. Grand Rapids: Eerdmans, 2013.

WESTERMANN, C. **Creation**. Trad. J. J. Scullion. London: SPCK, 1974.

WHITE, E. G. **Christ's Object Lessons**. Washington: Review and Herald, 1900.

_____. Christ Our Hope. **The Signs of the Times**, Oakland, 17 jun. 1897.

_____. **Counsels to Parents, Teachers, and Students**. Mountain View: Pacific Press, 1913.

_____. **Evangelism**. Washington: Review and Herald, 1946.

_____. **Faith and works**. Washington, D.C.: Review and Herald, 1979.

_____. **God's Amazing Grace**. Washington: Review and Herald, 1993.

_____. **In Heavenly Places**. Washington: Review and Herald, 1967.

_____. **Maranatha: The Lord Is Coming**. Washington: Review and Herald, 1976.

_____. **Manuscript Releases**. Silver Spring: Ellen G. White Estate, 1981-1993. 21 v.

_____. **Notebook Leaflets from the Elmshaven Library**. St. Helena: Ellen G. White Estate. v. 1.

_____. **Our High Calling**. Washington: Review and Herald, 1961.

_____. **Patriarchs and Prophets**. Washington: Review and Herald, 1890.

_____. **Prophets and Kings**. Mountain View: Pacific Press, 1917.

_____. **Reflecting Christ**. Hagerstown: Review and Herald, 1985.

_____. **Selected Messages**. Washington: Review and Herald, 1958.

- _____. **Sons and Daughters of God**. Washington: Review and Herald, 1955.
- _____. **Steps to Christ**. Chicago: Fleming H. Revell, 1892.
- _____. **Testimonies to Ministers and Gospel Workers**. Oakland: Pacific Press, 1923.
- _____. **The Desire of Ages**. Mountain View: Pacific Press, 1898.
- _____. **The Faith I Live By**. Washington: Review and Herald, 1958.
- _____. **The Great Controversy**. Mountain View: Pacific Press, 1911.
- _____. The Law and the Covenants. **The Signs of the Times**, Oakland, 4 mar. 1903.
- _____. The Object of Our Faith. **The Signs of the Times**, Oakland, 19 ago. 1897.
- _____. **The Righteousness of Christ**. Manuscrito 91, 1899.
- _____. **Thoughts from the Mount of Blessing**. Mountain View: Pacific Press, 1896.
- _____. **True Righteousness**. The Review and Herald, Battle Creek, 4 jun. 1895.
- WOLD, D. J. **The Meaning of the Biblical Penalty** kareth. University of California, Berkeley, 1978.
- WRIGHT, N. T. **Justification: God's plan and Paul's vision**. Downers Grove: IVP, 2009.
- _____. **The Paul of History and the Apostle of Faith**. *TB*, v. 29, p. 61-88, 1978.
- _____. **What Saint Paul really said: was Paul of Tarsus the real founder of Christianity?**. Grand Rapids: Eerdmans, 1997.
- WÜBBENHORST, K. Calvin's Doctrine of Justification: Variations on a Lutheran Theme. In: MCCORMACK, B. L. (ed.). **Justification in Perspective: Historical Developments and Contemporary Challenges**. Grand Rapids: Baker, 2006. p. 99–118.
- YOUNG, E. J. **The Book of Isaiah**. Grand Rapids: Eerdmans, 1972. 3 v. (New International Commentary on the Old Testament).
- ZYWIETZ, V. **Representing the Government of God: Christ as the Hilasterion in Romans 3:25**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Andrews University, Berrien Springs, 2016.